

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Fabiana Meijon Fadul

**AS FAMÍLIAS E SUAS VOZES:
o que querem as famílias da assistência social?**

Belo Horizonte
2022

Fabiana Meijon Fadul

**AS FAMÍLIAS E SUAS VOZES:
o que querem as famílias da assistência social?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em
Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Área de Concentração: Intervenções Clínicas e Sociais

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F146f Fadul, Fabiana Meijon
As famílias e suas vozes: o que querem as famílias da assistência social? /
Fabiana Meijon Fadul. Belo Horizonte, 2022.
175 f. : il.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Família - Pesquisa - Brasil. 2. Família - Assistência social. 3. Subjetividade. 4. Relações humanas. 5. Problemas sociais - Brasil. 6. Política pública. 7. Cartografia. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 362.17

Ficha catalográfica elaborada por Elizângela Ribeiro de Azevedo - CRB 6/3393

Fabiana Meijon Fadul

**AS FAMÍLIAS E SUAS VOZES:
o que querem as famílias da assistência social?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em
Psicologia.

Área de Concentração: Intervenções Clínicas e Sociais

Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli – PUC-Minas (Orientadora)

Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira – PUC-Minas

Profa. Dra. Estela Scheinvar – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Maria Lucia de Miranda Afonso - Professora aposentada da UFMG

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira – Universidade Federal do Piauí

Profa. Dra. Tereza Cristina Peixoto – Universidade Federal de Minas Gerais (suplente)

Profa. Dra. Maria Luiza Marques Cardoso – PUC-Minas (suplente)

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022

Para meu filho, José Felipe.
De todo o amor que eu tenho,
metade foi tu que me deu.
Salvando minh'alma da vida.
Sorrindo e fazendo o meu eu.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é verbo, é ação que precisa ser feita diariamente e de muitas formas a todos aqueles que, com generosidade e afeto, me acompanham nessa viagem que é a vida.

Primeiramente, é preciso externar a minha gratidão pela oportunidade de estar viva e poder concluir esse processo. Em tempos tão perturbadores como o que acomete a humanidade, sobreviver a uma pandemia e poder escrever essas palavras no momento em que estou positiva para Covid-19, sentindo apenas os sintomas leves, é um privilégio que muitos não tiveram. A ciência sempre salva!

Agradeço à professora Roberta Romagnoli, que, com potência de vida que lhe é própria, me acompanhou nesse processo de forma sempre generosa, alegre e positiva.

À minha queridíssima Lucia Afonso, que mais que uma professora, é uma amiga e foi em grande parte responsável por eu estar aqui hoje! Generosidade e gratidão é o sentimento que emanam do meu coração por vocês!

Agradeço aos membros da banca, professoras Maria Ignez *Pitucha* e Estela Scheinvar, suas contribuições na qualificação foram de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço também à professora Solange Teixeira por ter aceitado participar desse processo. Vocês são referências importantes na minha área de atuação e poder compartilhar com vocês essa pesquisa é uma honra. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), meu agradecimento pelo apoio na realização dessa pesquisa.

Agradeço à toda minha família por sempre me apoiarem e acreditarem em mim. Em especial ao meu esposo Wander e ao meu filho José Felipe que, com paciência e amor, compreenderam minhas ausências. À minha irmã Fabiola que sempre vibrou com as minhas conquistas e me estende a mão quando o peso da vida fica intenso demais para mim.

À minha mãe, Hemengarda (*in memoriam*), que onde estiver certamente está orgulhosa do meu caminho, ao meu pai, Wady, aos meus irmãos e sobrinhos em especial Ana e Amanda pela alegria e entusiasmo com que sempre escutaram sobre essa pesquisa.

Agradeço à Elizete Matias, minha irmã de alma, pela generosidade de sempre estar disponível a me escutar, não importando a hora, sempre me ajudando a organizar o meu pensamento e suas velocidades, me fazendo as piores/melhores perguntas. À Mara Rubia pelo apoio incondicional que reabastece meu ânimo, por todas as cumplicidades e pelas diversas revisões cuidadosas no texto. À Helga, queridíssima leitora e interlocutora dos

devaneios teóricos dessa tese, nossas conversas sempre animadas e divertidas por telefone e balões de comentário pareciam uma multidão! Vocês foram fundamentais nesse percurso tão solitário.

Gratidão a todos os meus amigos de vida, em especial à Cristiane, Ana Cristina, Claudia, Ezequiel e Claudinha e a todos que sempre estiveram me apoiando. Aos queridos colegas da Gerência de Gestão de Serviços da Proteção Social Básica, a todos da diretoria de Proteção Social Básica e das Coordenações de Proteção Social e Cidadania que muito acreditaram e contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus queridíssimos colegas do grupo de orientandos, um coletivo tão diverso e tão potente. Vocês foram fundamentais ao longo do curso. Meu afeto a todos vocês, em especial a Bruna, Kelly, Tuliola, Enrico e Luigi.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Minas. Ao Diego o meu carinho mais afetuoso pelo apoio e paciência incondicionais.

Agradeço à Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social pela abertura do campo de pesquisa, em especial às Diretorias Regionais de Assistência Social e às Coordenações de CRAS e CREAS, que me receberam com cuidadosa atenção.

Agradeço a todas as famílias que participaram dessa tese e a todas que tive a oportunidade de trabalhar ao longo da minha trajetória profissional, vocês me instigaram e instigam diariamente a ser uma profissional melhor.

Agradeço a todos os encontros que me guiaram até aqui, são tantos que não cabem em palavras...ser feita de muitos é um privilégio.

Emprestar as asas à tempestade, fazer da insegurança, a força e do risco de morrer, o alimento... Aceitar, Confiar, Entregar e Agradecer!

[...] Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais, significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com um mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de nos homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos.

Ailton Krenak

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema as famílias na política de Assistência Social busca investigar quais processos de subjetivação são produzidos nos encontros entre as famílias com os serviços da assistência social. Para tal, tem como marco teórico a esquizoanálise, enquanto uma teoria que se dedica à captura das complexidades das relações da vida e poder. Nesse contexto, as reflexões desse trabalho têm como objetivo a explicitação das tensões macro e micropolíticas dentro do campo de experimentação do trabalho social com famílias no SUAS, por meio da identificação desses segmentos na organização do rizoma da assistência social e de seus campos de efeitos. A escolha metodológica dessa pesquisa é a cartografia, por se tratar de uma metodologia extremamente potente e consistente quanto aos seus pressupostos teóricos e rigor metodológico para compreender a complexidade das relações sociais em suas multideterminações. Como resultados, identificamos que é preciso uma análise crítica sobre os enquadramentos colonializados que utilizamos para (re) produzir as famílias no contexto de políticas públicas e uma abertura à multiplicidade e à diferença se fazem necessárias para aqueles que buscam o que querem as famílias da assistência social.

Palavra-chave: Família. Matricialidade Sociofamiliar. Assistência Social. Cartografia.

ABSTRACT

This research has as its theme the families in the Social Assistance policy and seeks to investigate which processes of subjectivation are produced in the encounters between families and social assistance services. To this end, it has schizoanalysis as a theoretical framework, as a theory dedicated to capturing the complexities of life and power relations. In this context, the reflections of this work aim to explain the macro and micropolitical tensions within the field of experimentation of social work with families in SUAS, through the identification of these segments in the organization of the social assistance rhizome and its fields of effects. The methodological choice of this research is cartography, as it is an extremely powerful and consistent methodology in terms of its theoretical assumptions and methodological rigor to understand the complexity of social relations in their multiple determinations. As a result, we identified that a critical analysis of the colonized frameworks we use to (re) produce families in the context of public policies and an opening to multiplicity and difference are necessary for those who seek what they want from the families of assistance. Social.

Keywords: Family. Socio-family matrix. Social Assistance. Cartography.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização das famílias participantes.....	74
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE – Auxílio Emergencial

AS - Assistência Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ILPI - Instituições de Longa Permanência para Idosos

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

PBF – Programa Bolsa Família

PSB - Proteção Social PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

PTCR – Programas de Transferência de Renda Condicionada

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

TCLE - Termo de Esclarecimento Livre Esclarecido

TSF - Trabalho Social com Família

TVR – Trajetória de Vida nas Ruas

VPS – Visão de Proteção Social

SUMÁRIO

ESCRITOS PRELIMINARES – PRÓLOGO	13
Um convite ao percurso: vibrações, sons, silêncios e efeitos	13
1 PANORÂMICA TEMÁTICA E ESTRATOS ORGANIZATIVOS DA PESQUISA	16
1.1 Trajetórias, caminhos, escolhas e circuitos de saber-poder em (des) construção..	23
1.1.1 Toda pesquisa é política – trajetória e implicação.....	25
1.2 Uma pesquisa, uma pesquisadora e uma política pública atravessadas pela pandemia de Covid-19	32
2 O MUNDO ANDA TÃO COMPLICADO: SOBRE AS COMPLEXIDADES DAS RELAÇÕES SOCIAIS E SEUS EFEITOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	37
2.1 A produção da realidade como um rizoma: entre quais emaranhados de linhas se faz rizoma do trabalho social com famílias no SUAS?	41
2.2 A composições macro e micropolítica da realidade e seus funcionamentos.....	45
2.3. Possíveis articulações entre a macro e micropolítica e governamentalidade	52
2.4 Matizes necropolíticas no rizoma da assistência social: sobre quais corpos o biopoder age?.....	58
3 CAMINHOS E MEANDROS METODOLÓGICOS: A CARTOGRAFIA COMO COMPANHEIRA DE PERCURSO PARA COMPREENSÃO DA COMPLEXIDADE DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS.....	64
3.1 E o caminho se faz mais importante que o chegar: os efeitos do encontro da pesquisadora com a cartografia	65
3.1.1 O encantamento.....	65
3.1.2 O Desespero.....	66
3.1.3 A Invenção e a experimentação	67
3.1.4 Do usuário-guia para a família-guia	68
3.1.5 Os “poréns” e os ‘mas’ que nos instigaram a criar	68
3.2 As linhas duras do método cartográfico – enquadre geral do campo de pesquisa..	70
3.2.1 O manejo atencional do cartógrafo: um dispositivo para produzir conhecimento	71

3.2.2 Os efeitos do deixar guiar-se pelas famílias: reconfigurações de novos-velhos territórios cartográficos..... 79

TERRITÓRIO CARTOGRÁFICO 1: A PROTEÇÃO SOCIAL COMO DISPOSITIVOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES – TENSÕES ENTRE MODELOS E O ENCONTRO COM A PANDEMIA DE COVID-19.....83
O encontro com a pandemia de Covid-19 e as visões ultraconservadoras de Estado: é o fim do SUAS?.....90

TERRITÓRIO CARTOGRÁFICO 2: VIBRAÇÕES, REVERBERAÇÕES E CAPTURAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: COMO A LUZ EM EXCESSO PODE CEGAR.....99

TERRITÓRIO 4: A FAMÍLIA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE: AS LINHAS E OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA FAMÍLIA NO CENTRO E NO ALVO DO SUAS108
A produção da família na assistência social: uma família para chamar de sua114
A família ‘da’ assistência social.....116

TERRITÓRIO CARTOGRÁFICO 3: ENTRE BARULHOS E SILÊNCIOS: AS VOZES, O QUE DIZEM, O QUE ESCUTAMOS E QUAL VALORAÇÃO ATRIBUÍMOS.....131
A interseccionalidade como um dispositivo analisador das vozes da família139

TERRITÓRIO CARTOGRÁFICO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS OU (DES)TERRITORIALIZANDO OS CORPOS, SEUS SONS E SUAS TRAJETÓRIAS E NOS PERGUNTANDO: O QUE QUEREM AS FAMÍLIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL?150

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS158

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido172

ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Uso de Imagem.....174

Cântico Negro

José Régio

"Vem por aqui" - dizem-me alguns com os olhos doces

Estendendo-me os braços, e seguros

De que seria bom que eu os ouvisse

Quando me dizem: "vem por aqui!"

Eu olho-os com olhos lassos,

(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)

E cruzo os braços,

E nunca vou por ali...

A minha glória é esta:

Criar desumanidade!

Não acompanhar ninguém.

- Que eu vivo com o mesmo sem-vontade

Com que rasguei o ventre à minha mãe

Não, não vou por aí! Só vou por onde

Me levam meus próprios passos...

Se ao que busco saber nenhum de vós responde

Por que me repetis: "vem por aqui!"?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,

Redemoinhar aos ventos,

Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,

A ir por aí...

Se vim ao mundo, foi

Só para desflorar florestas virgens,

E desenhar meus próprios pés na areia
inexplorada!

O mais que faço não vale nada.

Como, pois sereis vós

Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?...

Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,

E vós amais o que é fácil!

Eu amo o Longe e a Miragem,

Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,

Tendes jardins, tendes canteiros,

Tendes pátria, tendes tetos,

E tendes regras, e tratados, e filósofos, e
sábios...

Eu tenho a minha Loucura !

Levanto-a, como um facho, a arder na noite
escura,

E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos
lábios...

Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém.

Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;

Mas eu, que nunca princípio nem acabo,

Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!

Ninguém me peça definições!

Ninguém me diga: "vem por aqui!"!

A minha vida é um vendaval que se soltou.

É uma onda que se alevantou.

É um átomo a mais que se animou...

Não sei por onde vou,

Não sei para onde vou

- Sei que não vou por aí!

Poema interpretado por Célia Natalina dos
Anjos

ESCRITOS PRELIMINARES – PRÓLOGO

Um convite ao percurso: vibrações, sons, silêncios e efeitos

Essa pesquisa convida a vocês, leitoras e leitores, por meio desse poema de José Régio interpretado pela poetisa e declamadora Célia Natalina dos Anjos¹, a se conectarem com as vibrações de um corpo e de uma voz....

Esse poema fala de um corpo sobredeterminado, que faz o seu próprio vendaval, um corpo que se recusa a seguir caminhos predefinidos ditos por outros, um corpo que se recusa ser governado. Na primeira vez que o li e assisti na interpretação de Célia, os versos ganharam mais expressividade. Vi nos versos dela a representação de várias vozes que já havia escutado me dizendo essas mesmas palavras no cotidiano de trabalho com famílias: *“tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios/Eu tenho a minha Loucura”*².

As famílias não querem ser objeto, não querem ser guiadas, como se, destituídas de autonomia, precisassem daqueles que apontam os caminhos, ditos certos. Elas querem ir e vão: *“não, não vou por ali, só vou por onde/Me levam os meus próprios passos ...”*.

Assim como no poema, também *há em meus olhos ironias e cansaços*, que me fazem, como pesquisadora, a me recusar a *“ir por ali”* ...

Começar a tese com esses sons e vibrações emanadas da interpretação do poema é o meu convite para o compartilhamento de um campo de efeitos da pesquisa cartográfica aqui apresentada. Gostaria muito que essa tese tivesse movimento, sons vindos das presenças e ausências das vozes das famílias na assistência social e que estes fossem os nossos guias. Por onde esses sons vão nos levar e que combinações vão produzir?

Em uma rápida busca no campo da Física, encontramos que os sons são reflexos das vibrações dos corpos que se propagam pelo ar e assim transmitem energia. Têm o formato de onda, são flexíveis e por isso mesmo eles podem sofrer diversos fenômenos, variações e recomposições ao se encontrarem com outros corpos.

Ora, se os sons são reflexos dessas vibrações e se modelam conforme o encontro de um corpo com o outro, de que corpos estamos falando nessa tese? Como esses corpos vibram para produzir sons e que tipo de sons produzem?

¹ Para assistir à interpretação do poema, acesse: https://youtu.be/etQ1K-yf_q4 - sugerimos acessar antes de continuar a leitura da tese. Celia Natalina dos Anjos é poetisa e declamadora e possui um canal no youtube onde apresenta seus trabalhos. Infelizmente, não foi possível localizar mais informações sobre a artista.

² Em diversos momentos retomaremos o poema de Jose Régio que abre essa tese. Sempre que nos referirmos a ele o mesmo estará indicado em itálico (*REGIO, 1955*).

Falamos nessa tese dos corpos físicos, institucionais, normativos atravessados por relações de poder que orbitam a política de assistência social e o trabalho social com famílias. Esses corpos em vibração, ora compõem sons de forma harmônica produzindo melodias que despertam a potência inspirando a ação inventiva, ora formam ruídos e estridências, pois estão em frequências diferentes e acabam cansados e desvitalizados. Por outras vezes, essas vibrações produzem sons inaudíveis, sendo confundidos com o silêncio que faz emergir uma sensação de esvaziamento das práticas de trabalho social com família.

Diante dessa realidade, surgem as perguntas: Por onde circula a vibração das famílias da assistência social? Quais estridências e silêncios escutamos, que sentidos atribuímos a eles? Em quais ritmos eles aparecem?

Será em meio a essa justaposição de efeitos possíveis dos sons, de harmonia, da estridência e do silêncio que vocês irão encontrar nas próximas páginas a tarefa de tradução das vibrações de energias experienciadas no corpo de uma pesquisadora. Tarefa essa limitada, pois busca representar um campo de efeitos que necessita de tridimensionalidade que por vezes as palavras não têm.

Mas qual campo de efeitos me refiro aqui? O campo de efeitos dos encontros das famílias com a assistência social e dessas duas com essa pesquisadora.

Panorâmica temática e extratos organizativos da pesquisa



1 PANORÂMICA TEMÁTICA E ESTRATOS ORGANIZATIVOS DA PESQUISA^{3 4}

Os avanços advindos desde a Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993) –, representam os esforços de construção do Sistema Único de Assistência Social. Esses esforços têm colocado o trabalho social com famílias no âmago das suas discussões sobre os esquemas de proteção social no Brasil contemporâneo, produzindo um campo fértil da discussão sobre a natureza, o alcance e a racionalidade da proteção social para as famílias.

Assim, a presente tese tem como tema família e políticas públicas com ênfase na política de assistência social. E as perguntas que orientam esse caminho - do título à última linha do texto - se relacionam ao que ocorre no entre, nas relações macro e micropolíticas estabelecidas entre as famílias e essa política.

Em meio a essas perguntas, muitas outras vão nos acompanhar. E é válido destacar que o nosso percurso aqui será trilhado por uma infinidade de outras tantas e elas não tem a menor pretensão positivista de serem respondidas. As perguntas aqui são usadas como pontos de inflexão dentro de um discurso naturalizado. A inflexão da entonação que se modifica pelo sinal gráfico da interrogação é feita para chamar a nossa atenção. Funcionam também como a inflexão da matemática que surge como um ponto de parada da curva que provoca uma mudança de direção.

É a breca na beira do penhasco, é aquele milésimo de segundo quando o vento frio toca a face e a mente (e o coração) decidem entre pular e se jogar no desconhecido se libertando de velhas certezas ou voltar para terra firme e abraçá-las.

Assim, vamos nos perguntar nesse caminho: O que está sendo produzido no encontro das famílias com a política de assistência social? Como se apresentam as forças que constituem esses encontros? Como as próprias famílias nomeiam esse campo de efeitos?

No Brasil após a Constituição Federal de 1988, a maioria dos desenhos de políticas públicas tem tomado como referência a família e o território como elementos centrais para o desenvolvimento de estratégias de atuação do Estado na promoção de bem-estar social. Essa centralidade tem sido positivada nos textos normativos partindo do pressuposto de

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

⁴ As imagens que ilustram as aberturas dos capítulos da tese são composições autorais produzidas com os registros fotográficos integrantes do diário de bordo dessa pesquisa.

que o trabalho com famílias em seus próprios lócus de vivência contribui para a superação de vulnerabilidades e riscos sociais, bem como para a ampliação de direitos e da cidadania.

Contudo, ainda que as conquistas advindas com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) sejam um avanço inequívoco quanto à ampliação de direitos neste país, é preciso compreender que os arranjos de políticas públicas e as condições de cidadania são atravessados por um imbricado movimento de vetores de forças políticas, econômicas e sociais que nos provoca a pensar que a cidadania não pode ser tratada sob uma ótica universal, nem sob uma única perspectiva conceitual, muito menos sob uma única perspectiva de exercício⁵.

Não basta apenas o texto constitucional afirmar que o cidadão tem ‘direitos a ter direitos’, uma vez que a materialização dessa premissa não ocorre sem disputas que são atravessadas pelas questões raciais, de gênero, de classe social e por desigualdade estruturais que não podem ser desconsideradas.

Como apontado por Rocha, a visão abstrata e universalizante de sujeito de direitos “sustenta a reprodução de sistemas sociojurídicos extremamente iníquos, onde os Estados perpetuam seu poder sob aparente legalidade e legitimidade, mesmo que uma cidadania efetiva seja garantida para poucos” (ROCHA, 2021, p. 1244). É preciso sempre se perguntar que cidadania seria essa? Para quem efetivamente ela se destina?

Assim, como e em que medida a prática do trabalho social com famílias no SUAS está sendo influenciada por projetos societários e quais os efeitos que essa influência exerce na constituição da cidadania e da subjetividade de indivíduos e famílias?

Do ponto de vista normativo, na Política de Assistência Social, em suas legislações, a cidadania se configura na perspectiva de garantir e contribuir para o bem-estar da população, sendo essa premissa aprofundada de forma protagonista pelo Estado com a finalidade de promover subsídios para superação e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, partindo da garantia dos mínimos sociais e conquista da universalização de seus direitos previstos em lei buscando romper com modelos anteriores (BRASIL, 2004). Como afirma Romagnoli,

A implantação do SUAS, por essa perspectiva, é permeada pelo confronto entre a forma instituída de lidar com a Assistência Social, ou seja, a vertente assistencialista e clientelista delineada historicamente e as forças instituintes que sustentam novas formas de atuar na área e que se amparam nos movimentos

⁵ Não é nosso objetivo, nessa tese, apresentar a evolução histórica do conceito de cidadania, bem como a aprofundar no intenso debate sobre as vicissitudes do conceito, suas tipologias conceituais.

sociais, nas condições locais dos municípios para sua realização, nos embates políticos travados cotidianamente e nas entidades de participação e controle social sobre as políticas públicas (ROMAGNOLI, 2012, p. 126).

Sob essa perspectiva de uma atuação de política pública, a assistência social se organiza por meio do Sistema Único da Assistência Social – SUAS – que possui os seguintes eixos estruturantes: a) precedência da gestão pública da política; b) alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; c) matricialidade sociofamiliar; d) territorialização; e) descentralização político-administrativa; f) financiamento partilhado entre os entes federados; g) fortalecimento da relação democrática estado e sociedade civil; h) valorização da presença do controle social; i) participação popular/cidadão usuário; j) qualificação de recursos humanos; k) informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (BRASIL, 2005).

O SUAS se organiza de forma descentralizada e hierarquizada em níveis de proteção social, a saber: Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE de média e alta complexidade, para a efetivação de políticas públicas, e, conseqüentemente, para proteção social, voltadas para o segmento mais vulnerável da população.

A Proteção Social Básica – PSB – é destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, visando potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos familiares e sociais, por meio da promoção do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência e à socialização das famílias e indivíduos com vista à garantia de direitos.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero, por deficiência, dentre outras) (BRASIL, 2005, p. 56).

A PSB possui como porta de entrada o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, unidade pública estatal responsável pela execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF–, e pela gestão da proteção social básica no território.

O trabalho social com famílias no âmbito da proteção social básica se materializa por meio da execução do PAIF, que objetiva o alcance e usufruto dos direitos sociais, gerando dinâmicas que levem à participação cidadã, visando à diminuição de riscos e vulnerabilidades e contribuindo para o exercício da função de proteção das famílias.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitário, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009, p. 6).

Por sua vez, a Proteção Social Especial – PSE – se destina às famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e violação de direitos por ocorrência de abandonos, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros, tendo nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS – suas unidades públicas que coordenam e ofertam serviços especializados e continuados.

Na referência dessa organização normativa da política pública de assistência social, o que chamarei aqui de sua dimensão macropolítica, a execução do trabalho social com famílias no SUAS tem apresentado desafios para o cumprimento de seus objetivos, e estes desafios se conectam com elementos do cotidiano da execução das práticas de trabalho, o que chamarei de sua dimensão micropolítica. Do encontro entre essas dimensões, são produzidas reverberações no desenvolvimento do trabalho social com famílias, tal como vem sendo proposto dentro da Política Nacional de Assistência Social - PNAS que nos faz indagar:

Estaria, de fato, o Estado sendo capaz de proteger a família e seus membros mais vulneráveis, possibilitando o exercício da cidadania e o desenvolvimento social? Que proteção estamos falando e fazendo? Para quem e em relação a que se protege?

As questões inicialmente aqui colocadas são de fundamental importância, visto que a Política de Assistência Social, bem como o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, são recentes e ainda estão em construção e têm sido temáticas de diversas pesquisas acadêmicas.

Quando analisamos o campo de produção científica sobre a área, destaca-se que os temas mais amplamente debatidos têm se dedicado a analisar os processos de implantação do SUAS e os desafios quanto à gestão pública, os efeitos dos programas de transferência de renda, os impasses da atuação dos profissionais no SUAS e relatos de experiências no campo do trabalho social com famílias.

Contudo, são poucas as pesquisas que dão ênfase efetiva à centralidade dos usuários e se dedicam a compreender como as relações dessas famílias se estabelecem com as provisões da assistência social e quais os efeitos nos processos de construção de

subjetividades dessas famílias. Destacamos, contudo, os trabalhos de Rego e Pinzani (2014), que centralizam essa análise pelo viés do Programa Bolsa Família, Andrade (2017) e Romagnoli (2019) que abordam a importância da vocalização de famílias de forma mais abrangente no SUAS.

Por que, em um campo tão importante de atuação profissional, existem tão poucas pesquisas trazendo a centralidade às famílias usuárias e suas percepções? Não que esses temas não se apresentem na literatura acadêmica, mas, em geral, são apresentados de forma mais secundária nas pesquisas.

Essa baixa presença nas pesquisas acadêmicas do protagonismo da ‘voz’ dos usuários é um dispositivo analisador que muito me interessa no percurso de pesquisa, pois ele dialoga diretamente com a questão de pesquisa aqui apresentada.

Assim, é objetivo dessa tese investigar quais os efeitos no processo de subjetivação são produzidos nos encontros entre das famílias com os serviços da assistência social. E, para tanto, foi preciso (1) circunscrever o lugar da família na assistência social; (2) identificar as práticas de objetivação e subjetivação produzidas na relação da família com os serviços da assistência social; (3) assim cartografar os efeitos dos processos de subjetivação produzidos nas famílias rastreando o campo de efeitos nos encontros com os serviços e as equipes; (4) analisar os agenciamentos, os vetores de forças em jogo; e (5) examinar os processos de subjetivação produzidos nas famílias, delineando os aspectos reprodutivos, de assujeitamento e inventivos, de autonomia.

As reflexões nessa tese se orientaram pela busca sobre a explicitação das tensões macro e micropolíticas dentro do campo de experimentação do trabalho social com famílias no SUAS, por meio da identificação desses segmentos na organização do rizoma da assistência social e quais campos de efeitos e vibrações têm produzido, bem como quais reverberações temos percebido e escutado.

Como interlocutores teóricos adoto como referência a esquizoanálise, enquanto uma teoria que se dedica à captura das complexidades das relações da vida. Tarefa difícil e ousada, pois a construção dessa tese não parte da esquizoanálise, até então pouco conhecida por mim e de pouca utilização nos meios pelos quais círculos. Parte da inquietação de um campo de experimentação como trabalhadora, docente e pesquisadora *da e na* política de Assistência Social que se encontrou com esse campo conceitual e o tomou como ferramenta analítica, ética, estética e política para compreender a complexidade dos problemas vivenciados por uma política pública.

A escolha metodológica dessa pesquisa é a cartografia, por se tratar de uma metodologia extremamente potente e consistente quanto aos seus pressupostos teóricos e rigor metodológico e por possuir em si mesma a porosidade metodológica necessária para compreender a complexidade das relações sociais em suas multideterminações, naquilo que mais nos interessa aqui: o campo de efeitos.

Assim o percurso desenvolvido nessa tese articulou o referencial teórico com os efeitos dos encontros com o campo de pesquisa. E estão organizados da seguinte maneira.

Na primeira parte apresento reflexões sobre a complexidades das relações sociais e seus efeitos no campo das políticas públicas. Tomando a realidade como uma produção rizomática para compreender o funcionamento e efeitos de linhas e segmentos que se organizam macro e micropoliticamente, a governamentalidade e a necropolítica se somam nesse percurso trazendo coloridos importantes a essa discussão.

Em seguida apresento a metodologia adotada, as escolhas dos dispositivos metodológicos, bem como a caracterização geral do campo cartográfico de pesquisa. Nas sessões subsequentes, denominadas de *Territórios Cartográficos* articula-se as reflexões teóricas com os efeitos do processo cartográfico desenvolvido na relação com o campo de pesquisa.

No primeiro território, *“A Proteção Social como Dispositivos de Produção de Subjetividades: tensões entre modelos e o encontro com a Pandemia de Covid-19”*, abordo as visões de proteção social e a tensões entre modelos distintos, mas que se interpenetram no SUAS, discuto como o desmonte das políticas públicas e os efeitos do discurso ultraconservador se somam e complexificam às visões de proteção social. Aborda-se o encontro do SUAS com a pandemia de Covid-19 e os efeitos que a mesma imprime na política de assistência social por meio das reflexões que o campo de pesquisa ínsita.

O segundo território, *“Vibrações, Reverberações e Capturas na Assistência Social: como a luz em excesso pode cegar”* cartografo o funcionamento da macropolítica e da micropolítica da assistência social no seu processo de consolidação como política pública. Já no terceiro território, *“A Família como dispositivo de controle: as linhas e os múltiplos significados da família no centro e no alvo do SUAS”* problematiza-se como a família se apresenta enquanto um dispositivo de controle governamentalizante, como ela é

incorporada no desenho do SUAS e quais efeitos essa incorporação produz no processo de subjetivação das famílias.

Em seguida, no território: *“Entre barulhos e silêncios: as vozes, o que dizem, o que escutamos e qual valoração atribuímos”* toma-se a interseccionalidade como um dispositivo analisador das vozes das famílias na assistência social.

No último território: *Considerações finais ou (des) territorializando os corpos, seus sons e suas trajetórias e nos perguntando: o que querem as famílias da assistência social?”*; O percurso trilhado tendo as famílias como guia se encerra, ainda que não definitivamente, e a pergunta que orienta essa tese nos provoca a ser respondida. Apresento novas questões de investigação e as contribuições para a área temática.

Os territórios cartográficos não são lineares em si, se interpenetram, se atçam, não são definitivos, mas compõe pontos de parada no percurso, indagam e provocam com algumas questões abordadas sob óticas e ângulos um pouco diferentes dos usuais.

A voz que fala nessa tese é a minha, mas como sou feita de muitos e muitas, todos me acompanham aqui também e me fazem brincar com as pessoas do discurso da primeira pessoa do singular e do plural de forma proposital. Em ressonâncias com minha subjetividade, dão passagem a endurecimentos e aberturas presentes na complexidade do que me proponho a estudar. O tom autobiográfico que por vezes pode sugerir não deve ser confundido como uma autoreferência excessiva, mas é fruto do reconhecimento de que meu objeto de pesquisa não está fora de mim, ele me constitui como uma pesquisadora e profissional, ele se produz em ato, na interação comigo e isso é um recurso metodológico importante.

E por isso mesmo escrever não é tarefa simples – e não me refiro aqui às regras gramaticais e do rigor dos textos acadêmicos que prezam pela norma excessiva. Refiro, sobretudo, ao ato político e de resistência micropolítica da minha parte e sei que, como tal, este texto pode ter diversas interpretações e efeitos. Por isso, mesmo a tarefa de escolher o que dizer, como dizer, que palavras usar, com quem conversar ou não, o que grita e o que silencia nesta tese foi algo que sempre me acompanhou. Uma escrita na fronteira entre teoria e prática, na fronteira entre o eu, o nós e o eles; uma escrita na fronteira entre a abstração do conceito e a concretude do mesmo em ação; uma escrita vendável que se *“nega a ir por ali”* .

1.1 Trajetórias, caminhos, escolhas e circuitos de saber-poder em (des) construção

Nesta sessão apresento a análise da minha implicação como pesquisadora por meio da narrativa da trajetória profissional percorrendo os dispositivos de saber-poder das instituições que me constituem, pois todas elas me circulam, me atravessam e falam através de mim como pesquisadora.

A construção do conhecimento, não é isenta, por mais que as tradições positivistas da ciência ainda insistam em afirmar e para as pesquisas que dialogam com o referencial da Análise Institucional essa afirmativa ganha mais destaque. Escolher um campo de pesquisa, delimitar uma situação problema é sempre um ato de vontade política do pesquisador que possui estreita relação com sua história pessoal e profissional e que se emaranham como será discutido a seguir.

Lourau (2004) ao discutir o conceito de implicação afirma que “o observador já está implicado no campo de observação, sua intervenção modifica o objeto de estudo, transformando-o” (p, 82). A implicação não é um ato de vontade, mas uma questão constitutiva das instituições e, portanto, precisa ser analisada. Tem relação com os lugares que se ocupa, com os que se espera ocupar, e os que lhe são encarregados de ocupar.

Segundo Romagnoli (2014), a análise da implicação é utilizada no Brasil tanto pela análise institucional inspirada em René Lourau, como pela esquizoanálise inspiradas em Deleuze e Guattari. A implicação se refere à não neutralidade, à compreensão de que as instituições nos atravessam e, ao fazer esse movimento, nem o pesquisador, nem o campo de pesquisa saem ilesos aos efeitos:

[...] para conhecer/intervir em uma instituição é preciso trabalhar a partir do que nos liga a ela, ou seja, nossa “implicação”, conceito que confronta abertamente as propostas apolíticas e racionais que sustentam o paradigma moderno (ROMAGNOLI, 2014, p. 45).

E por isso para analisá-la é preciso recorrer a trajetória institucional. Segundo Coimbra e Nascimento,

Implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, de ato voluntário. Ela está no mundo, pois é uma relação que sempre estabelecemos com as diferentes instituições com as quais nos encontramos, que nos constituem e nos atravessam (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 145).

Pesquisar a sua própria prática profissional não é tarefa simples e não muito valorizada nas tradições positivista de ciência. Segundo Penido (2015;2020), o pertencimento ao campo de estudo enquanto trabalhador é bem frequente nos alunos de cursos de pós-graduação, mas pouco estudado no Brasil⁶ e não pode ser tratado como mera característica, mas sim deve ser compreendido como um importante analisador, como um elemento que denuncia as tensões presentes nas instituições. A autora ainda em concordância à ideia de René Lourau, afirma que considerar o trabalhador-pesquisador como um analisador institucional é considerá-lo como um “dispositivo que produz movimentos instituintes e faz falar algumas instituições, entre elas a própria ciência” (PENIDO, 2020, p. 387).

O *praticien-chercheur* – ou em tradução livre adotada pela autora, trabalhador-pesquisador – não se refere “a especificidade de um profissional que faz uma pesquisa, mas se refere a um profissional atuante cuja prática de trabalho compõe seu objeto de pesquisa (ibid., p. 381). As posições trabalhador e pesquisador não se alternam, mas sim atuam de forma imbricada, emaranham-se:

Acrescento que o trabalhador-pesquisador não pode ser reconhecido como resultante da soma dos estatutos de trabalhador e pesquisador relativos a um mesmo indivíduo. Os pressupostos epistemológicos representados na máxima “transformar para conhecer” inspiram o debate: se eu transformo para conhecer, ao mesmo tempo em que transformo, conheço e, conhecendo, sigo transformando. Nesse sentido, seria impossível isolar o trabalhador em relação ao pesquisador e vice-versa, uma vez que o trabalhador-pesquisador assume a radicalidade do movimento (ibid., p. 384).

Minha posição nessa pesquisa é de uma *praticien-chercheur*, que foi se fazendo enquanto tal ao longo da construção da trajetória profissional e acadêmica, sendo uma diretamente relacionada à outra. Portanto, é preciso analisar minhas posições, minhas escolhas nessa pesquisa sobre uma perspectiva que é atravessada pela minha implicação, e especialmente pela minha sobreimplicação com o campo de estudo-trabalho.

A análise da implicação é um movimento que transversaliza toda a tese aqui apresentada, iniciando neste momento em que apresento e analiso a minha trajetória profissional e acadêmica e vai ao longo da tese se emaranhando com o próprio campo de análise e com a tessitura da minha escrita. Como destaca Penido (2020), este tipo de

⁶ Penido (2020) faz importante resgate de como os autores franceses têm compreendido e trabalhado com esse termo, sendo seu artigo uma importante referência sobre as pesquisas do tipo *praticien-chercheur* dada a escassez desse debate no Brasil.

análise não tem como objetivo enaltecer a bibliografia do *praticien-chercher*, mas sim ser um dispositivo que faz colocar em análise os jogos de saber-poder institucionais que o atravessam e o compõe.

1.1.1 Toda pesquisa é política – trajetória e implicação

Coimbra e Nascimento (2008) destacam que o movimento de observar o jogo de luz e sombra que as nossas práticas de saber/poder produzem é o de colocar em análise o lugar que ocupamos, o lugar do qual produzimos verdades e quais os efeitos geramos. Não há verdades absolutas ou universais, apenas campo de efeitos, que são produzidos por uma infinidade de agenciamentos possíveis. E, neste sentido, cabe então refletir de que lugar essa pesquisa e essa pesquisadora falam.

Sou formada em psicologia desde 2006, sendo que desde a época da graduação, nunca consegui encontrar um campo teórico que me sentisse confortável, porque o que mais me interessava era ver o conhecimento *psi* aplicado, em movimento, em utilização viva para além dos campos tradicionais de atuação. Em meados de 2007, pouquíssimo se sabia sobre o SUAS e o papel do psicólogo nessa área, mas como esta política estava em expansão, por meio da implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em todos os municípios brasileiros, houveram muitas oportunidades para inserção da psicologia, especialmente em municípios de pequeno porte, como o que me inseri⁷.

Desde então, a minha inserção, inicialmente circunstancial quanto à necessidade de um primeiro emprego, foi caminhando do mero acaso para uma identificação com a área, especialmente nos aspectos relativos à gestão dessa política. Esse interesse esteve muito relacionado com as minhas relações profissionais e seus efeitos sobre mim, que me levaram tanto a ocupar espaços de gestão, como a adentrar na vida acadêmica como docente e pesquisadora, o que demonstra e corrobora os pressupostos institucionalistas de que não é possível transitar em instituições de forma neutra⁸.

⁷ Debatem largamente esse cenário, Iamamoto e Oliveira (2010); Afonso et al., (2012); Romagnoli, (2012); Costa e Cardoso (2010); Florentino e Melo, (2017); De Souza Gomes e Gonçalves, (2018).

⁸ Durante minha trajetória profissional, iniciei atuando no SUAS como técnica no CRAS em um município de pequeno porte no interior de Minas Gerais e depois como técnica da proteção social básica em Belo Horizonte. Após a efetivação no concurso público, passei a atuar como analista de políticas públicas e ocupei diferentes cargos nos níveis da gestão municipal do SUAS em Belo Horizonte. Fui coordenadora de

Estes encontros com os corpos institucionais deixaram marcas no meu corpo e na minha própria trajetória profissional e essa nas instituições nas quais circulava. Marcas que agitavam minha vontade pela busca de produzir um fazer que despertasse a potência das intervenções, os deslocamentos da subjetividade, eticamente comprometido ante a realidade de atuação que se desvelava, tanto no meu contato direto com os usuários, como nas tramas institucionais que percorria.

Marcas também de inquietude, de recusa, de inconformismo com a letargia de uma profissão que ‘não sabia o que fazer na assistência social’. Como o corpo da psicologia se encontrou com a política de assistência social e a interdição normativa de ‘no CRAS não se faz clínica’ sempre me incomodou.

A tensão entre a formação básica em psicologia e a sensação de despreparo vivenciada por muitos profissionais para a inserção na política de assistência social eram inicialmente as grandes temáticas problematizadas nas produções acadêmicas sobre o papel do psicólogo no SUAS (FONTENELLE, 2008; OLIVEIRA et al., 2011; ROMAGNOLI, 2012; RIBEIRO E GUZZO, 2014; MACEDO, 2018). Na minha vivência com meus pares profissionais, os diálogos se centravam em uma crise de identidade profunda na atuação das psicólogas e psicólogos, que se questionavam cotidianamente sobre suas práticas.

Na minha percepção, via o corpo da psicologia se mostrando por muitas vezes paralisado e reativo ao externo do que pode ou não pode fazer, - *não se faz clínica no CRAS* - que se deixava afetar pelos simples efeitos desse encontro com o SUAS. Sem ele próprio, enquanto um corpo vivo, imprimir ação nesse campo de relações, produzir experimentações, modificações nas próprias linhas que definem esse corpo – psicologia. Assim, eu via o corpo – psicologia no SUAS – sofrer pela busca asfixiante da resposta à pergunta: ‘o que faz o psicólogo na assistência social?’ Uma resposta não dada a priori, mas construída em meio às possibilidades de experimentação que se faziam à medida que assumíamos esse espaço de atuação⁹.

CRAS, Gerente Regional de Assistência Social, Referência Técnica do PETI e Coordenadora metodológica da Proteção Social Básica Regional, além de funções de apoio técnico a gestão. Na minha trajetória acadêmica, fiz Mestrado Profissional discutindo meu campo de atuação na assistência social e tenho ministrado diversos cursos e disciplinas relacionadas às práticas de trabalho com famílias e grupos em cursos de atualização, de especialização lato-sensu e orientado vários alunos que desenvolveram produções nessa temática.

⁹ Destaco aqui o importante papel no avanço desse debate que o Conselho Federal de Psicologia por meio do Centro de Referências técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP – tem desenvolvido para conhecer e orientar a atuação dos psicólogos no SUAS. No ano de 2021 lançou a revisão das Referências para a atuação no Cras/Suas que demonstram como as experimentações dos profissionais desse contexto de

Na época que comecei a atuar, poderia até não saber nomear claramente o que a psicologia fazia na assistência social, mas sabia que os conhecimentos de base da formação eram consistentes e deveriam ser operados na busca pelo estabelecimento de caminhos, pontes entre teoria e prática em prol de uma psicologia para a cidadania (AFONSO; FADUL, 2014) e, com essa compreensão, sempre procurei colocar o meu corpo psicóloga na assistência social.

Coimbra e Nascimento indicam que:

[...] a implicação é um nó de relações sempre presente no campo de qualquer pesquisa-intervenção. O que interessa à Análise Institucional é a análise de implicações, as pertencas, as referências, as motivações, os investimentos libidinais sempre produzidos nos encontros, nas relações, na história. O que define a sobreimplicação é, ao contrário, uma dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 146).

Dos Santos afirma que a sobreimplicação se relaciona a “um ponto cego na relação do sujeito com a instituição, um excesso que se apoia na implicação para produzir um além que não está, necessariamente, vinculado ao bem-estar daquele que produz o trabalho” (DOS SANTOS, 2019 p, 74).

Se implicado e sobreimplicado sempre se esta, como os efeitos dos dispositivos institucionais de saber-poder atravessam meus corpos? Sim, corpos no plural devido a multiplicidades de configurações e reconfigurações que meu corpo pode assumir conforme os encontros e as afectações que me são produzidas. Assim, Deleuze (2019), em interlocução com Espinosa, nos aponta que para saber o que pode um corpo é preciso compreender qual é a sua estrutura e como essa se coloca nas relações de poder. Portanto, é preciso fazer sempre essa dupla análise na busca para essa pergunta: ‘o que pode um corpo?’

Vamos discutir a primeira dimensão de análise proposta por Deleuze, qual é a estrutura do meu corpo?

Meu corpo é um corpo inquieto, faltante, marginal, pessoal e profissionalmente falando. Como psicóloga, desde a graduação já tinha dúvidas quanto à minha legitimidade como tal. A excessiva disciplinarização positivista reverberava efeitos na minha constituição como psicóloga. Não porque eu não soubesse sobre os pressupostos teóricos

da psicologia enquanto ciência e profissão, mas por não conseguir ver a efetivação desses mesmos pressupostos no cotidiano e concretude da vida social.

A cisão da subjetividade com o social, muito presente no modo-indivíduo de subjetivação, dominante em minha formação, é um ponto de tensionamento na minha trajetória e não gera inquietudes somente a mim, como destacam Silva e Carvalhaes ao analisarem a inserção da psicologia nas políticas públicas:

Nas últimas décadas, as(os) psicólogas(os) vêm ocupando novos espaços de intervenção, sendo que, por vezes, observa-se a dificuldade destes profissionais entre seguir os modelos tradicionais de Psicologia ou ousar experimentar e inventar novos modos de atuação, apostando na potência desta sensação de confusão como disparadora para interlocuções (SILVA; CARVALHAES, 2016, p. 250).

As mesmas autoras destacam ainda, em uma perspectiva de análise foucaultiana da questão, que a psicologia se colocou a serviço do modo de produção capitalista por meio de práticas de intervenção que se colocam a serviço do biopoder. Essas práticas contribuem, assim, para a normatização e homogeneização da vida por meio de táticas que são muito proveitosas para a manutenção da lógica de expropriação do capital que precisa de subjetividades uniformizadas para colocar em operação seus interesses de acumulação.

É muito útil para a manutenção do sistema capitalista colocar o foco no indivíduo, nas suas dimensões internas de sobredeterminação e assim se isentar de responsabilidades sobre os efeitos que um modo de produção tão excludente produz na subjetivação dos indivíduos.

E, neste sentido, para fazer uma atuação como psicóloga que se inquietava com isso, fui convocada a pensar como os efeitos das expressões da questão social reverberam nas condições objetivas de vivência da vida de um contingente enorme de pessoas. Pessoas essas que precisam de ter seus direitos garantidos, da atuação de uma psicologia para a cidadania. Uma psicologia para cidadania construída em uma perspectiva crítica e não romantizada de que apenas o texto constitucional seria o suficiente para garanti-la.

Assim, precisei buscar fora da psicologia uma ancoragem teórica maior, especialmente nas ciências sociais, nos conceitos-chave do serviço social, das ciências políticas. A complexidade das questões que se apresentavam na minha prática era tão atravessada por uma multiplicidade de fatores, que explicações focadas no internalismo da produção da subjetividade não eram capazes de responder. Me aprofundei tanto em

outros campos de conhecimento e esse aprofundamento contribuía para minhas inquietações em relação à minha identidade profissional.

Segui com esses desassossegos, até um dia em que me disseram: ‘*Calma, você é psicóloga sim, mas você orbita nas margens*’. Essa frase reverberou fortemente sobre mim e os efeitos desse sentir estão nessa tese.

Então em quais margens eu me encontro? O que vejo, escuto e quais sentidos atribuo a esse lugar? Quais efeitos elas têm sobre meu corpo? Quais conexões produzo nessas fronteiras? Orbitar nas margens significa olhar duplo do ‘de dentro’ e do ‘de fora’, essa duplicidade gera uma desestabilização constante que merece atenção. Assim, vou apresentá-las brevemente.

Uma primeira e importante margem que ocupo, refere-se à da gestão pública, o que chamarei aqui da margem da margem, visto que, enquanto muito se debatia sobre qual o papel da psicologia nas políticas de assistência social com centralidade nas práticas de atuação direta com os usuários, o meu campo de atuação ia para além disso.

Muito cedo na minha trajetória profissional na assistência social ocupei e contribuí em espaços de gestão dessa política, como técnica de gestão e como gestora, e me interrogava sobre o que a psicologia tem a ver e como se compromete com os processos de gestão de uma política pública, área muito mais recente de atuação profissional e pouco debatida academicamente.

Neste ínterim, conforme Afonso et al., é preciso “pensar que a atuação do psicólogo no SUAS enfrenta uma diversidade de desafios conforme o ponto do sistema onde o profissional atua e de onde precisa refletir sobre as implicações de seu trabalho para uma política de promoção e proteção de direitos” (AFONSO et al., 2012, p. 194).

Ainda que, para a psicologia, a sua inserção em espaços de gestão pública seja uma fronteira teoricamente nova, desde cedo já circulava sobre este espaço a experiência do meu corpo de gestora pública. E não me era desconfortável, visto que a instabilidade própria dessa margem me fazia buscar novos conhecimentos e o meu objeto de gestão, desenvolvimento e implementação, bem como monitoramento de metodologias de trabalho social com famílias, não se afastava muito dos meus conhecimentos *psi*, me deixando em terreno confortável.

Contudo, trabalhar com o desenvolvimento de metodologias, com as prescrições uniformizantes do ‘como fazer’ é um campo repleto de armadilhas. As metodologias de trabalho com as famílias no SUAS são bordas necessárias para a sua organização, porém é muito fácil na construção de metodologias cair em concepções tutelares e de

culpabilização das famílias e perdemos a dimensão da diferença, buscando homogeneizar, igualar e anestesiar as possibilidades de invenção que acontecem no cotidiano das famílias e dos profissionais que atuam com elas. Risco de operarmos apenas burocraticamente, sem refletir acerca dos efeitos dessas metodologias, que muitas vezes podem ser de governo da vida das pessoas.

E como profissional que atua no campo da gestão de processos metodológicos, busco contribuir com metodologias que auxiliassem o desenvolvimento das capacidades protetivas das famílias por meio do reconhecimento de suas diferenças nos modos de ser família. Do reconhecimento de que essas diferenças são atravessadas e refletem uma sociedade desigual e que precisam se constituir como ferramentas de enfrentamento dessa desigualdade e não como ferramentas que operem uma reiteração do paradigma caritativo tutelar que se disfarça como proteção.

A argumentação da narrativa do discurso normativo da ‘defesa intransigente de direitos’ possuía nele mesmo a potência de tal debate, mas também as tensões entre as distintas concepções sobre proteção social, cidadania e família que se justapunham nas práticas de trabalho com famílias (FADUL, 2014).

E neste ponto, retomo Deleuze (2019) e a pergunta sobre o que pode um corpo, buscando responder à segunda dimensão da análise que ele nos propõe: o que está a poder de um corpo e como ele pode se colocar nas relações de poder?

Sempre usei meu corpo institucional e o poder conferido a ele nas relações institucionais (pelos cargos de gestão e por minha inserção acadêmica) para buscar produzir rupturas nas ideologias tutelares em relação à família e às práticas de trabalho social. De tal modo, o poder conferido a mim institucionalmente sempre buscou produzir deslocamentos das linhas duras vigentes do assistencialismo das práticas de trabalho com famílias. E em minha trajetória, sempre busquei construir uma reflexão crítica quanto às práticas de trabalho social com família – TSF.

Especificamente neste caso, por ocupar lugares institucionais nos quais as tomadas de decisões são feitas, os circuitos de saber/poder acabavam por operar com cores e luzes próprios, visto que a gestão pública no campo da política de assistência social é perigosamente permeada de armadilhas e dispositivos que nos fazem desviar facilmente do poder potência para o poder opressão.

Como em toda instituição, há uma tensão entre usar o saber-poder para produzir circuitos de potencialização da diferença, da vida e/ou usá-lo para produção de estados de alienação, de aridez e despotencialização da vida (ROMAGNOLI, 2006).

Ainda que Foucault (1999) aponte que o biopoder se exerça de forma anônima e se emaranhe nas instituições fazendo se apresentar por meio de dispositivos sofisticados de operação, aqui nessa análise de implicação, ele não está anônimo, pois as instituições (Estado e a Academia) se utilizam de mim como parte constitutiva delas, para operar.

E, portanto, se faz preciso fazer uma escolha ética, estética e política de como o meu corpo vai reagir ante ao exercício do biopoder que sou convocada a exercer no meu cotidiano. Como usar meu corpo institucional para operar poder potência e não poder opressão?

Vale lembrar que nem o saber nem o poder são dispositivos universais e a-históricos, agindo apenas no macro, no molar. São, sim, produtos de questões emergentes em determinada época, estando imbricados com a produção de subjetividades, agindo sobretudo no micro, nos espaços sociais moleculares (ROMAGNOLI, 2006 p. 49).

Essa era, e ainda, é o ponto de grande instabilidade: a justaposição entre a macro e micropolítica – ativa e reativa no cotidiano da minha prática profissional e que atravessa também essa pesquisa e toca a minha margem de pesquisadora.

Mas quanto mais nitidamente percebo a coexistência dessas linhas e seus movimentos em operação, isso só amplia a complexidade da situação, pois os pesos e as medidas alteram a balança das ações e testam a coerência e compromisso ético.

Quais negociações institucionais devemos fazer macropoliticamente quando queremos produzir efeitos de transformação micropolítica? Como não se render aos microfascismos e às armadilhas que nos fazem sutilmente entrar em um terreno perigoso de negociação de princípios e compromissos éticos, pois operam com nossas necessidades de poder, sem que se perceba que a negociação está em jogo.

É muito tênue a divisão do poder opressão e do poder potência quando estamos nos cargos de gestão pública e ocupamos espaços acadêmicos essa inserção profissional se faz entre essas tênues linhas. É preciso buscar desviar dos circuitos institucionais que tentam nos impedir de questionar o instituído e imprimir mudanças na instituição e temos que estar atento a isso constantemente.

Assim, conforme apontado por Romagnoli não é possível desconsiderar e escapar da análise da implicação, visto que:

Implicação da qual não podemos escapar, desafio cuja análise é circunstancial e provisória, e análise que se sustenta num paradigma ético-político para o qual não há neutralidade e nem é possível fazer uma pesquisa de “fora”. Ou seja, nesta abordagem, o pesquisador ocupa um lugar privilegiado para analisar as relações de poder, inclusive as que o perpassam (ROMAGNOLI, 2014 p. 46).

Caminhando na busca pelas relações de poder que me perpassam, é preciso compreender qual a origem do insistente desejo de ouvir as famílias. Refletindo sobre tal questão, considero que essa vontade se relaciona diretamente com o fato que não se pode determinar um ‘como fazer’ sem você envolver nessa equação o elemento principal que é a família. Ora, como contribuir com o desenvolvimento de metodologias de trabalho com famílias, como lecionar sobre práticas de trabalho com famílias se me escapava os sentidos que as próprias famílias atribuem à relação construída?

E assim ficou claro que mais que teorias sobre família e métodos de gestão e gerenciamento de processos metodológicos, eu precisaria compreender a realidade e o efeito de uma política pública sob a perspectiva do destinatário final da ação. Efeitos subjetivos pouco tangíveis, conforme pontua Bronzo (2009) e que por isso mesmo ampliam a nossa responsabilidade técnica e ética ao colocar o saber/poder a serviço de modos de subjetivação.

Ao invés de ampliar as capacidades de produção da vida, esses modos de subjetivação gerenciam o biopoder de forma a controlar as populações por meio do encapsulamento da diferença das diversas formas de estar na vida (FOUCAULT, 2009). Eu me recuso terminantemente, por mais difícil que seja, a usar meu saber-poder para isso, ainda que trabalhe em um terreno muito propício a esse efeito.

Portanto, na perspectiva adotada aqui, como me interesse por compreender o campo relacional e os efeitos que sustentam processos de subjetivação, compreendo que eles só podem ser nomeados, percebidos pelos próprios usuários.

Essa escolha e defesa partem dessa análise de implicação apresentada e, como tal, o percurso de pesquisa que se segue busca reconhecer, nas tramas cartográficas do campo, o que Nascimento e Coimbra nomeiam como as distintas maneiras de observar como a “luz irá cair, se esbater, se propagar, se distribuir, produzindo o nascimento, o fortalecimento, o desaparecimento, a fragilização de alguns objetos, saberes e sujeitos” (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p. 155). Porém, mais que efeitos estéticos, o que nos interessa são os efeitos políticos, os efeitos subjetivos e as reverberações destes no exercício crítico da cidadania.

1.2 Uma pesquisa, uma pesquisadora e uma política pública atravessadas pela pandemia de Covid-19

A execução da pesquisa e dessa tese estão atravessadas pelas consequências da grave crise sanitária que se abateu no mundo a partir de 2019. A doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 se disseminou mundialmente, trazendo grandes desafios para o seu enfrentamento e reflexos em todas as áreas da vida, uma vez que as lógicas de socialização e convivência foram drasticamente alteradas. Repentinamente, fomos catapultados para o isolamento social, o que trouxe e ainda traz novas configuração para o campo das relações sociais que produziram e ainda produzem fortes efeitos na sociedade.

Os efeitos da pandemia de Covid-19 que atravessam essa tese serão abordados de forma breve aqui no que se refere ao processo de desenvolvimento do doutorado e do campo de pesquisa e os efeitos que a pandemia tem gerado no próprio campo temático em análise, destacando que a experimentação desses efeitos se dá de maneira justaposta e por vezes caótica e ainda em andamento nesse corpo cartográfico.

Assim, no que se refere ao desenvolvimento do doutorado, as aulas que passaram a ser virtuais e os encontros entre os professores, colegas, com os pares de vida no campus universitário deixaram de existir e isso trouxe consequências para a produção do conhecimento. Ninguém conhece sozinho, ninguém aprende sozinho; no que se refere a mim, especialmente aprendo na micropolítica das trocas, nas conversas de corredor com os professores e com os colegas.

A vivência da sala de aula presencial tem sua própria dinâmica de produção do conhecimento. Ela é não linear, as mentes em aprendizagem se interpenetram, se movimentam em um tempo e espaço de compartilhamento muito dinâmico. Com a pandemia, esse processo foi abruptamente interrompido e direcionado para o ambiente virtual. No ambiente virtual, a aprendizagem tem seu potencial, mas tem outra lógica, outros tempos e espaços que ainda estão sendo descobertos por todos nós.

Destaco ainda que, do meu lugar de fala, como mulher, branca, classe média, mãe, filha, pesquisadora, docente e trabalhadora da assistência social, em um contexto de esgarçamento das fronteiras entre o público e o domiciliar (sem retaguarda de outras instituições que mediam o cuidado familiar como a escola) as inseguranças próprias da incerteza da doença nos círculos familiares, as tensões e responsabilidades do trabalho, as frustrações de um desenho de pesquisa que se inviabiliza pela pandemia, foi algo extremamente complexo nesse caminho.

Boa parte do processo doutoral e da escrita dessa tese aconteceu no meu ambiente domiciliar com meu filho de cinco anos entrando nas aulas e reuniões virtuais, desenhando nas minhas anotações de campo, com brinquedos, bonecos e dinossauros por

todo lado junto aos livros da minha mesa. Algo intenso, e por vezes tão caótico que me desestabilizava profundamente. Mas também me oportunizou momentos interessantes como quando me surpreendi com meu filho, em uma conversa corriqueira e doméstica, me dizendo que não concordava com o que aprendeu na escola sobre o Brasil ter sido ‘descoberto’ pelos portugueses. Na mesma época, discutíamos o pensamento decolonial nas aulas do doutorado, que ele indiretamente participava, pois sempre estava debaixo da minha mesa brincando, e percebi que ele, assim como eu, também estava aprendendo sobre decolonialidade.

Não sem crítica, compreendo que a minha situação é de privilégio comparada a de outras mulheres. Mas isso não impede de analisar aqui como os atravessadores da desigualdade de gênero também me afetam no contexto pandêmico.

Lemos et al., ao analisarem os efeitos do teletrabalho e *home office* nas relações do campo trabalho-família¹⁰, destacam que, como as mulheres de classe A e B possuíam maior estabilidade empregatícia e maiores condições estruturais de acesso aos ambientes virtuais de trabalho, elas foram mais impactadas pelos efeitos do *home office* abrupto provocado pela pandemia do que as mulheres de classe C, D e E, e “alertam para o aspecto de que a desigualdade na adoção do *home office* nas condições de pandemia reflete as desigualdades de gênero, classe e cor da pele” (LEMOS et al., 2021, p. 389) E aqui me permito colocar que os efeitos da pandemia no seguimento que pertenco e os experienciados por mim, evidentemente são um recorte pontual, mas que não por isso deixa de denunciar as desigualdades produzidas pelas assimetrias de gênero que são cotidianamente vivenciadas por todas as mulheres inclusive nas classe média.

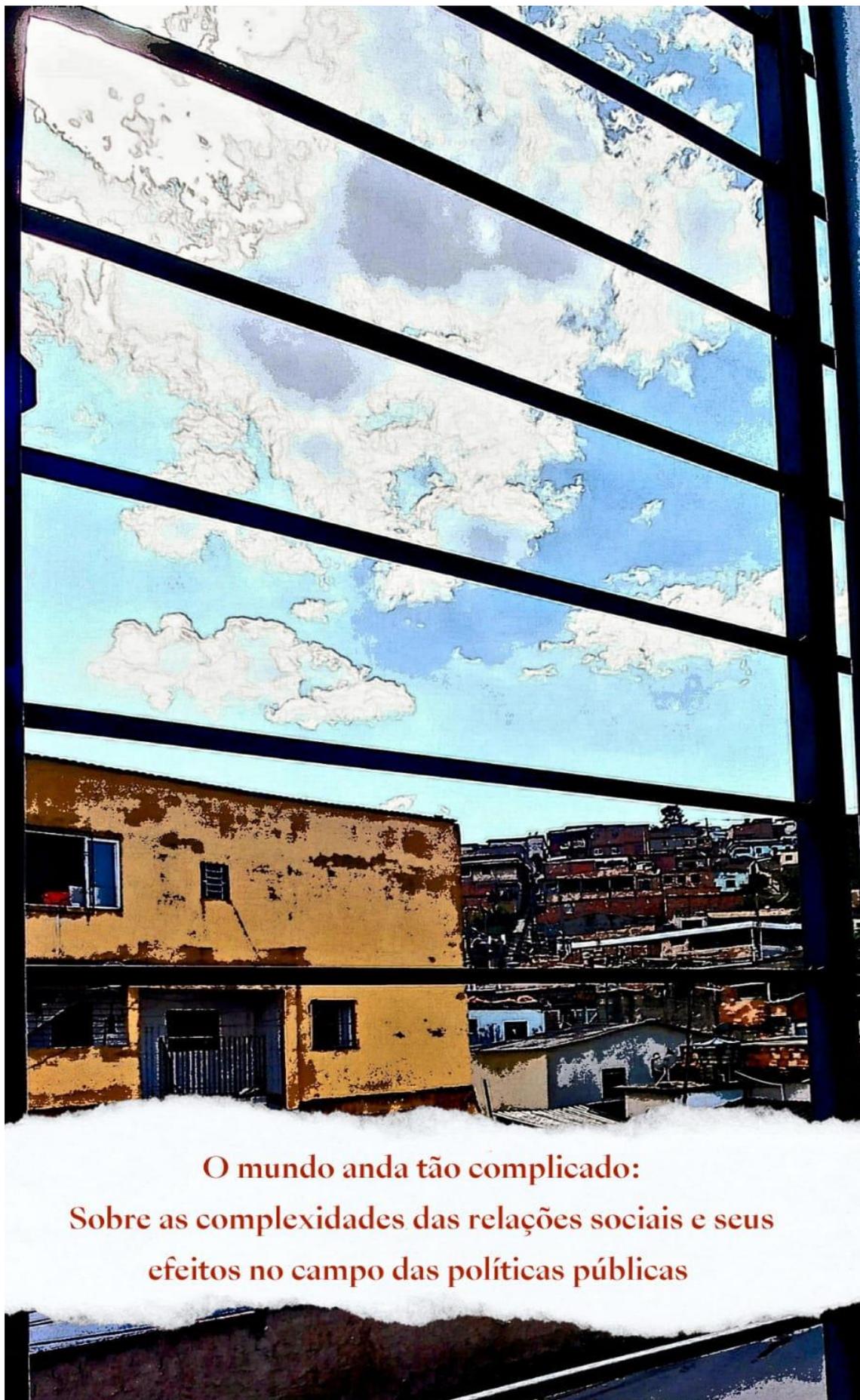
Contudo como apontam Moreira et al. apesar de a palavra pandemia se referir a um processo global, os efeitos da mesma não são semelhantes para todos.

Apesar de a palavra “pandemia” remeter a tudo e a todas/os, o processo que atravessamos revela e amplifica dinâmicas do capitalismo neoliberal e mostra sua faceta de desigualdades, especialmente em países como o Brasil, e em corpos marcados pela vulnerabilização social. No cenário brasileiro, a crise sanitária se soma à crise de governança, resultando num pandemônio que produz mais precariedades e violências (MOREIRA et al., 2020 p. 1).

¹⁰ O termo conflito trabalho-família é um conceito que advém do campo da administração e se refere “como um conjunto de pressões que ocorrem quando, ao se desempenhar os papéis profissional e pessoal, o atendimento a um papel torna difícil a conformidade com o outro” (LEMOS et al., 2021 p. 390). As referidas autoras apresentam interessantes análises ainda sobre essa questão que, caso desperte interesse, podem ser lidas na íntegra do artigo.

A pandemia produz também efeitos diretos no tema de análise dessa tese, políticas públicas voltadas para famílias em situação de vulnerabilidade social, trazendo tanto alterações nas desproteções já historicamente vivenciadas, como a violência doméstica, precarização de renda e falta de acesso a bens e serviços públicos, como também novas desproteções.

Não obstante a esses elementos, somam-se a conjuntura política de desmonte e retrocessos das políticas sociais advindas desde a Emenda Constitucional 95 (BRASIL, 2016), que provoca o congelamento dos investimentos nessa área, bem como, e de sobremaneira, a forma como o Governo Bolsonaro vem gerenciado as ações de enfrentamento à pandemia permeada por narrativas negacionistas que ampliam o caos social. Portanto a pandemia altera drasticamente meu campo de pesquisa – política de assistência social e isso é um elemento importante que também será analisado em maior profundidade ao longo da tese.



**O mundo anda tão complicado:
Sobre as complexidades das relações sociais e seus
efeitos no campo das políticas públicas**

2 O MUNDO ANDA TÃO COMPLICADO: SOBRE AS COMPLEXIDADES DAS RELAÇÕES SOCIAIS E SEUS EFEITOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos encontramos em um atual estágio civilizatório marcado por um projeto de modernidade que tem produzido modos de vida contemporâneos que valorizam o individualismo, a imagem, a tecnologia, o hedonismo vinculados ao consumo contínuo que favorece a descartabilidade de bens e de relações – afetivas, sociais, comunitárias e com o planeta. Bauman (2001) tem nomeado esses tempos de hipermodernidade ou modernidade líquida.

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão - não· sistemas de submissão visíveis e explícitos, como na etologia animal, ou como nas sociedades arcaicas ou pré-capitalistas, mas sistemas de submissão muito mais dissimulados (GUATTARI E ROLNIK, 2006 p, 16).

Para Boaventura de Souza Santos (2017), essa forma de se relacionar com o mundo está associada à manutenção e à reprodução de conflitos estruturais das sociedades modernas e é fruto da articulação e combinação de *três cabeças da dominação* onde se apoiam a produção das desigualdades, que seriam: a colonialidade, o patriarcado e o capitalismo.

Nessa perspectiva, analisando o paradigma de modernidade Quijano (2010) tem buscado explicar que o mesmo tem se assentado na colonialidade do poder¹¹ e operado historicamente por meio da naturalização de uma lógica dominante do pensamento moderno. Este pensamento opera de maneira a dar continuidade a formas coloniais de dominação, mesmo após os processos de independência e de descolonização terem ocorrido, e o faz por meio da reprodução de lógicas de poder e subordinação que se dão na interligação de vários componentes e da necessidade de controle sobre eles. Assim, podemos afirmar que:

O poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho

¹¹ Aqui, cabe um destaque que o pensamento de Lugones, (2008) que tem buscado ampliar a problematização do conceito de colonialidade do poder apontando que a discussão da questão da raça não pode ser feita sob uma perspectiva universalizante. A crítica é que, no conceito, estaria implícito também uma colonialidade de gênero sendo preciso atentar para redução do gênero à organização do sexo.

e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (QUIJANO, 2010, p. 76).

Nessa perspectiva, a lógica de acumulação do capital se utiliza do paradigma modernidade-colonialidade para manter sua dominação, e isso tem se mostrado uma estratégia de extrema utilidade ao capitalismo, uma vez que opera a tríade de exploração, dominação e conflito, em diversas áreas da vida social para produzir a sua manutenção.

A construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais, pode ser vista como simultânea e contemporânea à constituição de uma divisão internacional do trabalho e dos territórios, marcada por relações assimétricas entre economias cêntricas e periféricas (ASSIS, 2014 p. 614).

As interferências desse paradigma com o modo de produção capitalista é uma constante. Nesse sentido, concordamos com Rolnik (2019), quando ela afirma que esse paradigma é fruto do inconsciente colonial capitalístico, que opera para a extração da força vital para amarrá-la no modo indivíduo e no consumo. Para a autora, a condição colonial capitalística é uma patologia histórica do inconsciente que funciona por meio simplificações e reducionismos. Desse modo, este se refere “a redução da subjetividade à sua experiência como sujeito, o que exclui sua experiência imanente à nossa condição de viventes, o fora-do-sujeito. As consequências de tal redução são altamente nefastas para a vida” (ROLNIK, 2019 p,72).

A produção de modos de vidas que são atravessados por esse paradigma de modernidade possui intrínseca relação com a constituição subjetiva dos sujeitos, visto que a vivência singular de cada indivíduo desses determinantes é o que chamamos de subjetividade e os circuitos de sua produção de processos de subjetivação¹².

A noção de uma subjetividade em produção, convoca o raciocínio de processualidade em relação à constituição do sujeito que se faz na relação que ele estabelece com as superestruturas que o cerca.

A subjetividade, apesar de estabilizada pelas certezas identitárias atreladas a essas superestruturas, sejam elas genéticas, fisiológicas ou sociais, funciona mais do que é. Ela funciona de modo maquínico e processual, como efeito dos

¹² Não será objeto de nossas discussões abordar o vasto e plural debate sobre o conceito de subjetividade. Nessa tese, o tomamos pelo referencial esquizoanalítico.

agenciamentos de enunciação onde se operam todas as supostas estruturas. A subjetividade como processo se produz no deslizamento. Não se trata de dizer “você é isso ou aquilo”. Trata-se de agenciamentos maquínicos que produzem efeitos de subjetividade sempre transitórios em vias de acontecimento (LIRA; MARCOS, 2018 p, 13).

Para compreendermos melhor essa processualidade, é necessário problematizar aqui é a relação entre a máquina¹³ capitalística e a produção de um modo de vida que assume as suas características fazendo com o que as subjetividades sejam produzidas por meio do processo de incorporação de suas táticas que visam a homogeneização das singularidades. Isto posto podemos considerar que uma modernidade pautada pelo o paradigma eurocentrado sustentado pela colonialidade do poder se espraia em uma sociedade colonial capitalística. E essa por sua vez vai produzir modos de subjetivação que a espelham, como vimos acima.

Destacam Guattari e Rolnik: “[...] produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante” (GUATTARI; ROLNIK, 2006 p. 16). Os autores afirmam ainda que essa produção de subjetividades atravessada pelo capital é denominada de subjetividade capitalísticas, processo compartilhado por uma coletividade, mas vivenciado de maneira individual por cada sujeito.

Contudo ainda que essa forma de subjetividade seja fortemente arraigada na nossa sociedade ela não é a única subjetividade possível, outros arranjos sempre acontecerão visto que, a circulação do fluxo da vida sempre busca a multiplicidade e não a homogeneização e contenção de sua força. A essa outra composição os autores nomeiam de subjetividade singular.

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida pelos indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (ibid., p. 42).

Contudo, a prevalência de uma subjetividade capitalística se faz porque este é um modo útil para a sustentação das lógicas de um processo produzido pelo capitalismo no

¹³ Para melhor compreensão esclarecemos que o conceito de máquina e maquínico se refere a tudo aquilo que coloca em movimento, em produção e em nada se refere a dispositivos mecânicos e tecnológicos. É um conceito importante no pensamento esquizoanalítico, e para melhor compreensão sugerimos Lopes e Romagnoli (2019).

qual o acúmulo de capital é a máxima. Expropria-se as forças do fluxo vital da vida dos corpos humanos e não humanos.

Ailton Krenak problematiza que essa espoliação do capital dos fluxos da vida contribui para a dissociação entre seres/natureza/cultura/vida e geram impactos dos modos de vida. Uma sociedade alicerçada no consumo não é para todos, e isso produz sérias consequências para a nossa humanidade, visto que, se não é para todos, alguns corpos serão alijados do dito ‘processo civilizatório’. Assim afirma:

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade (KRENAK, 2019, p. 9).

Como nos oporíamos a esse formato de humanidades, a esses formatos de subjetivação, que homogeneizam as formas de existência? Como podemos operar no campo das políticas públicas voltadas às famílias nos opondo a esses movimentos que excluem as diferenças? Buscando apoiar na construção de modos de subjetivação mais singulares? Freire afirma que:

Não há como realizar transformações *a priori* de uma escuta que considere esta subjetividade, singular, mas também resultado de um Modo de Produção Capitalista maquínico, o qual subjuga e molda, captura e disciplina, violenta e faz violentar (FREIRE, 2017, p. 9)

Reconhecer os circuitos de produção, as linhas e as multiplicidades que os compõe esse contexto civilizatório de produção de subjetividades é fundamental ao se pensar os efeitos produzidos nos encontros entre as famílias e a política de assistência social, visto que eles produzem e colorem a realidade na qual nos propomos a nos aproximar criando complexidades por meio da multideterminações de uma série de fatores que o raciocínio simplificador dos métodos positivistas clássicos não são capazes de apreender. E, neste sentido, o pensamento de Morin nos é útil para entender as complexidades:

A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do

inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza [...] (MORIN, 2007, p. 15).

Portanto, é necessário compreendermos a complexidade, essas redes da vida social, esse emaranhado, por seu inteiro em suas multiplicidades de formas e forças que se movimentam produzindo interseções, atravessamentos, transversalidades entre si. É preciso pensar a complexidade da vida social de forma rizomática.

2.1 A produção da realidade como um rizoma: entre quais emaranhados de linhas se faz o rizoma do trabalho social com famílias no SUAS?

Pensar a realidade como um rizoma é o convite que Deleuze e Guattari (1995) nos fazem e confesso que essa é tarefa um tanto quanto difícil inicialmente, uma vez que nos convoca a certos deslocamentos na nossa forma de ver o mundo.

O rizoma é uma figura visual da botânica que representa um sistema de raízes, de linhas que se emaranham e se interpenetram constituindo um sistema vivo. Pensar a realidade como rizomática é pensar que a vida também é um conjunto heterogêneo de emaranhados, de linhas que se compõe e recompõe, se aproximam e se afastam sem início, meio ou fim, por onde flui a vida. Sob essa referência de imagem de raciocínio, os autores nos instigam a compreender a realidade social sob uma perspectiva rizomática onde há diversas linhas conviventes que se entrelaçam e produzem uma infinidade de configurações e desenhos possíveis.

Quanto ao rizoma, é nele que as diferentes espécies de linhas podem existir de forma imanente. À medida que as linhas se conectam, se cruzam, se interpõem, lutam, elas vão dando o tom, os contornos, os ritmos, as sensibilidades que se efetuaem em uma configuração histórica, sempre em movimento (CARDOSO, 2020, p. 27-28).

As linhas que compõe a realidade nessa perspectiva podem assumir muitos formatos de funcionamento. Um primeiro funcionamento possível é composto por linhas duras que se dedicam a formar segmentos, planos de organização, a ordenar, classificar a vida em modelos para organizá-la.

A organização dessas linhas duras que delimitam a vida pode assumir várias formas como as binárias, que operam por dualidade, como homem/mulher, forte/fraco; de maneira circular, circunscrevendo essa binaridade em campos de pertencimento como mulheres-mães, mulheres-negras; e de forma linear, que se organizam em uma

processualidade contínua no tempo e espaço como mulheres-mães-negras brasileiras e periféricas (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

A organização dessas linhas se faz por segmentos que se apresentam duais, circunscritos e continuados e visam simplificar os fluxos da vida dando a eles certa organização. Essa organização por segmentos se constrói em territórios de organização que podem ser entendidos como “o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos” (GUATTARI; ROLNIK, 2006, p. 388). Assim, o seguimento mulher/mãe/brasileira periférica organiza, localiza, simplifica e (re) produz o modelo de uma determinada forma de existência.

Em nosso caso, no trabalho com famílias na assistência social, é preciso compreender quais as linhas duras circunscrevem a realidade; assim, podemos perceber as linhas da caridade, da tutela, da vulnerabilidade e do risco social, da família em situação de pobreza extrema como as bordas dos territórios da assistência social que compõe o campo de organização e os territórios dessa política. Esses segmentos produzem uma certa forma de compreensão da realidade dessas famílias usuárias, mas não representam a realidade delas em sua totalidade, visto que não existem somente essas linhas e este funcionamento produzido na vida das pessoas.

Isso posto, é preciso atentar então que esses segmentos, esses territórios de organização da vida, possuem pontos flexíveis que se apresentam como linhas que são mais fluídas, mais porosas ao que escapam da organização, capazes de serem afetadas pelo movimento que o fluxo contínuo da vida faz e que não são capturados por modelos e binarismos como tutela/emancipação, técnico/usuário, família violadora/família protetiva.

Ser uma família pobre, periférica em situação de vulnerabilidade e risco social, adjetivações comumente usadas para definir os usuários da assistência social, não podem ser as únicas formas de definição e de produção de uma realidade possível para essas famílias – são apenas segmentos, estratos compostos por linhas duras que as classificam. Ao classificá-las, produzimos homogeneidades de formas de existência que embasam a nossa percepção de que a diferença não existe.

No rizoma, sempre existem alguns pontos que fazem vaziar a vida que os segmentos não conseguem estancar completamente, que podem ser ativados ou não conforme a flexibilidade de suas linhas.

Para que haja esse vazamento, é preciso porosidade entre as linhas e essa é produzida, em maior ou menor grau, dependendo de quão flexível uma linha pode se comportar fazendo ocorrer linhas de fuga nesses territórios de organização por meio de agenciamentos, conexões com os fluxos que circulam no fora, na exterioridade.

A intenção dos autores não é valorar um tipo de linha em relação a outra, visto que ambas são constituídas da mesma essência – fluxos de vida –, mas sim sustentar sua imanência. Portanto, elas coexistem em toda a realidade, mantendo assim a complexidade e a processualidade do que pretendemos conhecer.

Mas onde estaria a diferença entre elas? A diferença entre elas está na forma como funcionam e na forma como mantêm ou não a diferença, a heterogeneidade. Existindo, portanto, organizações da realidade mais fluídas, que associam elementos diversos, bem como as mais endurecidas, que buscam igualar e padronizar.

Destaca-se que os autores não estão interessados em hierarquizar ou dicotomizar um tipo de funcionamento em detrimento a outro, mas compreender os efeitos que esses distintos funcionamentos podem produzir. Desse modo, nenhuma organização é estanque e generalizável, mas sim uma entre várias tantas que podem existir.

Logo um território organizado, mergulhado na diferença, na heterogeneidade, ao se encontrar com os fluxos dessa dimensão, se desestabiliza, perde suas referências iniciais – se desterritorializa.

O encontro com a multiplicidade que orbita no exterior de um território, no plano de imanência, se faz por meio dos agenciamentos. Lira e Marcos ao desenvolverem os principais conceitos esquizoanalíticos esclarecem de forma muito didática:

Enquanto campo de territorialidade, ela se engendra pelos agenciamentos maquínicos de corpos (máquinas sociais, corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos) e pelos agenciamentos coletivos de enunciação (expressões e estilos mediados pelo regime de signos). É na conjugação dos agenciamentos nessas diferentes modalidades que o território se compõe (LIRA; MARCOS, 2018, p. 14-15).

Esse encontro interfere na organização do território inicial que se abre para conexões. Ele produz efeitos que modificam o território inicial e assim, sob a influência do encontro com essas linhas, se reconfiguram novamente e se reorganizam em um processo de reterritorialização. Deleuze e Guattari denominaram esse movimento rítmico de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de ritornelo¹⁴. Conceito

¹⁴ Para ampliação da compreensão do conceito de ritornelo, ver o texto *Acerca do Ritornelo* (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 100-150).

criado sobre a inspiração do conceito musical que sinaliza repetição, o retorno. Como afirmam, “há ritmo desde que haja passagem transcodificada de um para outro meio, comunicação de meios, coordenação de espaços-tempos heterogêneos (...) o ritmo é crítico, ele liga os instantes críticos, ou se liga na passagem de um meio para outro” (DELEZUE; GUATARI, 1997, p. 119).

Por meio da contínua repetição de ‘sair e voltar’ que operam os fluxos da vida, que nos lançam para fora e para dentro dos territórios que configuramos nossas subjetividades. Como os autores ilustram: é como voltar para casa depois de uma viagem. A casa não é mais a mesma e nem o viajante:

A partir da repetição que nunca volta ao mesmo, o ritornelo é tomado como demonstração de forças que operam na produção de territórios subjetivos. Na música, o ritornelo repete, mas é nessa repetição onde se encontra a potência de produção de novas ênfases, de modo que elas inscrevam uma diferença na repetição. O modo de ritornelo trabalha nesse deslizamento de se identificar, ou seja, de voltar ao mesmo, ao idêntico e, ao mesmo tempo, produzir aberturas de experimentação para uma outra coisa, um outro modo de compor, um jeito diferente de habitar o território (LIRA E MARCOS, 2018, p. 15).

Voltando ao exemplo anterior – ser uma família pobre, periférica em situação de vulnerabilidade e risco social – são apenas bordas de um território que se organiza da vida, casas que se entra e sai, mas que não definem uma existência, *a priori*, são bordas construídas social e historicamente visto que existem outros tantos fluxos que os atravessam e geram efeitos e produzem diferença.

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanta a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 2006, p. 323).

Afinal, no molecular é invisível; na dimensão da heterogênese, as classificações e diferenças perdem o sentido, pois, geridos pela força da vida, os fluxos querem abandonar os territórios para se agenciar, para fazer outros territórios.

Há, diante dessa força, inúmeras possibilidades de devires, que podem ser compreendidos como um campo incessante de abertura para o inédito, que esses seguimentos em si virtualmente são capazes de comportar. Devir se refere a economia dos desejos, sendo assim, “os fluxos de desejo procedem por afetos e devires, independentemente do fato de que possam ser ou não calcados sobre pessoas, sobre

imagens, sobre identificações” (GUATTARI; ROLNIK, 2006, p. 318). E é por isso, os encontros com o ‘fora’ podem fazer disparar ou não possibilidades.

Assim todo encontro gera uma desterritorialização, uma perda de fronteira, uma sensação de desestabilização ante a um abismo, o que não quer dizer que essa seja permanente. Volta-se desse encontro e um outro território se organiza nessa reterritorialização. Cabe destacar que essa nova configuração não é melhor ou pior – a questão não é valorativa, como inicialmente podemos ingenuamente pensar. O encontro com o ‘fora’ gera efeitos e produz uma nova reconfiguração que pode ser mais endurecida que o primeiro território e assim o efeito que o encontro produziu foi de maior enrijecimento das linhas do segmento organizativo inicial.

Portanto, a compreensão de que esses estratos organizativos da vida social aqui nominados – família pobre, periférica em situação de vulnerabilidade e risco social – na medida em que se encontram com o fora, vão se atualizando em uma produção histórica e processualmente construída que se não encontrar vazão para a sua multiplicidade de devires, que essas condições objetivas de existência guardam em si, serão cada vez mais endurecidos, vão se naturalizando cada vez mais com uma única realidade possível, fazendo apagar a circulação da diferença, da singularidade dos modos de vivência dessas famílias.

Por isso nos interessa o campo de efeitos que são produzidos nos encontros das famílias com a política de Assistência Social. Esses encontros se materializam por meio das relações que circulam em seus equipamentos públicos como CRAS e CREAS, entre os técnicos e usuários, nas normativas que regulam a área, dentre outros. E cabe a nós fazer uma reflexão sobre se esses encontros têm oportunizado a emergência da multiplicidade e da diferença que as múltiplas maneiras de existência das famílias podem possuir ou têm operado para manter essa binarização e classificação excludente que geram mais desigualdade.

2.2 A composições macro e micropolítica da realidade e seus funcionamentos

Para Deleuze e Guattari (1996), a vida sempre será um processo, um movimento de organização, desorganização e reorganização, rupturas e equilíbrios em sucessão que nos compõe e que constroem as realidades na qual nos inserimos. E quais realidades são essas? Os autores compreendem as realidades como políticas, uma vez que se dão em

meio ao plano das relações, das produções estéticas, éticas, discursivas e que, portanto, produzem efeitos também dessa natureza.

Neste interim, se as realidades são produções políticas, é preciso compreender como essas produções acontecem entre o movimento coextensivo do molar e do molecular, assim propõem Guattari e Rolnik: “A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referência. A ordem molecular, ao contrário, e dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades” (GUATTARI; ROLNIK, 2006, p. 321).

A realidade é composta, portanto, pelo segmento macropolítico-molar que se organiza nas relações estabelecidas em estratos e territórios rígidos que binarizam a realidade e operam por regras e códigos, como pelo segmento micropolítico-molecular que operam nas relações do cotidiano. Isso porque essas linhas compõem dimensões políticas. Deleuze e Guattari esclarecem:

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: um molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós - mas sempre uma pressupondo a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 90).

Em uma realidade composta por segmentaridade de funcionamentos diferentes, por políticas que se compõem de funcionamentos distintos, o mapeamento dessas forças presentes nas situações que as fazem funcionar dessa ou de outra forma é elemento importante para quem busca a compreensão de uma realidade rizomática.

No funcionamento da dimensão macropolítica, as regras e códigos são operados por meio de sobrecodificação, que, segundo Guattari e Rolnik, “[...] está associada à noção de código, que “é empregada numa acepção bem ampla: ela pode dizer respeito tanto aos sistemas semióticos quanto aos fluxos sociais e aos fluxos materiais. O termo ‘sobrecodificação’ corresponde a uma codificação de segundo grau” (GUATTARI; ROLNIK, 2006, p. 317-318).

A sobrecodificação corresponde ao processo primeiramente apontado por Deleuze e Guattari (s/d) ao estudar o modo de produção bárbaro, em que o imperador, o déspota impõe um código aos códigos tribais da sociedade primitiva. Nesse sentido, é ele que dita os códigos e todos se subordinam a isso. Por outro lado, o capitalismo é o limite de qualquer formação social porque descodifica tudo o que as outras sociedades codificaram

e sobrecodificaram, mas para submeter tudo à lei do valor, à axiomática do capital. A organização da sociedade que se dá por segmentos, pelo funcionamento macropolítica que estabelece métodos de hierarquização e classificação, é feita, na modernidade, pela centralização da segmentaridade ao Estado.

Estado que se exerce sobre segmentos, é unificado e unificante, operando por centralização. Nesse percurso histórico, progressivamente, o capitalismo vai-se libertando do domínio imperial, de sua forma incipiente, e avança, miniaturizando seus territórios de controle. Nessa minituarialização, o Estado não mais é transcendente, como no sistema barbado, mas sim imanente ao campo de forças sociais, atuando em prol da conjunção de fluxos descodificados, regulando os fluxos axiomatizados. Ele também se curva à axiomática, e mistura-se com o capital. Ainda permanecendo como centro unificador, o Estado, porém, submete-se ao poder monetário.

Esse movimento é feito pelas instituições, pelo Estado para diminuir a fluidez dos fluxos de força da vida, para arranjá-la e controlá-la na dimensão molar da vida, na dimensão dos segmentos e da organização. Vale destacar que essa segmentarização é em boa parte feita pelo Estado e está diretamente relacionada com o modo de produção capitalista e suas lógicas de dominação. Rolnik, (2015) pondera que as sobredecodificações feitas pelo Estado e pelas instituições são produções que interessam ao capital.

Tomando o nosso campo de estudo, podemos compreender que a dimensão macropolítica dele se refere então a todo seu arcabouço legal e normativo; contudo, o trabalho com famílias na assistência social não se esgota nas normativas, nos documentos e nas orientações, tampouco nos binarismos como a tutela-emancipação, família violadora-família protetiva, técnico-usuário, dentre outros.

Assim, a macropolítica é necessária e explica boa parte da organização da realidade social, mas não é suficiente para abarcar a vida em sua complexidade.

Há outra dimensão que também compõe a realidade que é aquela composta por linhas flexíveis e de fuga: a molecular. Essa dimensão é invisível, atua como um campo de efeitos de fluxos que querem movimento, querem circular. Essa circulação se faz naquilo que os autores denominam de micropolítica. A micropolítica pode ser compreendida enquanto forças que penetram e agitam as organizações institucionais instituídas, forçando a mudanças, convocando outros agenciamentos (DELEUZE; GUATARRI, 1996).

A questão micropolítica - ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social - diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de "molar"), com aquele que chamei de "molecular". Entre esses dois níveis, não há: uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar de lógica (GUATTARI; ROLNIK, 2006, p. 127).

Ambos os seguimentos – macro e micropolíticos – e as linha que os compõe são simultâneos no tempo e espaço e feitos da mesma essência, fluxos da vida. O que produz diferenciações entre eles são as suas velocidades, os pontos de aderência ou fluidez. Para Deleuze e Guatarri, “a questão é, portanto, que o molar e o molecular não se distinguem somente pelo tamanho, escala ou dimensão, mas pela natureza do sistema de referência considerado” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 96); assim, as linhas não se opõem, não são dialéticas, mas sim justapostas, não no sentido de sobreposição uma sobre a outra, mas de co-existencia. Dessa forma, as linhas que compõe a macropolítica-molar e micropolítica-molecular coexistem e se misturam, se enredam, dançam, bailam, brigam, lutam em um contínuo movimento de aproximações e afastamentos.

No rizoma da assistência social, o campo macropolítico atualmente é assim composto por segmentos duros como as leis, seu escopo, sua finalidade pública que se decodificam em provisões de serviços, programas, projetos e benefícios, as categorias profissionais essenciais, o desenho dos serviços que são fortemente normatizadas por protocolos, tipologias, cadernos de orientações metodológicas, dentre de uma série de outros mecanismos e arranjos institucionais que conferem sua organização.

Todo esse corpo macropolítico é fundamental para a constituição dessa política pública, valendo lembrar que essa macropolítica que aqui nos referimos, só foi possível pelo movimento micropolítico anterior que possibilitou um campo de efeitos que fez alterações no molar.

Vejam que curiosos, o campo macropolítico anterior a C.F.1988 era o campo que carecia de organização, de delimitação de objeto, de regramento, pois só assim a assistência social poderia se colocar como política pública. Dessa forma, saímos de um modelo binarizado de assistência social que a equivalia a desorganização, a caridade e tutela, para o modelo de assistência social como política pública.

Aterrou-se o modelo anterior e se restabeleceu novas linhas de circunscrição, como a participação democrática, a primazia Estatal, descentralização político-administrativa, que passam a ser as novas bordas desse modelo. Não estamos desqualificando o atual modelo de política pública, mas problematizando que o segmento

macropolítico do rizoma, não importando seu conteúdo, sempre produz organização e segmentarização, ainda que em determinado tempo histórico essa seja relevante e exatamente nela, resida a inovação micropolítica que a fez ascender como resistência.

Assim, a noção de processualidade vai ser fundamental para compreendermos que se estamos falando em coexistência dos segmentos macro e micropolíticos ela se faz em um processo histórico e temporal que reconfigura cotidianamente os diagramas de tensão de forças em operação no rizoma, mas que por vezes nem sempre conseguimos perceber.

Se a macropolítica que organiza a assistência social de hoje é fruto da micropolítica de ontem, qual seria e por onde circularia a micropolítica atual da assistência social? Ela tem se mostrado ativa ou reativa? Quais resistências travam? Em que escalas e níveis essas resistências ocorrem? Essas resistências micropolíticas lutam em prol de quais rupturas? Essas perguntas são importantes e, além disso, complexas de responder.

A política opera por macrodecisões e escolhas binárias, interesses binarizados; mas o domínio do decidível permanece estreito. E a decisão política mergulha necessariamente num mundo de microdeterminações, atrações e desejos, que ela deve pressentir ou avaliar de um outro modo (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 120).

Para explicar essa complexidade colocada pelas questões acima, é preciso compreender que a circulação dos fluxos na micropolítica possui seu próprio funcionamento.

Deleuze e Guattari (1996) compreendem as relações micropolíticas como aquelas que operam fora dos códigos sociais majoritários e dos seus padrões. Elas se desviam destes, pois ainda não estão capturadas pelo movimento de classificação que operam na macropolítica-molar. Neste sentido, é importante ter clareza de quatro erros na compreensão do molecular que os autores destacam:

[...] O primeiro é axiológico e consistiria em acreditar que basta um pouco de flexibilidade para ser "melhor". [...] O segundo é psicológico, como se o molecular pertencesse ao domínio da imaginação e remetesse somente ao individual ou ao interindividual.[...] Em terceiro lugar, as duas formas não se distinguem simplesmente pelas dimensões, como uma forma pequena e uma grande; e se é verdade que o molecular opera no detalhe e passa por pequenos grupos, nem por isso ele é menos coextensivo a todo campo social, tanto quanto a organização molar.[...] A diferença qualitativa das duas linhas não impede que elas se aticem ou se confirmem de modo que há sempre uma relação proporcional entre as duas, seja diretamente proporcional, seja inversamente proporcional (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p. 86).

Assim, a micropolítica não é ‘menor’ no sentido comum de valoração da palavra, ela é molecular, invisível no sentido de que não existe uma definição apriorística a ela.

A micropolítica “não existe em estado puro” (ROLNIK, 2015, p. 13), mas surge de um campo de instabilidade que é produzido por meio dos agenciamentos, das relações e dos encontros com outros fluxos de vida que nos inquietam e geram desconforto. Assim, coloca Rolnik:

O desconforto da instabilidade e a exigência de trabalho que este nos demanda são inevitáveis, pois que intrínsecos à vida em sua essência de fluxo em diferenciação contínua que implica na transformação das formas em que se materializa (ibid., p. 13).

A transformação ocorrida em virtude dessa inquietude pode assumir vários caminhos e produzir múltiplos efeitos. Nas bordas do segmento, nas suas fronteiras com a exterioridade é que uma infinidade de devires pode acontecer – e quais seriam eles? Rolnik (2015) vai nos esclarecer que há uma micropolítica com efeitos ativos e uma micropolítica com efeitos reativos¹⁵. Vamos esclarecer melhor a diferença entre elas.

Uma micropolítica ativa é aquela que pode assumir um destino de produção de novos territórios de organização em que se ampliam as capacidades inventivas “trata-se de uma nova maneira de decifrar a realidade, de situar os problemas e de atuar criticamente a partir deles, em suma de uma nova concepção de política” (ROLNIK, 2015, p. 12).

Essa ampliação de capacidades possui um efeito de ressonância em outros corpos, aumentando a ramificação de sua capilaridade, produzindo novos efeitos, se rizomatizando de forma ativa, “não por ser um transmissor da experiência que lhe deu origem, mas sim um transmissor de sua pulsação, tal corpo terá o poder de contaminação de seu entorno” (ibid., p. 15).

A micropolítica, assim, é um fenômeno de borda e opera em uma subjetividade de margem atçada pela multiplicidade do fora. É a vertigem da beira do abismo, que te faz balançar.

Esses devires serpenteiam os modos de vida minoritários, sempre tateando nas bordas das grandes superestruturas que querem capturar o eu e dizer definitivamente quem somos, tornando-nos ao mesmo tempo dóceis e duros. Em outras palavras, a subjetividade de borda é uma questão de liberdade. Liberdade não como ideal apreendido pela captura imaginária moderna que nos prometeu felicidade de autonomia e independência por meio da

¹⁵ Deleuze e Guattari (1996) vão denominar como microfascismo tecendo ampla e densa explicação conceitual do termo. Contudo, nessa tese adotaremos a referência de nomenclatura conforme Rolnik (2015), uma vez que ela é de melhor compreensão para o leitor não iniciado com o vocabulário da Esquizoanálise, evitando uma interpretação apressada do conceito.

competência demonstrada pelo poder de domínio do mundo. Mas, uma liberdade como produção de “uma vida” sem promessas, capaz de criar conexões e alianças para a invenção e exploração indefinida do imaginário na criação de mundos possíveis (LIRA; MARCOS, 2018, p. 20).

Contudo, essa inquietude, essa perturbação pode ter outro caminho, pode ser tão desestabilizante que ao invés de possibilitar a invenção da vida, pode reprimi-la. Isso ocorre quando “o desejo deseja sua própria repressão (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 86).

Para compreendermos o sentido de tal afirmação, é importante esclarecer o que os autores compreendem o desejo não como algo inconsciente e interno, mas sim como produção da vida. E essa vida se faz sobre influência do político e das relações que estabelecemos como mundo exterior.

Deleuze e Guattari nos lembram ainda:

Mas o desejo nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc (ibid., p. 85).

A essa outra forma de funcionamento da micropolítica, Rolnik define como micropolítica reativa, visto que ocorre a “desativação da potência que o corpo tem para decifrar o mundo a partir de sua condição vivente” (ROLNIK, 2015, p. 17), o que significa a vida operar contra ela própria. Desse modo, “a potência vital passa a ser usada para a reprodução do instituído; apenas mudam-se suas peças de lugar ou se fazem variações sobre as mesmas – com maior ou menor criatividade” (ROLNIK, 2019, p. 75).

Por isso mesmo nomeia como reativa, ao invés de operar para a transformação ativa e inventiva, essa micropolítica contribui, portanto, para a manutenção do status quo, o que, para autora em questão, é algo incentivado pelo cultura moderna capitalista-colonial. E assim, ela ainda conclui: “em suma, a potência do desejo é desviada de seu destino ativo criador para se transformar em potência reativa de submissão: esse é o real perigo” (ibid., p. 23).

O rizoma, aqui, em seus funcionamentos macro e micropolíticos ativos e reativos sempre estará em constante movimento e produção conforme o efeito que os múltiplos agenciamentos oportunizam. Destaca-se que esse movimento é diretamente atravessado pela lógica de um modo de produção que opera para homogeneizar os fluxos da vida e assim anestesiar a diferença sendo preciso analisar os circuitos de poder envolvidos nessa operação.

2.3. Possíveis articulações entre a macro e micropolítica e governamentalidade

Para a buscar compreender esse processo, especialmente quando aplicamos ao nosso campo de análise de o trabalho social com famílias, podemos conectar as ideias de Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997) apresentadas até aqui com o pensamento foucaultiano em suas construções teóricas sobre o governo das populações para nos auxiliar na tarefa de compreender o funcionamento de sobredecodificação que o Estados e as instituições fazem nos fluxos da vida, gerando estratos de organização, produzindo subjetividades.

Nas aulas do curso intitulado *Segurança território e população*¹⁶, Foucault (1978-2008) se dedicou a engendrar uma análise dos mecanismos e do conjunto de práticas dos governos para gerir as populações na articulação da relação entre o Estado, a necessidade de segurança e o controle das populações como uma questão política que precisa ser regulada. Para tanto, lança mão do conceito de biopoder para explicar o imbricado mecanismo pelo qual o saber político pode ser utilizado como instrumento de controle das populações. Assim, define o autor a biopolítica como: “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Se para Foucault o poder não existe em si, não é uma substância, mas sim algo que se exerce, ganha destaque a dimensão relacional e processual de seus mecanismos, e neste sentido, devemos considerar que a sociedade é produzida por um emaranhado de complexidades, de relações de poder econômico, político, estatal, cultural, religioso, dentre outros, que se inter cruzam produzindo forma de se relacionar, formas de se subjetivar.

A conduta das populações e as tecnologias de gerenciamento das mesmas são elementos importantes na discussão foucaultiana, visto que “as populações passam a configurar como objeto, ao qual se direcionam as tecnologias de poder, o sujeito, uma vez que é ela que se comporta desse ou daquele modo” (FOUCAULT, 2008, p. 56).

¹⁶ Nesse importante livro, fruto de compilado das aulas do curso ministradas por Foucault no Collège de France (1977-1978), o autor desenvolve o raciocínio sobre a arte de governar sucedido pela lógica de organização política do Estado Moderno e a constituição e organização de táticas e mecanismos que o Estado desenvolve sobre a subjetividade humana.

Esse exercício de poder sobre as populações, sobre a produção das subjetividades Foucault nomeia de governamentalidade. Nas palavras do autor:

Por essa palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (ibid., p. 145).

As táticas de governo atuam sobre a subjetivação dos indivíduos e são um elemento que interessa ao Estado, pois ao operar tecnologias de gerenciamento da vida o faz produzindo ou (re) produzindo subjetividades que lhe são mais úteis na arte de governar as populações.

Se pensarmos em termos rizomáticos, a governamentalidade atua produzindo territórios de organização que gerenciam a vida, sobredecodificando-a por meio de binarizações que acabam por produzir e homogeneizar as condutas. Constroem segmentos duros que administram coletivamente os fenômenos da população e, ao mesmo tempo, administram a população por detalhes de minúcias subjetivas, visto que “quem é governado são sempre as pessoas, são os homens, são indivíduos ou coletividades” (ibid., p. 164).

Para compreendermos esse movimento e principalmente seus efeitos, é importante localizar quais os dispositivos são vetores de suas operações. Os estudos foucaultianos nos ensinam que existem três tipos de dispositivos – os disciplinares, os de segurança e os de subjetivação – que, ao longo de sua produção acadêmica, o autor buscou desenvolver. Deleuze, problematizando Foucault quanto ao que seria um dispositivo, afirma:

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fratura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar umas nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento. Decorrem daí duas consequências importantes no que concerne a uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não tem sequer coordenadas constantes [...] E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam noutro dispositivo (DELEUZE, 1990, p. 158).

Assim, dispositivos podem ser uma infinidade, múltiplos agenciamentos sendo que a forma como os dispositivos se organiza e se movimenta produz subjetividades, processos que subjetivam, criam formas de se colocar no mundo. O que faz um

dispositivo se movimentar são os jogos e práticas de saber-poder vivenciados por aqueles sujeitos ou objetos de sua ação, logo seus agenciamentos. A produção de subjetividades pode ser compreendida como uma das principais funções de um dispositivo.

Para compreender o funcionamento de um dispositivo, se pensarmos de maneira mais recente na realidade brasileira a lógica de organização do Estado apresentada na Constituição Federal de 1988, vista como Constituição cidadã foi uma resposta para a organização da vida social que buscou romper com o processo anterior na sociedade brasileira de ditadura, em que as liberdades e direitos individuais se encontravam cerceados.

A ascensão de uma nova Constituição foi um movimento produzido por forças micropolíticas gestadas nos movimentos sociais que se rebelaram contra um modelo de Estado – o Estado ditatorial – que, ao se rebelarem contra esse modelo, propuseram outro. O modelo de um Estado democrático de direito.

Observem que sempre estamos nos referindo a modelos, a lógicas de organização, de segmentarização que são operadas. Esse é o movimento de processualidade e transversalidade ao qual se referem Deleuze e Guattari (1996) de um funcionamento rizomático de realidade.

As linhas de fuga dos movimentos sociais agenciaram com os fluxos da vida existentes na exterioridade produzindo mudanças no território original. Ao se reconfigurarem, ao se reterritorializar, criam um outro território.

Mas onde estariam então a diferença? Podemos considerar que a diferença está nos dispositivos que fazem este ou aquele território movimentar. Certamente, não existe somente a condução de condutas, mas também a possibilidade de resistir a isso.

E neste sentido se antes, em uma perspectiva do Estado ditatorial os dispositivos eram permeados pelo autoritarismo, pelo silêncio, pela força militar, pela assimetria de poder agora, em uma perspectiva de um Estado democrático de direitos, os dispositivos que a movimentam são as instituições democráticas, as lógicas de participação e de controle social na garantia de direitos.

Esses dispositivos do Estado democrático, ainda que com nuances mais porosas a modos emancipatórios de existência, não deixam de ser dispositivos de controle, dispositivos de governamentalidade, nos termos de Foucault (2008).

Assim, é preciso pensar que as políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988 e seus dispositivos também são tecnologias desenvolvidas para gerenciar a multiplicidade da vida. Quando analisamos as formas como então o Estado

contemporâneo engendra essa regulação, as políticas públicas, ainda que gestadas dentro de uma proposta de Estado democrático de direitos, ganham destaque como uma importante estratégia de governamentalidade porque se associam com outros importantes dispositivos de gerência da vida, como a família e território para produzir efeitos no controle da coletividade e da individualidade.¹⁷

Outrossim, tanto as políticas públicas quanto a governamentalidade biopolítica, debruçam-se sobre aquilo que tange a população, à cidadania dessa população, a relação dessa mesma população com a economia, o mercado de trabalho, a previdência, a saúde e a educação. Relação essa que depende da mediação da máquina estatal (ARMILIATO, 2013 p, 259).

No pensamento foucaultianos, a arte de governar passa pelo controle da segurança e daquilo que se apresenta como virtualidade de risco para uma sociedade e neste sentido o Estado vai desenvolver mecanismos para regular a vida social, controle esse exercido pela discursividade e de forma muito específica para determinados segmentos populacionais que são mais virtualmente perigosos que outros. Assim, o governo das populações se dá por meio da delimitação de onde vêm, em que intensidade se apresentam, assim como os perigos e riscos e a formas como podem ser controlados.

Para ilustrar esse mecanismo, podemos recorrer a Nascimento et al. (2007) que, ao discutir a construção histórica das técnicas de governo utilizadas para desqualificar a família pobre e assim produzir uma associação entre pobreza e periculosidade, afirma que o uso das bibliografias familiares, suas histórias, seu funcionamento particular estão na base da desqualificação dessas famílias e fazem com que elas sejam tomadas como incapazes, fracassadas, incompetentes e, portanto, foco da ação estatal. Essa ação estatal precisa ser vista por meio de uma imbricada arquitetura de dispositivos de governo que operam para homogeneização da pobreza e desqualificação das famílias que vivem nessa situação.

Nesse contexto, podemos afirmar que um desses dispositivos de controle é a categoria família e para compreendê-la é preciso considerá-la como um segmento composto de linhas duras que estratificam e sobredecodificam as singularidades próprias dessa condição de vivência. Isso faz com que se perca a dimensão de uma subjetividade singular e passa-se a produzir uma subjetividade massificada, que desconsidera as diferenças, as múltiplas visões e formas de estar nesse mundo fazendo com que as famílias

¹⁷ Uma vasta literatura se dedica a essa análise, com destaque para Scheivar, (2006); Nascimento et al., (2007) Nascimento (2016); Armiliato, (2013), dentre outras.

incorporem para si, em seu processo particular a posição de ‘família vulnerável’. Essa reflexão, nos faz indagar até que ponto a assistência social e seus dispositivos não subjetiva as famílias e até que ponto não temos contribuído para a (re) produção da família vulnerável.

Portanto, o conceito de governamentalidade de Foucault (2008) nos interessa quando discutimos a complexidade macro e micropolítica do trabalho social com famílias na política de assistência social, pois, uma vez que o Estado é um agente que atua sobredecodificando e binarizando os fluxos da vida e, portanto, regula e produz essas relações.

Assim, a operação do Estado, que apresenta uma de suas facetas por meio das políticas públicas, opera na segmentarização e organização na multiplicidade da vida precisa ser compreendida por meio de quais os campos de efeitos ela produz na produção de subjetividade dos indivíduos.

E, neste sentido, como já mencionado anteriormente, a organização é necessária à vida social e as políticas públicas são importantes para isso. Portanto, não a estamos desqualificando, e sim buscando compreender o seu funcionamento em uma processualidade histórica que pode tanto produzir efeitos de potencialização, bem como de despotencialização da vida.

Sheinvar (2009) problematiza que os avanços no campo das políticas públicas após 1988 são inegáveis. Contudo, é preciso atentar-se para que os dispositivos presentes nessa lógica são perigosos, pois “forjam um sentimento de esperança, ao passo que as práticas da política pública geram e reforçam a discriminação e exclusão” (SHEINVAR, 2009, p. 31), sendo feitiços que enredam a produção de subjetividades. Assim, a autora ainda afirma:

Este é o feitiço das políticas públicas: o uso de discursos internacionalmente avançados para camuflar práticas que têm efeitos permissivos por não serem reveladas ou coagidas, estimulando a violação de direitos firmados em lei (ibid., p. 31).

Corroborando as colocações acima, Saraiva (2016) destaca que:

[...] pensar que a garantia de direitos, com uma presença mais marcante do poder público, traria consigo não apenas as supostas melhorias da vida das pessoas, mas se daria sobretudo com a introdução dessas pessoas de forma mais arraigada às relações de poder hegemônico (SARAIVA, 2016, p. 42).

Batistelli e da Cruz (2021) ampliam o debate problematizando que as táticas de governamentalidade têm se aperfeiçoado no discurso das políticas públicas e se molecularizado ainda mais por meio da judicialização da vida que opera com o discurso legal e normativo de garantia de direitos para estabelecer padrões de conduta como protetores ou violadores de direitos, mas que incidem de forma desigual na sociedade de controle de determinados corpos.

A judicialização também pode ser entendida nesse contexto como a produção de subjetividades que aprisionam, moralizam, vigiam e julgam a si mesmas e às demais, fortalecendo formas de governo que homogeneizam e delimitam os modos de ser (BATISTELLI; DA CRUZ, 2021, p. 4).

Conduzir condutas, governar os indivíduos e suas relações, ainda que de forma ‘democrática e participativa’, é uma tecnologia sofisticada de exercício de biopoder na qual o Estado passa a interferir na produção de subjetividades com sutilezas tão finas, como a narrativa dos direitos, que os sujeitos mal percebem a sua operação.

Focalizando essa argumentação para as práticas da política de assistência social, Rodrigues et al. afirmam que a centralidade na família nessa política contribui para a produção de “determinados modos de ser família que possam contribuir à produção de um tipo de indivíduo necessário a essa perspectiva governamental” (RODRIGUES et al., 2013, p. 20).

Siqueira e Lino (2013), ao analisarem suas práticas como psicóloga, assistente social e pesquisadoras inseridas no SUAS, problematizam as contradições que o discurso sobre a proteção contido nessa política pode se operar muito mais como um meio de controle das famílias pobres em relação ao que representam enquanto virtualidade de risco social do que como construção de possibilidades para o enfrentamento desses riscos. Deste modo, elas afirmam:

Nesse constante e contínuo controle da vida produz-se principalmente a culpabilização das famílias que buscam ajuda nos serviços de assistência. Ao serem orientadas sobre como conduzir sua saúde, a criação dos filhos, as relações que estabelecem com seus familiares, ou seja, suas próprias vidas, elas passam por um processo de modelização, onde seus costumes, suas opiniões, suas vidas são questionadas e desqualificadas, orientadas para que se enquadrem nos padrões instituídos (SIQUEIRA; LINO, 2013, p. 50-51).

Nessa mesma perspectiva, Pereira problematiza o desenho do SUAS com suas provisões de serviços, programas, projetos e benefícios, centrados na família, no território e na vigilância socioassistencial afirmando que é preciso [...] “discutir o processo de

governamentalização da vida e os meios pelos quais o Estado utiliza as reivindicações da população para intensificar o governo desta”(PEREIRA, 2019, p. 4).¹⁸

Isto posto, considerar as políticas públicas, em especial a assistência social foco aqui da nossa análise, como um tipo de tecnologia de governo das populações é ter clareza que ela opera regulando as relações sociais, sendo fundamental a análise de quais efeitos essa regulação, que se dá por meio do biopoder, pode produzir. Tal constatação pode ser perturbadora quando nos vemos sobreimplicados com o campo das políticas públicas, principalmente como na assistência social, mas é necessária a reflexão.

2.4 Matizes necropolíticas no rizoma da assistência social: sobre quais corpos o biopoder age?

Podemos, então, problematizar a qual poder hegemônico as políticas públicas podem operar o biopoder? Se retomarmos as afirmações de Deleuze e Guattari (1996), Guattari e Rolnik (2006), o poder hegemônico que perpassa a construção da vida social é o capitalismo, com suas lógicas de produção de homogeneização e de exclusão que este produz. É preciso, portanto, ampliar a reflexão sobre quais corpos esse poder tem agido.

Mbembe (2006) parte da noção de biopoder-biopolítica de Michel Foucault e propõe nos distanciarmos das análises centradas em contextos europeus para examinarmos os processos de colonização e os traços de colonialidade que insistem nas ex-colônias. Ou seja, antes mesmo da manifestação do biopoder e do racismo de Estado com o nazismo, temos nas colônias o sistema de *plantation* calcado na escravidão, como primeiro modo de exercício biopolítico (HILÁRIO, 2016).

Nessa direção, esse exercício de biopoder está intimamente relacionado ao governo de determinados corpos, corpos específicos, corpos estes atravessados pela questão racial. Mbembe (2006) vai se referir, então, ao necropoder, como poder sobre a morte de corpos vulneráveis, como uma nova tecnologia social de produção e gestão, que atua por meio de práticas e discursos de desumanização e de coisificação de alguns segmentos da população, como se houvesse vidas inferiores e não passíveis de luto.

O necropoder em operação amplia ainda mais a produção e a manutenção de desigualdades e conforme apontado por Lima et al.:

¹⁸ Outros autores apoiam e ampliam esse debate como Romagnoli, 2015; Costa, 2016; Cavagnoli e Guareschi, 2018; Pereira, 2019; Capilheira et al., 2021.

Pobreza, encarceramento, vulnerabilidade, marginalidade, indigência, trabalho precário, educação precária, favela, fome têm raça, gênero e classe no Brasil: a raça é a negra, o gênero é o feminino e a classe é a baixa (DE LIMA et al., 2019, p. 80).

Assim, os processos de produção das desigualdades sociais estão diretamente relacionados à questão de raça, visto que a maioria da população pobre é a população negra, negligenciada em nosso país desde a abolição da escravatura. Logo, tudo o que diz respeito à população pobre está diretamente relacionada à questão do racismo e à colonialidade. Acrescido ao fato de que quando consideramos o “gênero, a mulher negra se encontra ainda mais à margem, se comparada com o homem negro” (ibid., p 72).

Nesse descaso com vidas que não importam, poderíamos pensar inclusive que a alternância dos governos e as recentes desmontagens políticas da Seguridade Social em nosso país, sobretudo após a Emenda Constitucional 95 (Brasil, 2016), apontam para o desinvestimento em campos essenciais para a proteção social de indivíduos e famílias, que, segundo Marques et al. “... flertam com a eliminação real ou simbólica de sujeitos, grupos e segmentos” (MARQUES et al., 2020, p. 8) como uma forma de exercício necropolítico.

As consequências advindas dessa precarização das políticas públicas atingem tanto macro, como micropoliticamente os corpos mais vulneráveis, os corpos que são negados o acesso à estrutura de oportunidade, os corpos que são negadas a voz.

E, neste sentido, não é possível deixar de considerar que esses corpos vulneráveis têm cor. Segundo IBGE, 56,3% da população brasileira se declarou preta ou parda¹⁹ e, desse percentual, 70% se encontrava abaixo da linha da pobreza, sendo que “no cruzamento das informações sobre sexo e cor ou raça das pessoas, foram as mulheres de cor ou raça preta ou parda que se destacaram entre os pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres” (IBGE, 2020, p. 67).

Quais seriam os jogos de saber-poder que são produzidos na política de assistência social quanto às questões raciais? Como a questão da racialidade atravessa ou não as práticas de trabalho social com famílias? Ao não se considerar essa realidade, opera-se

¹⁹ Para fins de estatísticos o IBGE utiliza a categoria parda para aqueles que não se autodeclararam nem negros nem brancos e considera como norma para a classificação negros a somatória dos que se reconhecem como pretos e pardos. Sob a perspectiva dos autores que discutem as questões raciais essa expressão se relaciona a uma categorização e hierarquização das pessoas segundo o tom de pele e características fenotípicas. Discutem como a categoria parda tem operado para a manutenção do mito da democracia racial no Brasil. Nessa tese apenas nos referiremos a essa categoria quando abordamos os dados oficiais. Para maior aprofundamento ver Devulskys, (2021).

em favor da manutenção do racismo estrutural, pois, conforme aponta Oliveira et al., a formulação e implementação de políticas públicas, bem como a sua precarização está diretamente relacionada com a questão racial e o racismo no Brasil. Afirma ainda os autores:

Quais outras técnicas de morte atingiriam as populações usuárias das políticas de assistência social e que podem ser encontradas em seu dia a dia? Essas técnicas teriam a ver com as supressões de direitos próprias da necropolítica, uma política voltada para matar. Desde a não garantia das seguranças afiançadas pela política, a diminuição de recursos para manutenção dos serviços, não garantia de direitos básicos (OLIVEIRA et al., 2019, p. 147).

Se, por um lado, a violência estatal desvaloriza essas vidas em suas ações e investimentos, no cotidiano das relações, essas vidas são inferiorizadas em opressões e desqualificações que sustentam microfascismos calcados na hierarquia de raça, gênero e de classe social. E, neste sentido, de forma convergente com Marques et al., concordamos que “[...] o desmonte das políticas sociais intensifica as vulnerabilidades, acentua a desproteção e ilumina a ação e os efeitos da necropolítica” (MARQUES et al., p. 12), denunciando o exercício macropolítico dessa violência. Assim o Estado tem se válido desse biopoder para gerenciar que vidas são importantes. Assim Butler (2006) afirma que:

[...] esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são menos humanos. Estabelecem aquilo que será e não será humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de ser lamentada. [...] Mas muitas vezes esses esquemas normativos funcionam precisamente sem fornecer nenhuma imagem, nenhum nome, nenhuma narrativa, de forma que ali nunca houve morte tampouco houve vida. (p, 28-29)

Mas quem é esse Estado necropolítico, que não reconhece algumas vidas como humanas, a não ser os seus operadores? Se o Estado se apresenta necropolítico, que tanto de nós mesmos também não o somos? Quais as estratégias de apoio a esse projeto não operamos no cotidiano do trabalho com as famílias na assistência social, quando constantemente, ainda que de forma sutil, outras de maneira explícita, não atribuímos aos usuários a responsabilidade por suas vidas precarizadas? Como a nossa micropolítica reativa tem contribuído para esse projeto?

Perguntas que engendram uma reflexão crítica sobre as formas pelas quais atuamos em contexto de precarização da vida, que estão ligadas tanto aos efeitos macropolíticos desse desenho de Estado, como também a concepções próprias que os profissionais têm no campo micropolítico sobre o que deve ser proteção social às famílias

vulneráveis. Por meio desse intrincado movimento o necropoder, a junção da necropolítica ao poder disciplinar, à biopolítica, associando tecnologias e políticas distintas para a gerência da população através da morte, tem operando na macropolítica por meio de uma sustentação da micropolítica reativa.

A noção de incapacidade familiar, tão duramente criticada em estudos sobre as realidades familiares, ainda possui raízes profundas nas lógicas e nas práticas de trabalho social com famílias e é preciso compreender o porquê.

Notem que nessa perspectiva crítica, a política de assistência social pode operar gerência de corpos que estão à margem do sistema de produção capitalista, corpos considerados inúteis. O que ela visa tanto combater na sua macropolítica, mas que sob o argumento da proteção a esses corpos, no campo molecular, micropolítico, pode assumir uma forma reativa e operar estratégias de subjugação dos mesmos. É nesse hiato que a necropoder nos captura, ela opera com as micropolíticas reativas que empregamos no cotiário das nossas práticas e coloca o nosso saber-poder em operação para produzir gestão da vida.

Mas, é possível resistir, pois sempre são possíveis outras conexões, outras composições de vida e ainda que na micropolítica reativa, tanto da política de assistência social como da própria família, os dispositivos busquem operar para o anestesiamiento da diferença, sempre será possível outras organizações, outras formas de produção de subjetividades, não capitalísticas, mas sim singulares. Segundo Guattari e Rolnik:

[...] uma maneira de recusar todos esses modos de decodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com outros modos, de produção, modos de criatividade que produzam uma singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver; com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos (GUATTARI; ROLNIK, 2006, p. 17).

Qual é o trânsito entre os vetores que favorecem as táticas de gestão da vida, onde se criam pontos de fixação, de reprodução ou criam resistências para a produção de subjetividades singulares? Quais armadilhas se escondem nos discursos da política de assistência social que capturam a diferença e despertam a micropolítica reativa, como uma política pública pode se colocar a serviço da gestão da vida ou pode nela própria criar estratégias de resistência e invenção.

E nesse caldeirão de vetores de força em operação, modo de produção capitalista, macro e micropolítica, micropolítica inventiva e reativa, governamentalidade e colonialidade do poder e necropoder, que tem se traduzido a complexidade da vida social que o atual paradigma de modernidade representa, que a análise sobre a política de assistência social e as práticas de trabalho com famílias precisa ser feita.

Tarefa conceitualmente densa e intensa e o nosso objetivo nessa sessão foi apresentar esses conceitos e suas interligações, pois eles serão os guias teóricos na nossa tarefa de cartográfica. Evidentemente no caminho vamos nos conectando com outros, fizemos nossas descobertas, nossas escolhas durante o processo de problematizar o que os coloca em operação? E quais os efeitos que eles produzem nas subjetividades das pessoas e usuários que acessam as políticas públicas, em especial a política de assistência social.

Na próxima sessão serão apresentados o percurso metodológico dessa pesquisa, seus pressupostos teóricos e dispositivos metodológicos adotados.



**Caminhos e meandros metodológicos:
A cartografia como companheira de percurso para compreensão das
complexidades do trabalho social com famílias**

3 CAMINHOS E MEANDROS METODOLÓGICOS: A CARTOGRAFIA COMO COMPANHEIRA DE PERCURSO PARA COMPREENSÃO DA COMPLEXIDADE DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS

Para conhecer a complexidade do trabalho social com famílias na política de assistência social e, conseqüentemente, o que se passa entre as relações da família com os serviços, dentre diversas metodologias de pesquisa qualitativa que poderiam ser utilizadas para tal intenção, a escolha dessa pesquisa é pela cartografia.

E essa escolha se justifica por se tratar de uma metodologia extremamente potente e consistente quanto aos seus pressupostos teóricos e rigor metodológico e, sobretudo, porque que traz em si a porosidade metodológica necessária para compreender a complexidade das relações em suas multideterminações, naquilo que mais nos interessa, o campo de efeitos.

O que se apresenta no inter, no meio, misturado e por vezes embolado, nos processos de compreensão e conhecimento das realidades – no plural, visto que são sempre múltiplas e transitórias. Como afirmam Passos e Barros:

A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação. Considerando que objeto, sujeito e conhecimento são efeitos co-emergentes do processo de pesquisar, não se pode orientar a pesquisa pelo que se suporia saber de antemão acerca da realidade (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17-18).

Na busca pela compreensão e sustentação dos efeitos do encontro das famílias com a assistência social para compreender o que se produz, reproduz ou se antiproduz neles, fez-se necessária a escolha de um método capaz de permitir mapear o campo de forças, dos dispositivos, das linhas e extratos que se apresenta nesses encontros.

E, nesse sentido, nos resta a pergunta: quais seriam os dispositivos e como operariam no rizoma do trabalho social com famílias produzindo subjetividades? Quais os diagramas de saber-poder desenham?

O método cartográfico, portanto, é uma forma de mapeá-los, conhecê-los, tanto como um método de pesquisa em si, devido à sua natureza constitutivamente rizomática, mas também como forma de produzir modificações, antídotos na ação dos dispositivos (PRADO FILHO; TETI, 2013).

Ao escolher a cartografia como companheira de percurso, o olhar metodológico cartográfico requer do pesquisador a compreensão de que a realidade pesquisada se

constitui como uma rede de relações, de campos de composição de forças que contêm linhas enrijecidas e linhas de fuga que se justapõem produzindo efeitos e combinações das forças da vida. E como vida é composição de forças, o pesquisador cartógrafo também compõe a realidade rizomática que se propõe a pesquisar, ele se apresenta como intensivo, como aquele que para compreender a realidade deixa que as forças passem por ele, mas sem, contudo, não sentir seus efeitos.

Portanto, a pesquisa é convocada nas dimensões de processualidade, de não isenção de pesquisador e de uma mudança nas suas práticas narrativas diante do seu contato com o mundo. O pesquisador, assim, deve assumir posições políticas, uma vez que ele intervém no campo, não havendo neutralidade e dessa forma a sua implicação ganha contornos relevantes no método.

3.1 E o caminho se faz mais importante que o chegar: os efeitos do encontro da pesquisadora com a cartografia

Ao pensar construir uma pesquisa orientada metodologicamente pela cartografia, somos provocados a iniciá-la antes mesmo das primeiras inserções do pesquisador no campo de pesquisa propriamente dito.

Ao meu ver, a pesquisa cartográfica e seus efeitos começam bem antes disso, e assim, no entrar em contato com os pressupostos teóricos da cartografia, alguns sentimentos emergiram produzindo efeitos sobre meu corpo de pesquisadora. E na tentativa de compreendê-los, de ver e fazer meu corpo vibrar ante a eles, conforme sugere Liberman e Lima (2015), busquei organizá-los em quatro grandes campos de efeitos que apresentarei a seguir.

Não necessariamente lineares, mas sim justapostos e espiralados que geraram e ainda geram profundas reflexões em mim como pesquisadora e assim nomeei esses campos de efeitos sobre meu corpo pesquisadora como (1) Encantamento, (2) Desespero, (3) Invenção, (4) Experimentação.

3.1.1 O encantamento

O contato inicial com os pressupostos da esquizoanálise, até então não muito conhecidos, foram diretamente ao encontro de uma necessidade pela busca de uma chave

conceitual capaz de auxiliar na compreensão da complexidade da vida, de suas relações macro e micropolíticas e esses efeitos nas subjetividades.

Como nos ensina Deleuze e Guattari, “o campo relacional, portanto, possui segmentações macro e micropolíticas, segmentações que produzem efeitos subjetivos, efeitos políticos, uma vez que toda subjetividade é política” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 105).

Se toda subjetividade é política, compreender os circuitos e efeitos de sua produção seria um ponto importante dessa pesquisa, uma vez que aplicar esse ensinamento ao campo de investigação sobre o trabalho social com famílias poderia ampliar minha compreensão sobre o mesmo. E assim, encantada por essas possibilidades teóricas caminhei para um maior aprofundamento teórico desses pressupostos.

3.1.2 O Desespero

O encantamento inicial logo foi tomado pelo desespero! A teoria esquizoanalítica possui tanto uma forma de estruturação epistemológica própria, calcada no pós-modernismo, como um linguajar teórico que mescla diversos campos de conhecimento. Ela produz, assim, uma escrita muito própria e por vez difícil de entender para os leitores não iniciados e apegados a lógicas positivistas de produção do conhecimento.

Isso ocorre porque é sua intenção epistemológica não se construir com base em raciocínios lineares, pois parte do entendimento que a vida não se reduz a uma única realidade, a um único modelo (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Contudo, para o leitor desavisado, o contato inicial com a teoria pode parecer muito árido, principalmente se ele buscar uma chave lógica de construção de raciocínio linear para compreendê-la. A esquizoanálise é epistemologicamente não linear e, como tal, convoca o interlocutor a um exercício analítico também não linear. Convoca um exercício analítico por imanência e não por reprodução de modelos.

Igualmente, ainda que a proposta teórica e metodológica da esquizoanálise produzisse um efeito de conexão comigo, a busca pela sua compreensão me desestabilizava.

A cartografia, por pressuposto básico, parte da regra que não é possível antecipar o campo de pesquisa; você precisa entrar em contato com ele e, neste contato, neste encontro, a pesquisa se faz à medida que se atua. É no entre das relações que se estabelece

que o conhecimento é produzido por ambas as partes (ROLNIK, 2006; ROMAGNOLI, 2009; KASTRUP; PASSOS, 2013).

De forma geral, esse pressuposto básico se mostrava convergente com minhas concepções sobre produção de conhecimento, sobre metodologias participativas; contudo, as linhas duras que habitam meu corpo de pesquisadora se abalavam à medida que evoluía na compreensão do método.

E isso acontecia por que? Somos treinados no raciocínio positivista e simplificador nas nossas formas de fazer ciências e, mesmo trabalhando com metodologias de pesquisa qualitativas, próprias do campo das ciências sociais, ainda somos muito influenciados por essa mentalidade positivista (MINAYO, 2000).

Capturada pelas linhas duras da academia percebi que meu segmento pesquisador era mais endurecido do que imaginava e a cartografia o atacava, visto que duvidava se conseguiria sustentar metodologicamente e pessoalmente a mudança que a cartografia provoca nas práticas de estar com... - Com a pesquisa, com o campo, comigo mesma.

Entender e operar com as noções de “corpo pesquisador”, “corpo afetação”, linhas, estratos, segmentos, inventividade me provocavam a ‘colocar o pé para fora da coberta’. Esse encontro gerava dois campos de efeitos: o primeiro de uma paralisia diante do novo e, o segundo, de um desejo pelo enfrentamento desse desafio.

3.1.3. A invenção e a experimentação

Provocada a repensar e buscar conexões com outras possibilidades de aplicação dessas construções metodológicas para a pesquisa, mas ainda buscando alguma segurança nas minhas linhas duras, comecei a pesquisar por relatos de pesquisas que utilizavam a cartografia como metodologia e como essa de fato era trabalhada no delineamento dos projetos. Assim, tentando me desprender das certezas metodológicas anteriormente construídas, busquei entrar em,

[...] um exercício permanente de sensibilidade, de vitalização de corpos e relações, com aproximações e afastamentos que ampliam e redimensionam repertórios pessoais, existenciais e profissionais, para que o corpo amplie sua capacidade de afetação (LIBERMAN; LIMA, 2015, p. 185).

Até encontrar as experiências no campo da saúde coletiva e da saúde mental nas quais se debate muito os elementos macro e micropolíticos na produção do cuidado – Merhy et al. (2014, 2017), Abrahão, et al., (2013). O contato com essa bibliografia, com

os instrumentos de pesquisa criados, apesar de não estarem diretamente associados à especificidade do meu campo, foram produzindo conexões que me deram mais segurança, me auxiliaram a me reconfigurar no meu território metodológico de pesquisadora.

3.1.4. Do usuário-guia para a família-guia

Uma ferramenta metodológica interessante que localizei nessas pesquisas foi a do usuário guia que é muito utilizada nos estudos de saúde coletiva com a finalidade de compreender a produção de redes de cuidado em saúde e tem como principais autores Merhy (2017), Abrahão et al., (2014). Suas origens remontam aos estudos no campo da história social, com destaque para a pesquisa de Erminia Silva (2008) sobre o nomadismo dos artistas circenses (ABRAHÃO et al. 2014).

Na perspectiva dessa metodologia, o usuário-guia é aquele que possibilita o mapeamento das redes e dos pontos de conexão para a produção de cuidado; uma vez que ele é o elemento orientador, possui características de um estudo de caso, mas se diferencia deste uma vez que se interessa mais pelo movimento de bricolagem que é produzido na relação, nas transversalidades que atravessam as relações saber/poder na produção de cuidado (ABRAHÃO et al., 2014).

O foco da investigação são os encontros que os usuários produzem em algumas estações de cuidado tanto as institucionais (hospitais, unidades de saúde) como outras, revelando assim diversos atores com os quais os usuários se conectam no movimento nômade pelas redes. Essa aproximação das redes de relações que os usuários se constituem nos seus modos de andarem na vida constituiu uma importante fonte de informações para o estudo (ABRAHÃO et al., 2014, p. 160).

Utiliza-se como critério de escolha do usuário-guia a referência da própria equipe técnica envolvida à medida que esta elege como guia aquele ‘caso grave’ que a desafia na produção do cuidado. Seguindo-se a etapa de identificação das fontes que dizem respeito ao usuário, como profissionais, gestores, cuidadores, familiares, dentre outros caracterizando um conjunto atores que estão relacionados ao usuário (ABRAHÃO et al., 2014). E, assim, o percurso cartográfico segue seu caminho metodológico.

Os “poréns” e os “mas” que nos instigaram a criar

Contudo, como nos lembra Prado Filho e Teti, “existem tantas cartografias como realidades a serem cartografadas” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 1), inspirados na proposta do usuário guia da saúde coletiva, mas nos diferenciando dela, uma vez que o nosso objetivo central não são as barreiras de cuidado e sim os efeitos na produção de subjetividades dos encontros entre as famílias e os serviços da Assistência Social começamos a criar e a experimentar.

Como nos interessamos por esses efeitos, compreendemos que eles só podem ser percebidos pelos próprios usuários; assim, a proposta metodológica parte do usuário como o elemento disparador do processo cartográfico, semelhante às práticas do campo das pesquisas em saúde coletiva, mas difere delas à medida que não tem os profissionais, ou o conjunto de serviços e atores como agentes produtores das informações, mas o próprio usuário: a própria família.

Romagnoli (2019), ao analisar as (im) possibilidades de dar voz aos usuários das políticas públicas, aponta que as pesquisas com famílias no campo da assistência social possuem diversos atravessamentos que dificultam o contato do pesquisador com a família. Desde aqueles associados ao seu funcionamento macropolítico, como mudanças na gestão pública, bem como aqueles micropolíticos associados ao excesso de proteção dos técnicos para com as famílias, medo de críticas, receio das próprias famílias em participar, dentre outros.

Evidentemente que essa intencionalidade metodológica apresentou desafios de execução prática no campo de pesquisa, tais como os apontados acima. Foi preciso perguntar como seria possível acessar diretamente as famílias esvaziando os atravessadores institucionais; iria para a porta dos serviços para abordá-las aleatoriamente? As famílias poderiam não aceitar falar? Se os serviços não nos indicam as famílias, como vai ser a abordagem, com quais critérios de escolha?

Considero que são exatamente nesses desafios à pesquisa que encontramos as nossas possibilidades de invenção no campo da pesquisa cartográfica, uma vez que, enquanto cartógrafos, também estamos sujeitos aos efeitos em nós mesmos no contato com o campo.

Como produzir o novo no campo metodológico cartográfico? Ao invés de reproduzir? Não é porque estamos operando com uma metodologia e com referencial teórico que preza pela conectividade e invenção que não estamos sujeitos às linhas duras e às armadilhas de reprodução acadêmica desse próprio método.

Assim, as experimentações metodológicas então me levaram a buscar as famílias como guias em diversos serviços e complexidades do SUAS para compor esse mapa cartográfico, buscando sempre fugir dos riscos de não cair em uma discussão no formato estudo de caso e das generalizações.

Embora cada família tenha sua singularidade, códigos e crenças, ainda que haja particularidades nos efeitos subjetivos construídos para cada história familiar, certamente existem componentes micropolíticos reativos compartilhados por um número maior de famílias. E esses são fundamentalmente importantes para a análise da dimensão coletiva e macropolítica das práticas de trabalho com família.

Outra questão fundamental que percebemos se relaciona à compreensão de que ter as famílias como guias nessa cartografia não poderia resumir às entrevistas e contatos com os usuários em si, mas que a uma ampla gama de possibilidades das famílias serem a orientação central da analítica aqui apresentada.

3.2 As linhas duras do método cartográfico – enquadre geral do campo de pesquisa

Apresentaremos a seguir o enquadre geral da pesquisa cartográfica que foi desenvolvida, já considerando as adaptações necessárias entre as intenções do projeto de pesquisa apresentado no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – e as condições de viabilidade de execução e segurança sanitária de inserção no campo de pesquisa²⁰.

Para compor o terreno cartográfico onde nos deixaríamos guiar pelas famílias, foi escolhido o município de Belo Horizonte – MG – e seus equipamentos da política de assistência social de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade para o contato com as famílias.

As mesmas foram escolhidas de forma aleatória por meio de abordagem da pesquisadora na recepção/dependências dos equipamentos, sendo que a metodologia de escolha dos participantes visou diminuir os efeitos que o direcionamento dos usuários por parte dos gestores e técnicos, conforme aponta Romagnoli (2019), podem impactar no curso da pesquisa, uma vez que mudanças da administração pública, mudança de profissionais de referência, bem como outros atravessadores macropolíticos e micropolíticos podem aparecer na indicação das famílias.

²⁰ As atividades de campo ocorreram no período de maio e julho de 2021 tomando como referência os indicadores oficiais da Pandemia de Covid-19. As entrevistas foram realizadas com máscaras, respeitando o distanciamento social e com a higienização dos materiais e ambiente.

3.2.1 O manejo atencional do cartógrafo: um dispositivo para produzir conhecimento

Ter a cartografia como companheira de pesquisa significa ter muito mais que uma referência teórico-metodológica. Conforme apontam Liberman e Lima “quem se lança a essa aventura é convidado a conectar-se com o pulsar da vida em seu corpo e com caminhos para os quais esse pulsar aponta” (LIBERMAN; LIMA, 2015, p. 183).

Nessa tese, um dos maiores desafios foi experimentar a desestabilização que o encontro com outros corpos produziu sobre o meu, subjetiva e academicamente. Certamente, o convite à invenção para pensar e a repensar os objetos estéticos e conceituais assim como Liberman e Lima (2015) nos convoca, é um desafio.

Optamos por usar como referência guia do uso metodológico da cartografia a proposta de Kastrup (2009) de manejo da atenção cartográfica. A autora nos alerta que é preciso saber usar a atenção cartográfica de modo concentrado, mas não focalizado. Assim destaca quatro momentos do uso da atenção pelo cartógrafo que devem ser observados: o rastreo, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Falarei brevemente sobre eles.

O momento atencional do rastreo deve ser experimentado com uma postura aberta e sem foco que não busca um objeto em si, mas o surgimento imprevisível de um campo de sensações (KASTRUP, 2009).

À medida que se vare o campo em busca de signos de processualidade, algo se destaca de forma rápida como uma rugosidade, uma dobra em meio à homogeneidade fazendo com que a atenção do cartógrafo toque um campo de sensações. Esse toque pode possuir diversas intensidades e várias entradas gerando assim, na sequência, o movimento de pouso atencional.

Segundo Kastrup, “(...) o gesto de pouso indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom” (KASTRUP, 2009, p. 43). Ocorre, dessa forma, uma mudança na escala de atenção. E essa mudança na escala produz uma inquietação, um ‘querer saber o que acontece ali’ que recalibra o funcionamento da atenção e então é criado, por meio do reconhecimento atento, um território cartográfico.

Compreende esse território como algo que emerge do mundo que já existia ali como uma possibilidade de invenção e assim a percepção vai operando por meio do acionamento de circuitos que são pontos de interseção entre a percepção e memória do

cartógrafo. “A percepção então viaja, sobrevoa, muda de plano e velocidade produzindo assim os dados, atingindo o virtualmente dado fazendo aquela realidade, em e no ato, se apresentar” (ibid., p. 47).

Do mesmo modo, a autora estabelece ainda que nesse manejo metodológico da atenção, é preciso fazer uso de uma postura “política cognitiva” que ela nomeia como “(...) um tipo de atitude ou de relação encarnada, no sentido de que não é consciente, que se estabelece com o conhecimento, com o mundo e consigo mesmo” (ibid., p. 33-34).

E neste sentido, fazendo uso dessas referências quanto aos momentos da atenção, busquei manejá-los no campo de pesquisa para abrir e ampliar minha sensibilidade cartográfica, me desprendendo de ideias preconcebidas, de convicções que possuía, pois, esse campo já era parte de mim e eu dele mesmo antes da pesquisa.

Aqui, cabe destaque e uma breve explicação de como esse ‘campo já era parte de mim’, uma explicação não no sentido autobiográfico, mas naquilo que se refere à minha análise da implicação.

Todos os lugares escolhidos para a composição do campo de pesquisa são lugares que meu corpo já havia habitado de alguma maneira ao longo da minha trajetória profissional e isso traz preocupações visto que não eram inéditos à minha percepção.

Segundo Penido (2020), a inserção do trabalhador como profissional no campo é o que muitas vezes facilita a sua inserção social como pesquisador nesse mesmo campo. Contudo, a discussão sobre distanciamento e engajamento como objeto de pesquisa ganha força, não de forma polarizada como a positividade da ciência clássica doutrinária, mas em uma constante e pendular análise desses efeitos na pesquisa. É o engajamento do trabalhador-pesquisador que o permite escutar a pulsação das instituições, perceber zonas de sombra, efeitos perversos e aspectos simbólicos de interesse, ainda que não acessíveis em um primeiro olhar, mas é o distanciamento que o oportuniza olhar a paisagem ‘de fora da ilha’.

Contudo, como bem nos lembra os diversos autores aqui já abordados, a pesquisa cartográfica é sempre um devir, algo que só acontece no ato, naquele ali e agora e buscando experienciar essa proposição que se atravessava pelo meu engajamento e distanciamento com o campo optei por utilizar das ferramentas de manejo da atenção, conforme proposta por Kastrup, (2009) como referências úteis para me permitir experienciar esses espaços de forma diferente, mas jamais isenta.

Uma não isenção que inicialmente me preocupou, pois, as afetações produzidas no contato com o campo me levaram a questionar se de fato estava conseguindo criar a

porosidade necessária no meu corpo-pesquisadora. A tal ponto que fosse capaz de perceber outras frequências, outras nuances de movimentos e outros sons nesses espaços e nessas histórias tão familiares, mas também consciente do fato que a máxima metodológica de que não existe separação entre sujeito e objeto de pesquisa era experimentada, por mim, como algo visceral, pois era e sou pertencente a esse campo.

Exatamente por compor o meu objeto de pesquisa enquanto uma *praticien-chercheur* é que conheço os sutis significados institucionais contidos em pequenos detalhes como as disposições das cadeiras de uma recepção, a posição dos guichês de atendimentos, o simbolismo oculto dos painéis de informação, o sentido das cores e dos cheiros de cada um dos equipamentos públicos, dentre outros signos de processualidade que só quem é visceralmente pertencente a instituição sabe reconhecer. Privilégio e maldição!

E se mostraram tão significativos que durante os momentos iniciais da inserção no campo de pesquisa esses espaços dos equipamentos se destacaram, minha atenção cartográfica foi afetada. Havia algo ali que se destacava como heterogeneidade, como rugosidade. Assim as recepções e os espaços dos equipamentos deixaram de ser apenas o lugar onde os participantes seriam convidados e passaram a se constituir como um elemento de análise ao longo do processo cartográfico tão forte, que a vivência deles na pesquisa ganhou um outro sentido.

Como intercessores para o manejo da atenção cartográfica adotados os seguintes dispositivos metodológicos:

(1) a experimentação de campo junto aos equipamentos da assistência social no referido município (entrevista não estruturada²¹ e observações participantes) nos CRAS/CREAS e Unidade de Acolhimento Familiar²². Foram 03 entrevistas não estruturadas individuais com famílias, de 07 observações participantes em 04 equipamentos. Os registros foram feitos em um diário de bordo.

(2) Imersão analítica da produção academia sobre a área (revisão bibliográfica e análise documental);

²¹ A entrevista não estruturada é aquela que oferece ampla liberdade na formulação de perguntas e na intervenção da fala do entrevistado (Manzini (2008). Utilizamos como questão disparadora da conversação a pergunta sobre o motivo da busca daquela família ao equipamento da assistência social.

²² Essa observação se deu nos momentos iniciais da Pandemia. Contudo, optamos em não dar prosseguimento nas atividades de observação e entrevista nesse espaço, compreendendo que não seria ético nesse momento submeter às famílias acolhidas a nossa presença no espaço.

(3) Análise da implicação como *praticien-chercheur por meio de* fragmentos da minha experiência profissional como profissional do SUAS e docente nessa área.

(4) Registros escritos e fotográficos do diário de bordo da pesquisa

A seguir, apresentamos breve caracterização das famílias participantes da pesquisa. Destacamos que a forma escolhida para a caracterização visa apresentar mais do que as características formais de um perfil, buscam apresentar algumas singularidades das famílias, nomeadas por elas mesmas e que são de extrema relevância nessa pesquisa.

Tabela 1: Caracterização das famílias participantes

Breve caracterização das famílias participantes²³	
Família 1	<p>Silvana é uma mulher negra de 53 anos, é mãe de dois 2 filhos a Beatriz e Carlos. Ela mora em uma vila as margens do anel rodoviário de Belo Horizonte. Mora sozinha em uma pequena casa no beco principal da vila. Acha o lugar muito barulhento e perigoso.</p> <p>Ela criou os filhos – <i>“fiz minha obrigação”</i>. Com o Bolsa Família comprou uma tv de tubo para os filhos assistirem televisão em casa e não irem para rua <i>“...os homens do movimento (tráfico) pegam as crianças de pequeno, pagam refri e bala para eles e daí a pouco a criança já vira avião. Meus filhos não... Agora eles tão pra lá...na vida deles”</i>. Silvana não gosta de pedir nada para ninguém, nem para os filhos.</p> <p>Ela tem um senso de justiça aguçado, percebe as injustiças que ela mesma sofre e as injustiça que vê no seu entorno. Acha errado a prefeitura dar três cestas básicas para a mesma pessoa <i>“...e esse povo ainda jogar o fubá fora...fubá é ouro lá na África para aqueles meninos que passam fome... A prefeitura vigia a gente em tudo, tem contato aqui pra fofocar das mães que não vai levar as crianças na escola e nem leva no posto, tinha que saber que deu cesta básica repetida...porque tem gente que precisa e fica sem por causa disso”</i>.</p> <p>Tem <i>‘raiva de ser mulher’</i> – porque <i>conhece mulheres que se rebaixam demais dançando funk</i>” – ela não quer ser esse tipo de mulher.</p>

²³ Todos os nomes dos integrantes familiares são fictícios.

	<p>É uma faxineira de mão cheia, clientes não lhe faltavam, “<i>até que a pandemia acabou com tudo...sabe aquelas máquinas de frango? Então eu nunca imaginei que um dia eu ia tá olhando o frango como um cachorro</i>”.</p> <p>Me conta que precisava só de um vale transporte para ir na agência da Caixa Econômica para resolver o problema do auxílio emergencial, sabe que: “<i>na assistência não tem, sei que aqui não dá vale pra isso, mas resolvi tentar mesmo assim....agora vou a pé, naquela agência do alto da rua da Bahia...tô esperando só o sol esfriar porque é longe</i>”.</p> <p>Seu sonho é ir para uma ‘rocinha’, plantar e subir ‘<i>nos pé de fruta</i>’.</p> <p>Seus ombros estão cansados, mas seu olhar é altivo. No dia que a conheci assentada no meio fio da rua enquanto esperava o equipamento abrir ela - <i>só queria tomar um Café 3 corações</i>. Depois que se despediu de mim voltou e me pediu para preencher o canhoto do Carnê da Telesena. Não sabia escrever, só assinar o nome...</p>
Família 2	<p>Dona Adelaide é avó do Léo, já está com mais de 70 anos e “<i>pelejando com a diabetes e o coração que não tá muito bom</i>”. Sua fala é mansa e doce. Na sua casa de conjunto habitacional, mora a mais de 30 anos. Foi lá que criou os 4 filhos e o neto Léo. Nos fundos tem um puxadinho que o filho do meio mora, “<i>ele é um mecânico de mão cheia</i>”.</p> <p>Tem um sonho que é reformar a casa, o telhado está caindo, mas com a aposentadoria de um salário mínimo não conseguiu ainda.</p> <p>Ficou viúva cedo e com 4 filhos pequenos teve que “<i>se virar</i>”...não quis casar de novo. “<i>...Deus me livre... eu criei meus 4 filhos tudo sozinha, sem pô homem... o que mais parecia era candidato a casar comigo...</i>”.</p> <p>Me conta que brigou com o conselho tutelar porque eles não acharam que ela podia cuidar do neto quando a mãe dele morreu no parto – “<i>gente, minha esquizofrenia não me atrapalha em nada não. Eu cuido, toda vida eu cuidei dos meus filhos. Eu tenho esquizofrenia desde que eu nasci...</i>”</p> <p>Tem muito orgulho do neto, adora ler os livros que ele escreve.</p> <p>Léo tem 22 anos, escreve livros de diversos gêneros, adora ler. Seu sonho é abrir uma papelaria e dar emprego para os amigos.</p> <p>Quando conheci essa família era uma manhã de outono linda, daquelas de céu azul sem nuvem alguma. O sol batia nos cabelos de dona Adelaide e</p>

	<p>faziam brilhar o grisalho crespo, que como uma renda, bordavam o lenço do seu cabelo. Essa imagem se contrastava com o verde da mata e o colorido dos tijolos das casas ainda sem reboco.</p> <p>Eles estavam ali no equipamento para solicitar a 2º via da certidão de nascimento da Dona Adelaide porque <i>“o povo no banco tava proibindo ela de receber o benefício porque a antiga tava velha demais”</i> me contou o Léo.</p>
Família 3	<p>Daniela é uma jovem de 18 anos que adora música K-pop e dançar, quando criança morava com sua tia, tinha uma vida normal, que para ela: <i>“era uma vida muito ruim, normal, difícil”</i>. Até que os pastores da igreja a adotaram quando tinha 15 anos. <i>“Foram tempos que vivi como uma filhinha de papai, eu tinha de tudo, fiz aula de etiqueta, fui para os Estados Unidos, fiz balé... Mas aí eles me devolveram, eu era muito atrevida. Fiquei 6 meses com eles... e assim fui para o abrigo e de lá comecei a viver a vida”</i></p> <p>Conta que um dia brigou com uma colega no abrigo <i>“...me levaram pro CIA, fiquei fichada por bobeira... tive que fazer L.A (liberdade assistida) à toa”</i>.</p> <p>No começo no abrigo sentia <i>“medo e revolta”</i>, depois aprendeu a gostar. - <i>eu era prioridade em tudo e sempre tinha uma pessoa me acompanhando...depois fui para República, lá era diferente, já tinha mais responsabilidade, tinha que fazer as coisas sozinha cuidar das minhas roupas, da comida... lá viro mulher!</i></p> <p>Hoje mora com o namorado, a sogra e o cunhado. Sua família ela me diz. Mora em um pequeno apartamento com eles e me conta que sua vida é ótima – <i>“saio, resolvo minhas coisas, chego em casa vou ajudar minha sogra com as tarefas da casa...</i></p> <p>No dia que nos conhecemos estava saindo do primeiro atendimento no serviço especializado. Estava animada pois ia encontrar com sua mãe de verdade – Dora, a cuidadora do abrigo, <i>“ela sim é minha mãe!”</i>.</p>
Família 4	<p>Joyce é uma mulher jovem de 38 anos que antes da pandemia trabalhava como atendente de padaria. Até então, nunca havia precisado ir em nenhum</p>

	<p>serviço da assistência social, <i>porque nunca passei necessidade</i>, era a sua primeira vez.</p> <p>Com o pequeno acerto que recebeu ao ser dispensada do trabalho resolveu empreender. Estava muito animada com o seu negócio de marmitas que ia começar com o filho mais novo de 20 anos. Ela ainda tem mais 2 filhas, já casadas e 2 netinhos <i>“eles são minha vida!”</i>.</p> <p>Se separou a pouco mais de 6 anos, - <i>“a gente se respeita, não é meu marido, mas é pai dos meus filhos e isso é pra sempre”</i>.</p> <p>Acha sua família grande, irmãos, cunhados, sobrinhos, os pais - <i>“... a gente é animado, a gente briga, mas se resolve depois...eu sei que posso contar com eles quando precisar”</i>.</p> <p>No dia que a conheci estava com uma pastinha cheia de documentos para fazer o CadÚnico – <i>“é meu direito não é?”</i></p>
Família 5	<p>Cristina está com Jonas, seu filho de 10 anos e aguardam o atendimento junto a outras pessoas na recepção de um equipamento. Começamos a conversar e ela me conta que está ali para <i>“conversar umas coisas particulares”</i>, nesse momento seus olhos se abaixam e uma profunda tristeza assume o seu semblante.</p> <p>Me conta que mora ali perto, nos predinhos da rua de cima e que sempre frequenta o equipamento. <i>“Quando mais jovem eu fiz o jovem aprendiz por causa do atendimento aqui, foi ótimo fez toda diferença pra mim”</i>. Ela fala para uma usuária que estava na conversa conosco também. Conta animada suas experiências de trabalho para as demais pessoas do grupo. Reclama das aulas remotas que estão acontecendo em virtude da pandemia <i>“...é impossível as crianças aprenderem assim...lá em casa é uma luta, só tenho um celular”</i>. Jonas que esta do meu lado ri de forma sapeca e me conta que está sentindo muita falta dos colegas, de jogar bola na quadra de futebol. Enquanto conversamos ela é chamada para o atendimento. <i>“Tchau gente! Ela se despede e fala para o filho: “fica me esperando aqui, porque agora é conversa de adulto!”</i></p>
Família 6	<p>Sandra e Clara, uma adolescente de 14 anos super tímida, chegam e se juntam as demais pessoas da recepção que esperam o atendimento. Durante a conversa que estamos tendo ali conta que busca encaminhamento para o</p>

<p>Jovem Aprendiz. – “<i>com essa pandemia e a escola do jeito que tá resolvindo arrumar um estágio para essa menina...ta muito parada...isso não presta não</i>”. Conta que é casada e tem mais uma filha de 18 anos. Trabalha de plantão 12x24 e como estava de folga naquele dia “<i>resolvi vir resolver as coisas aqui na prefeitura porque se eu não vier ninguém vem aqui não...</i>” Conta que sempre é ela que vai na escola, no posto, no Cras...</p>

Cabe destacar que foram utilizadas técnicas de gravação e registro fotográfico do campo com o intuito de ampliar as estratégias de registro da pesquisa. Todos os cuidados relativos à ética de pesquisa e uso de imagens e direitos autorais foram tomados e se encontram expressos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como ferramenta de registro do campo de efeitos dessa pesquisa, recorremos ao diário de bordo, largamente utilizado nas pesquisas cartográficas, que mais do que uma ferramenta de registro, podemos compreendê-la como um dispositivo analítico da cartografia, como apontam Barros e Passos,

O trabalho da pesquisa deve ser sempre acompanhado pelo registro não só daquilo que é pesquisado quanto do processo mesmo do pesquisar. E para quê registrar o processo? O que fazer com este registro? A quem endereçá-lo? O registro do processo da pesquisa interessa porque inclui tanto os pesquisadores quanto os pesquisados (BARROS; PASSOS 2009, p. 172).

Assim, a escrita em formato diarístico, quase confessional, permite ao pesquisador cartógrafo uma potente ferramenta para analisar sua implicação visto que, à medida que escolha o que narrar, como narrar, o faz de forma política construindo o que Barros e Passos nomeiam de política da narratividade:

Nesse sentido podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando em relação ao mundo e a si mesmo definimos uma forma de expressão do que se passa do que acontece. Sendo assim o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político (ibid., p. 51).

É uma escrita permeada da constante provisoriedade das certezas que o encontro dele com o que o campo de pesquisa produz. Essa provisoriedade foi sentida de forma visceral nessa pesquisa, uma vez que, a cada contato com o campo a desestabilização provocada no meu corpo-pesquisadora, também se refletia na minha escrita. Sendo que essa foi um dos maiores desafios enfrentados até aqui.

A sensação era a de não conseguir construir uma proposta de explicitação do raciocínio, que se expandia à medida que a pesquisa era desenvolvida, capaz de ser compreensível tanto para os pares da academia, bem como e mais importante para os leitores dos circuitos não acadêmicos. A minha implicação e a minha sobreimplicação. nessa tese passam necessariamente pelo meu campo de atuação prática e sobre os elementos que compartilho com meus pares nesse campo e tensionaram fortemente a minha escrita. Como já anunciado na introdução dessa tese, esse trabalho se ampara em conceitos esquizoanalíticos para sustentar a complexidade do campo de atuação profissional. Contudo, não é uma tese conceitual sobre a esquizoanálise. Friso essa diferenciação porque é nessa margem que a escrita se deu e essa tarefa foi intensa.

3.2.2 Os efeitos do deixar guiar-se pelas famílias: reconfigurações de novos-velhos territórios de cartográficos

O uso da atenção cartográfica possibilitou que as reconfigurações que emergiram no campo de pesquisa e seus os efeitos produzidos fossem nomeados como territórios cartográficos Kastrup (2009).

Os territórios cartográficos são as dimensões em que os dispositivos e os agenciamentos dessa tese foram produzidos. Representam a composição de um campo de efeitos da experimentação cartográfica em ato vivo. São estações de parada, momentos de inflexões do discurso, curvas nas trajetórias das linhas. Foram as bordas, as margens, os abismos que se configuraram no percurso realizado tendo as famílias como guias

Adotamos a denominação *territórios cartográficos* acompanhando Kastrup (2009), mas também sobre as múltiplas influências conceituais que dialogam nessa tese e que usam a mesma palavra. Assim uma referência conceitual está ancorada no conceito de território de Deleuze e Guattari (1996) que o compreende em sua processualidade, em movimentos e relações que se fazem através das linhas que o compõe. Um território é detentor de uma circunscrição feita por seguimentos por linhas duras que capturam a vida, mas também é feito por conexões que se fazem fora dessa circunscrição e que permite deslocamentos. Uma segunda, de Foucault (2008), que compreende os territórios como os espaços nos quais os dispositivos de segurança operam as táticas de governo. E uma terceira, a da política de assistência social, que influenciada por Milton Santos (2007) compreende o território como algo usado, que o associa a noção de pertencimento social,

implicando no reconhecer dos sujeitos e dos diferentes usos. Sendo assim, se destaca como elemento estratégico e lócus privilegiado para a formulação e implementação política pública.

Essas fontes de inspiração advêm de campos diferentes e possuem distinções significativas do ponto de vista epistemológico, mas que em certa medida se tocam e nessa tese buscam ousar se articular em um campo semântico que requer esforços de convergência cognitiva para se fazerem entendíveis aos diversos tipos de leitores e leitoras que esse trabalho se propõe a dialogar.

De tal modo, apresentaremos os territórios cartográficos como o campo de efeitos dessa pesquisa, eles foram sendo criados em resposta as desestabilizações que tomar as famílias como guias produziram. Esses foram os caminhos trilhados “*indo por aí*” com as famílias.

Esses territórios cartográficos são compostos de um dispositivo analítico metodológico que denominamos de *Trilhas Cartográficas*, essas trilhas funcionam como pegadas que nos levam a mirantes de parada, são sons compostos de vozes que se enovelam e que construímos, tomando como base o contato com as famílias nas entrevistas, nas observações participantes, nos registros do diário de bordo e na reminiscência da experimentação profissional e estão indicadas em destaque no texto pelo símbolo (***)

Os territórios cartográficos estão nomeados como (1) A proteção social como dispositivos de produção de subjetividades: tensões entre modelos e o encontro com a Pandemia de Covid-19; (2) A família como dispositivo de controle: as linhas e os múltiplos significados da família no centro e no alvo do SUAS; (3) Vibrações, reverberações e capturas na Assistência Social: como a luz em excesso pode cegar; (4) Entre barulhos e silêncios: as vozes, o que dizem, o que escutamos e qual valoração atribuímos; (5) Considerações finais ou (des) territorializando os corpos, seus sons e suas trajetórias e nos perguntando: o que querem as famílias da assistência social?

Todos esses territórios cartográficos não são lineares, nem cronológicos, nem seus conteúdos teóricos são inéditos, possuem diferentes escalas que se interpenetram e emergem da (re) composição de fluxos de forças e vibrações mapeados nas diversas subjetividades que interagem e que integram nessa tese. Não fala de uma, mas de muitas, não são permanentes, dada a efemeridade dos encontros, mas são instantes que desestabilizam as linhas originais que provocam mudanças e são novamente capturados

e organizados em outras nomeações de campos de efeitos macro e micropoliticamente experimentados.

A proteção social como dispositivo de produção de subjetividade:
Tensões entre modelos e o encontro com a pandemia de Covid-19



TERRITÓRIO CARTOGRÁFICO 1: A PROTEÇÃO SOCIAL COMO DISPOSITIVOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES – TENSÕES ENTRE MODELOS E O ENCONTRO COM A PANDEMIA DE COVID-19

Diversas concepções sobre proteção social, família e cidadania, desde as mais tutelares às mais emancipatórias, têm produzido tensões, disputas e embates no campo do trabalho social com famílias na assistência social. E, assim, se mostram como um grande desafio para profissionais que lidam diariamente com a exclusão social e com as diversas formas pelas quais a pobreza se materializa (FADUL, 2014; 2018).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, altera-se o paradigma quanto ao papel do Estado na garantia de direitos da população. A proteção social apresenta sua primazia enquanto responsabilidade do Estado diante de riscos sociais decorrentes de múltiplas formas de expressão da questão social, seus objetivos serão assim complexos, indo além do enfrentamento de risco sociais, mas visarão “(...) a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população” (JACCOUND, 2009, p. 43).

A proteção social, vista como forma de enfrentamento da questão social, através da garantia de direitos e reafirmação da cidadania sucinta para Jaccound (2009), dois pontos de reflexão importantes, a saber (i) em que sentido cidadania e pobreza podem ser entendidos como equivalentes e (ii) qual a relação do Estado e a consolidação das políticas sociais.

No que tange ao primeiro ponto de reflexão, a pobreza não é a geradora de políticas de proteção, ela é sim produto “da contradição entre ordem econômica que reproduz a miséria e uma ordem política que afirma a igualdade entre os cidadãos”; referente ao segundo aspecto, o papel do Estado seria o de garantir a construção de sistemas estatais de proteção que se relacionem a organização políticas das sociedades modernas sob a perspectiva da igualdade entre os indivíduos (JACCOUND, 2009).

Para Yasbek, a pobreza é a “expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria” (YASBEK, 2016, p. 22). A referida autora ainda afirma que a definição de pobreza é ambígua e sem contornos muito nítidos, e isso favorece a ocultação dos fatores políticos, sociais e econômicos de um modo de sociedade que a produz.

Os desafios de pensar a proteção social como direitos é considerar o seu caráter preservacionista sob a perspectiva da dignidade humana. Portanto, a noção de proatividade exige que se atue antes que situações de desproteção se instalem na vida dos indivíduos e famílias e, conseqüentemente, se traduza em ações apenas pontuais e emergenciais (Sposati, 2009)

Nos anos 1970, tem lugar uma crise dos modelos de proteção social que gera um debate intenso sobre o papel do Estado, da sociedade e da família na provisão de bem-estar. Reflexo de diferentes projetos societários que se apresentam e explicitam lutas pela hegemonia presentes no debate sobre pobreza e proteção social, nas décadas de 1990 e 2000, vemos a ascensão da influência de organismos internacionais.

Neste cenário, Cotta (2009) nos auxilia a compreender essas tensões por meio da análise das diferentes visões de proteção social -VPS que operam nesse campo de forças e produzem efeitos nas políticas públicas no Brasil. Assim, a autora vai debater três visões distintas, a saber: a visão economicista, a de desenvolvimento humano e a emancipatória, associadas à paradigmas de proteção social²⁴.

A visão de proteção social economicista é a mais conservadora e se associa ao paradigma de proteção social relacionado ao modelo de desenvolvimento econômico que prega que não é papel do Estado prover segurança material, seu viés é economicista e seu objetivo é a produção de riqueza.

A segunda visão se vincula ao paradigma de desenvolvimento humano que recebe forte influência nos anos de 1990 dos organismos internacionais, se sustenta na lógica do desenvolvimento de capacidades junto aos grupos vulneráveis e seu foco é a distribuição de renda. Já a terceira visão, emancipatória, é fruto da influência do paradigma de desenvolvimento social, que possui como ideia central a equidade/justiça distributiva, entendida como igualdade de oportunidades, privilegiando as formas participativas de democracia, seu objetivo é a cidadania ativa (COTTA, 2009).

Cada uma dessas visões é construída por uma organização, por linhas duras, que circunscrevem um certo modo de fazer proteção social. Assim, vamos buscar percorrê-las com o que Deleuze e Guattari (1995) chamam de plano de organização, plano instituído e ordenador a luz do trabalho na assistência social.

²⁴ Cotta (2009) afirma que o que visão de economicista foi mais presente até os anos de 1980 e as visões humanas e social ascenderam nos anos de 1990. As visões possuem distinções entre si, mas ao influenciar os desenhos de políticas públicas tendem a se justapor.

A visão de proteção economicista remonta a constituição do campo de atuação da assistência social no Brasil que historicamente sempre esteve associada as dimensões matérias de sobrevivência e manutenção da vida. Essa associação se vinculava fortemente a práticas desenvolvidas em meio do viés da caridade religiosa, das ações de filantropia que associavam essas necessidades a uma incompetência e a desqualificação unicamente dos indivíduos como apontam Sposati (2009), Pereira (2010).

Segundo Raichellis, “o Estado passa à defesa de alternativas que envolvem a família, as organizações sociais e a rede filantrópica de solidariedade social” (RAICHELLIS, 2013, p. 618), abdicando de políticas universais ancoradas no direito de cidadania. Trabalhava-se com os indigentes, com os necessitados, com os desvalidos, e não com as necessidades sociais (SPOSSATI, 2013; RAICHELLIS, 2013).

Sob essa perspectiva, não eram considerados na análise o impacto das desigualdades socialmente produzidas em decorrência do modo de produção capitalista e a responsabilidade que o Estado, como agente regulador e protetor da vida social, deveria assumir.

Neste sentido, acompanhando o modo como a proteção social se faz, podemos perceber aqui a organizações de segmentos mais duros e estratificados da assistência social que se materializam na postura tutelar, caritativa, que agregam as linhas mais endurecidas desse rizoma. Essas linhas dialogam com o paradigma de desenvolvimento econômico, conforme apontado por Cotta (2009).

Mapeando o plano de organização relativo à concepção de desenvolvimento humano, surge em meio à forte influência do pensamento neoliberal de compreensão do desenvolvimento como liberdade, liberdades, essas instrumentais, que potencializariam o desenvolvimento humano. O desenvolvimento consistiria na eliminação de privações que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua liberdade (SEN, 2018). No Brasil, há a forte influência das linhas de fuga dos movimentos sociais brasileiros que lutam para a efetivação da nova concepção de cidadania proposta pela Constituição Federal de 1988 associada a garantia de direitos e protagonismo Estatal. O Estado passa a assumir maior protagonismo na implementação das políticas públicas chamando para si maior responsabilidade no que refere a proteção social.

Contudo, após a Constituição Federal de 1988, identifica-se os embates na forma de interpretar a proposta de proteção social contida na CF 1988. Sposati afirma:

Torna-se cada vez mais claro o embate entre duas abrangentes concepções da política de assistência social. Uma que, nos termos da CF/88, busca configurá-la como política de Estado (dever de Estado) e direito da população. Essa direção exige órgãos públicos gestores com capacidade para operar as funções de assistência social, que sejam reguladores, com recursos humanos públicos e gestão democrática e também com transparência de fundos[...] Outra, que interpreta a CF/88 pelo princípio de subsidiariedade, isto é, o Estado deve ser o último e não o primeiro a agir. Nesse sentido, opera a assistência social sob o princípio de solidariedade como ação de entidades sociais subvencionadas pelo Estado (SPOSATI, 2009, p. 16).

Nos anos 1990, ascendem os discursos de alívio e ruptura de ciclos transgeracionais de pobreza, como forma de viabilizar a ampliação de oportunidades para o pleno desenvolvimento da autonomia. Os Programas de Transferência de Renda Condicionada- PTRC têm então forte presença. Esse discurso passa a ser incorporado, em certa medida, nos desenhos e arquiteturas de serviços e programas da recente política de assistência social, que nasce com a CF 1988. Segundo Raichellis, esse é um momento de profundas contradições e paradoxos:

Diante desse cenário, as políticas sociais brasileiras, em especial a Seguridade Social, enfrentam profundos paradoxos. Pois se de um lado contam com as garantias constitucionais que pressionam o Estado para o reconhecimento de direitos, por outro se inserem nesse contexto de ajuste às configurações da ordem capitalista internacional, com seu caráter regressivo e conservador, que focaliza, ameaça o direito e a cidadania, trazendo de volta a meritocracia, a disciplinarização, a refilantropização, a criminalização da questão social (RAICHELLIS, 2013, p. 619).

A concepção de desenvolvimento emancipatória vai se estruturando na medida que se conecta com as linhas fluídas da pluralidade, autonomia e participação que o discurso de defesa e garantia de direitos propõe. Fomenta o acesso às instâncias decisórias de participação social, acredita que o poder deve ser descentralizado e vê os problemas sociais sob uma ótica mais sistêmica (COTTA, 2009). Ganha a cena os discursos sobre produção de novos direitos, dos direitos difusos que são caracterizados como direitos transindividuais, ou seja, que não pertencem a um único indivíduo, são os direitos que atendem a um grupo de pessoas ou à coletividade afetada por determinada situação, o direito à cidade, ao meio ambiente, à segurança pública são exemplos (SIEDENBERG, 2004). O poder das instâncias de controle social é fundamental para essa concepção de desenvolvimento.

Essas visões apresentadas e mapeadas aqui não são lineares e vão se emaranhando no tempo e espaço. Se compreendidas a partir do referencial esquizoanalítico, não são como visões que se alternam, mas sim como visões que se justapõem, se misturam e que

geram as tensões na formulação de políticas públicas, na relação que as famílias estabelecem com a assistência social em sua complexidade e em seus movimentos. Quando analisamos a evolução da política de assistência social, é possível ver os pontos de aproximação e distanciamento umas das outras especialmente entre as visões de proteção social ancoradas no paradigma de desenvolvimento humano e no emancipatório.

Todavia, como bem apontado por Deleuze e Guattari (1995), o que diferencia um plano de organização do outro plano das forças não é o que os constitui, e sim o seu funcionamento. Podemos perceber que uma visão toca na outra, suas linhas duras, mas também suas linhas flexíveis que se embaralham nas relações e geram efeitos nos planos de organização que imprimem um certo modo de fazer proteção social, que vai da tutela à emancipação e que se justapõem nas práticas de trabalhos social com famílias no SUAS produzindo efeitos.

Recorremos a Deleuze & Guattari e à noção de justaposição dos seguimentos macro e micropolíticos em operação para compreender melhor esse movimento tomando como referência a trilha cartográfica a seguir:

Trilha 01

Joyce nunca tinha estado em um equipamento da assistência social apesar de morar bem próximo a um. Ao conversarmos me relata:

*[...] E a primeira vez que venho aqui, eu nunca precisei de **ajuda**, e quando a gente não precisa a gente deixa para quem tá mais **necessitado** e aí como agora eu preciso eu vim correr atrás ... outras pessoas que tem mais necessidade ainda do que eu precisam de ajuda, muita gente **carente** que precisa de apoio e o CRAS é uma oportunidade de tá fazendo isso pelas pessoas[...] tem muita gente necessitada, muita gente carente que tem que ser ajudada aqui [...] eu vim aqui pra correr atrás do meu **direito** [...]*

Ao longo da conversa as palavras necessitado, ajuda, carente e direito vão se alternando como justificativa para ela estar ali. Percebo a justaposição dos modelos de proteção social em movimento influenciando a forma como ela compreende o que é o CRAS. (Família 4)

(Fragmentos do diário de bordo)

A trilha cartográfica acima foi extraída da entrevista de uma única família, que em sua fala, demonstra a justaposição das concepções de proteção social orbitando e produzindo efeitos na compreensão da entrevistada sobre a assistência social. Na medida que ela reconhece a proteção dessa política como um direito, também a identifica com o espaço dos necessitados, dos carentes e da ajuda material.

Se as famílias identificam na assistência social o lugar da necessidade, da ajuda como destacado no fragmento da trilha acima, até que ponto a própria assistência social

não acaba também reiterando esse entendimento por meio de práticas que tendem a se fixar apenas nesses tipos de ofertas? O que, conforme os documentos normativos, não é sua intenção, muito antes pelo contrário, visto que reafirma insistentemente a ruptura com o paradigma tutelar, mas que, na prática, essa característica ainda se faz muito presente, pois representa a influência desse mesmo paradigma na prática de trabalho com famílias.

Em uma espécie de círculo vicioso onde as justaposições dos modelos de proteção social se emaranham, as famílias que já historicamente identificavam a assistência social com o paradigma tutelar fortemente atrelado às ajudas filantrópicas, ao atualizarem seu encontro com a assistência social na perspectiva de política pública, que visa afiançar seguranças sociais, não encontra ou não consegue identificar claramente essa objetividade de afiançamento para além do campo material. No entanto, consideramos que quando as famílias acessam os serviços da assistência social, elas se encontram com seus segmentos molares e moleculares, que impedem ou não conexões com sua autonomia. Processos são sustentados, nos quais circulam formas e modelos, e forças. E por isso mesmo é importante atentar para quais as formas estão sendo (re) produzidas.

No fragmento acima, percebe-se nitidamente essa circulação, há uma dubiedade entre necessidade, auxílio e direitos, que ilustram a operação de justaposição dos modelos de visão de proteção social economicistas, desenvolvimento humano e emancipatório que orbitam a política de assistência social e que por vezes se materializa na percepção do usuário quanto às expectativas em relação às ofertas dessa política. As famílias se emaranham na justaposição dos modelos. Se confundem no que esperar da política ao passo que a própria política também se emaranha neles ao incorporá-los de forma justaposta em suas arquiteturas de serviços e benefícios.

Trilha 02

As famílias buscam na assistência social por benefícios e auxílio materiais e a política de assistência diz para ela: - benefício por benefício não é mais nossa atuação – ruptura com a V.P.S. economicista - Programas de Transferência de Renda, sim são mais emancipatórios se inscreva no Bolsa Família e mantenha as crianças na escola e vacinadas e assim o ciclo da pobreza será rompido. Influência da V.P.S. desenvolvimento humano.

A família responde: - mas não tem escola aqui onde moro como posso cumprir a condicionalidade se não tem a escola para criança ir? A assistência social responde durante as atividades socioeducativas dos serviços: Educação e saúde são direitos e dever do Estado, se organize no território e reivindique. Influência da V.P.S emancipatória.

A família insiste: - mas eu não consigo manter meu adolescente na escola, ele não quer ir, está desmotivado. E como resposta, escuta: - venha para o grupo de famílias, vamos te ajudar a lidar com isso, mas na verdade, acaba sendo

culpabilizada pelo não cumprimento das condicionalidades. A família responde: - não posso nesse horário preciso trabalhar só queria mesmo o papel para fazer o recurso do PBF, a cesta básica chegou? Tem curso novo aí? – o efeito da justaposição das visões em operação.

(Fragmentos do diário de bordo)

Como se esses paradoxos já não fossem desafiadores ao extremo, a justaposição desses modelos e seus efeitos, que já eram esperados, ganham outros coloridos na medida em que a instabilidade política e econômica aumenta no Brasil.

Com o agravamento da disputa político-partidária em 2014, que culminou o golpe de 2016 e da crise econômica 2014-2016 que fez o Produto Interno Bruto- PIB Brasileiro despencar²⁵, vemos a ascensão do governo Temer (2016-2018) com uma deliberada rota de desmonte das políticas sociais com perda de direitos trabalhistas e previdenciários, precarizações de diversas ordens, culminando com os impactos recentes provocados pela Emenda Constitucional 95 (BRASIL, 2016a), prevendo o desinvestimento em campos essenciais para a proteção social.

Marques et al ponderam que essas “[...] ações governamentais têm continuamente acirrado um processo de desmantelamento das políticas sociais públicas, em um movimento que dialoga com os princípios da necropolítica, desmontando estratégias que pensávamos asseguradas no e pelo Estado de Direito” (MARQUES et al, 2019, p. 8).

A ascensão do discurso ultraconservador, segundo Rolnik “é arraigadamente classista e racista, o que os leva a cumprir seu papel nessa cena sem qualquer barreira ética e numa velocidade vertiginosa” (ROLNIK, 2019, p. 68) e a polarização política e o conservadorismo crescem na sociedade brasileira e culmina na eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018. Saflate destaca que desde então temos “[...] um novo estágio nos modelos de gestão imanentes ao neoliberalismo. Agora, é sua face a mais cruel, sua fase terminal” (SAFATLE, 2020). Tal face se volta ao deliberado comportamento suicida do Estado:

²⁵ Em 2016, a presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. As origens da crise mostram, entretanto, um quadro muito mais complexo, que começou quando o governo – assim que fechadas as urnas da reeleição, em 27 de outubro de 2014 – abandonou suas promessas de campanha e adotou o programa de seu oponente, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Aos poucos, a base social tradicional do Partido dos Trabalhadores (PT) que garantira a vitória da candidata Dilma Rousseff se afastou do governo, abrindo caminho para uma ofensiva crescente da direita. O agravamento repentino do quadro econômico e uma recessão planejada, que derrubou o PIB, criou uma situação de extrema vulnerabilidade (JINKINGS; CLETO, 2016, p. 12).

É claro que tal Estado se funda nessa mistura tão nossa de capitalismo e escravidão, de publicidade de coworking, de rosto jovem de desenvolvimento sustentável e indiferença assassina com a morte reduzida a efeito colateral do bom funcionamento necessário da economia. Alguns acham que estão a ouvir empresários, donos de restaurantes e publicitários quando porcos travestidos de arautos da racionalidade econômica vêm falar que pior que o medo da pandemia deve ser o medo do desemprego. Na verdade, eles estão diante de senhores de escravos que aprenderam a falar *business english*. A lógica é a mesma, só que agora aplicada à toda a população. o engenho não pode parar (ibid.).

O Estado Suicidário²⁶ encontra a pandemia de Covid-19 e o SUAS em meio ao caos.

O encontro com a pandemia de Covid-19 e as visões ultraconservadoras de Estado: é o fim do SUAS?

Em meio a essa efervescência política, econômica e social, no início do ano de 2020, somos catapultados para uma grave crise sanitária em decorrência da pandemia do vírus da Covid -19, uma síndrome respiratória grave de rápida propagação para a qual estabeleceu-se a higiene respiratória e as estratégias de isolamento social em massa da população a fim de se evitar a circulação generalizada do vírus.

Lustosa et al, ao analisarem os efeitos da pandemia afirmam:

O cenário pandêmico ocasionado pelo novo Coronavírus vem se confrontando e impactando na reprodução da vida social, principalmente das populações vulneráveis. Sejam em decorrência da idade, das relações de gênero, deficiência, raça-etnia, condições regionais, dentre outros fatores que compõem diversos segmentos etários, perpassando pela classe trabalhadora na sociabilidade atual que é baseada na superexploração do trabalho que é visivelmente experimentado na conjuntura atual com o avanço neoliberal, a agudização das desigualdades sociais e violentas formas de barbárie, expressadas no desmonte da política de assistência social, embora caracterize diante das necessidades emergenciais demandadas pela proteção social pública, a sua condição essencial (LUSTOSA et al, 2020, p. 19).

Assim, diversos desafios forma impostos a população, sendo que o comprometimento da empregabilidade foi um dos principais efeitos imediatos da pandemia devido ao fechamento de serviços e ofertas em virtude da orientação sanitária de isolamento social.

²⁶ Safatle (2020), em sua inquietante reflexão neste texto, usa o conceito de Estado Suicidário conforme proposto por Paul Virilio (1993) para analisar o que ele nomeia de fascismo brasileiro e os efeitos desse no processo de enfrentamento da pandemia de Covid-19. Fascismo Democrático Brasileiro e Bolsonaroismo também são termos que ganham destaque.

Trilha 03

Pandemia, pandemia, pandemia! Novas e velhas desproteções se misturam a angústia por não saber o que fazer diante das necessidades objetivas da vida é o que se escuta nessa trilha:

[...] É a primeira vez que venho no CRAS, eu estou com um problema na minha casa que é o desemprego, eu e o meu filho estamos desempregados, essa pandemia acabou com tudo, atrapalhou a vida de todo mundo e eu estou em uma situação assim minha conta de luz está vindo exuberante além do normal [...] nunca fui atendida antes na assistência, como eu te falei, antes eu nunca tive a necessidade e hoje estou me vendo na situação de pedir um auxílio, uma ajuda, pra mim tá sendo tudo muito novo pra mim [...] (Família 4)

[...] eu tenho tanta faxina pra mim fazer, tanta faxina, mas tanta faxina...só que essa doença veio e atrapalhou tudo. E agora eu tô vivendo dessa cesta que eu pego. [...] Nossa, eu tô passando um aperto danado. Cê passar em frente a um lugar assim, ficar olhando as coisas, vontade comer, cê tem vontade de trabalhar, não conseguir faxina... igual, outro dia eu me peguei igual cachorro olhando... aí o Ney falou assim 'que que cê tá fazendo?' Eu falei assim 'eu tô namorando o frango'. Antes eu não fazia isso [...] (Família 1)

Estamos todos na mesma tempestade é o que se escuta, mas certamente estamos em barcos diferentes. Muito diferentes.

(Fragmentos do diário de bordo)

Os efeitos da pandemia relativos à empregabilidade e manutenção material foram um dos primeiros a serem sentidos e alardeados, mas outros, tão graves também foram somando a ele devido à interrupção de importantes ofertas públicas que são fundamentais para a ruptura do ciclo transgeracional da pobreza, como a educação.

Segundo dados do relatório do UNICEF-Brasil (2021) sobre o cenário da exclusão escolar no país na pandemia, o processo de exclusão escolar existia antes da pandemia e apresenta seus impactos nas crianças e adolescentes, especialmente os originários das camadas mais vulnerabilizadas. Contudo estes grupos se encontrassem em patamares melhorados devido a uma série de políticas de inclusão escolar que vem sendo implantadas ao longo dos anos. Porém durante a pandemia houve um retrocesso nessa diminuição da exclusão, e ampliando-se dramaticamente as desigualdades porque,

[...] quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender. E aqueles que estavam matriculados, mas tinham menos condições de se manter aprendendo em casa – seja por falta de acesso à internet, pelo agravamento da situação de pobreza e outros fatores – acabaram tendo seu direito à educação negado (UNICEF-BRASIL, 2021, p, 5).

Essa situação é extremamente perigosa, pois é por meio do acesso à educação que muitas crianças e adolescentes rompem o ciclo transgeracional da pobreza vivenciado por suas famílias e uma vez que a retaguarda de proteção da escola se desorganiza na pandemia e as necessidades objetivas de subsistência familiar se fazem mais presentes e muitos são direcionados para o mundo do trabalho de forma abrupta. E isso produz dois cenários, o primeiro de uma supervalorização do mundo do trabalho para o adolescente, como mostram a trilha cartográfica que se segue:

Trilha 04

[...] eu tenho uma jovem de 17 anos, tá estudando o 3º ano do 2º grau, online, em casa. E os dois gêmeos, que vai fazer 15..., não tão dando conta... falei assim, vão ver que que eu faço pra dar um empurrão nesses meninos também. (Família 5).

[...] hoje eu to aqui porque ela (filha de 15 anos) ta muito parada nessa pandemia, ta sem escola direito, ne aí vim ver se arrumo um emprego pra ela [...] (Família 6)

(Fragmentos do diário de bordo)

A proposta de ruptura do ciclo da pobreza via educação como direito vai dando lugar as necessidades básicas e objetivas de manutenção da vida familiar. Esse fato amplia o efeito da dimensão cultural de que o trabalho deve ser mais valorizado que o estudo, especialmente nas camadas populares, que vêm sendo fortemente combatida por meio de legislações e marcos regulatórios de proteção à infância e adolescência com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei do Jovem Aprendiz (BRASIL, 2000). Tais legislações compreendem que a inserção inicial dos adolescentes no mundo do trabalho deve acontecer de forma cuidadosa, garantindo direitos amplos por meio da socio-aprendizagem que articula escola, trabalho, socialização e família para produzir efeitos de autonomia.

E como essas retaguardas de proteção como os programas de Jovem Aprendiz ofertados também são comprometidas na pandemia, as ofertas de inserção no mundo do trabalho protegido para os adolescentes ficam frágeis e assim chegamos ao segundo cenário: inserção desses jovens no trabalho infantil, especialmente nas suas piores formas que ampliam a exposição a riscos e prejudicam ainda mais o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

As desproteções ampliadas devido à precarização da renda também se somam às relacionadas àquelas do ambiente intrafamiliar como a violência doméstica contra

crianças, adolescentes, idosos e mulheres, que já eram presentes para muitas famílias e que, com a pandemia, se acentuam devido as lógicas alteradas de convivência familiar e comunitária provocadas pelo isolamento social.

Trilha 05

[...] a pandemia deu uma rasteira em nós, vim aqui hoje pra tratar de questões pessoais, tá muito difícil pra mim lá em casa, sabe ... (Família 5)

É apenas isso que a família me diz, mas o seu corpo falava mais, seus ombros se encolhem, o olhar abaixa e ela, em um movimento de autoproteção diante da dor que sente, cruza os braços sobre si mesma e se afaga com as próprias mãos...

Minha vontade foi de abraçá-la também, mas a pandemia me impede. Por cima da máscara N95, só posso oferecer meu olhar e, por meio dele, me conecto ao dela e sua dor.

(Fragmentos do diário de bordo)

Apesar de o fragmento da entrevista não mencionar diretamente a violência doméstica, o corpo dessa mulher, sua voz, a expressão de seu olhar ao falar, bem como outras pequenas pistas que deu ao longo da entrevista coletiva, me permitem a inferência de que algo relacionado à vivência de violência acontecia no seu ambiente familiar – ela falava por meio de outros sinais.

E isso vai ao encontro daquilo que diversos autores como ONU-Mulheres (2020), Marques et al (2020), Barbosa (2020), Linhares e Enumo (2020), Marcolino et al (2021) têm destacado como efeito da pandemia: ampliação e o agravamento das situações de violência familiar.

Neste sentido, a análise dos efeitos da pandemia nos sistemas familiares, nas organizações comunitárias e nas políticas públicas traz questionamentos para a própria política de assistência social sobre as formas de atuação neste cenário e para quais elementos críticos precisamos nos atentar nas práticas de trabalho social com família.

As trilhas aqui apresentadas e analisadas, de forma breve, em suas especificidades, devem ser compreendidas não de forma isolada. São vividas simultaneamente pela família e demonstram que a pandemia ampliou e produziu um conjunto amplo de situações de desproteção social ainda mais complexas e assim produz novas-velhas demandas para a assistência social.

Esse terreno instável da pandemia no qual a assistência social tateia é compreendido como extremamente favorável ao retorno de prática caritativas e tutelares que, acrescidas de uma visão de proteção social altamente residual e ultraliberal, ganha

mais força na pandemia. Segundo Romagnoli, Braga e Souza, “(...) há forte pressão para que a assistência social retorne às suas origens, reativando ações de clientelistas e assistencialistas” (ROMAGNOLI; BRAGA; SOUZA, 2021, p. 124).

E a assistência social como política pública, também inserida em um contexto pandêmico, precisa se organizar e garantir suas provisões nesse cenário de desproteção ampliado.²⁷ Mas agoniza com os efeitos de suas próprias novas-velhas desproteções como os impactos da Emenda Constitucional 95, as descontinuidades de repasse financeiro e, que com a pandemia, as recentes e constantes tentativas do atual governo de desmonte do SUAS.

Segundo Romagnoli, Fadul e Souza (no prelo)²⁸:

Os efeitos deste cenário são sentidos por meio de dois caminhos que não se excluem, mas se complementam, a saber; o primeiro efeito se traduz no sucateamento das ofertas no campo da assistência social, uma vez que o desinvestimento e a irregularidade dos repasses de cofinanciamentos refletem diretamente na manutenção e expansão das provisões dessa política. Acrescido a esse, um segundo efeito é o aumento dos indivíduos, famílias e territórios, que, devido à precarização das condições de trabalho e sobrevivência da população, ampliam o contingente de população que vive em condições de pobreza e, portanto, passam a requerer proteção da política em questão.

De forma convergente, Silveira e Lopes também afirmam:

A crise provocada pelo novo coronavírus escancara a falência do modelo ultraneoliberal, especialmente pela vigência de um sistema público congelado e em desmonte, com flagrante fragilização das instâncias de pactuação e deliberação, contrariando a democracia participativa e deliberativa afirmada constitucionalmente. (SILVEIRA; LOPES, 2020, p. 50).

As respostas para a pandemia desenvolvida pelo Ministério da Cidadania são frágeis e fragmentadas e se concentram mais especificamente na provisão do Auxílio Emergencial que consiste no repasse financeiro mensal por tempo determinado para famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais-CadÚnico, regulamentado pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021. Sua operacionalização passava por estratégias de acesso a plataformas digitais e sites oficiais do Governo Federal que se

²⁷ O decreto nº10.282/2020 estabelece a política de assistência social como serviço essencial no contexto de pandemia. Contudo, a decodificação dessa essencialidade foi contraditória e de difícil decodificação pelos gestores (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020).

²⁸ A intersectorialidade em tempos de pandemia: perspectivas a partir da ótica da assistência social (ROMAGNOLI; FADUL; SOUZA) – capítulo do livro *A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Fundamentos, Desafios e Horizontes Teórico-Methodológicos*. Editora Devires.

mostraram pouco acessíveis à população devido à dificuldade de acesso e a questões de exclusão digital, bem como a própria burocracia associada a concessão do auxílio.

Segundo afirmam Vieira e Teixeira (2020), a centralidade das respostas apenas na dimensão de renda são pseudo-respostas que acabam por reduzir os impactos da pandemia às suas dimensões materiais, desconsiderando a responsabilidade estatal diante dos impactos que a pandemia tem produzido na população vulnerabilizada.

Nos períodos iniciais da pandemia, as condições de trabalho no SUAS, que já eram precárias em muitos municípios, pioraram. A demora na aquisição de equipamentos de segurança individual -EPI's, a sobrecarga devido ao aumento de usuários, as condições de infraestrutura física dos equipamentos, afastamento dos profissionais doentes e/ou daqueles com comorbidades, deixam os profissionais em condições ainda mais precárias de exercício de suas atividades (SILVEIRA; LOPES, 2020).

A noção de essencialidade do SUAS parece se concentrar mais sob os aspectos dos benefícios e da dimensão processante dessa política na relação que ela estabelece com outras políticas públicas. Contudo, como aponta criticamente Duarte (2022) ao analisar a lógica dos atendimentos remotos no SUAS no contexto a pandemia, isso não é novidade, pois já acontecia antes mesmo da pandemia trazendo sérias consequências de desvirtuamento da finalidade do SUAS que já eram objeto de intensos debates. Porém, nesse contexto se amplificam as tensões.

Devido às restrições sociais, os serviços do socioassistenciais lançam mão das estratégias de atendimentos remotos, feitos por telefone ou aplicativo de mensagens como o WhatsApp que recebem um número exorbitante de demandas das mais diversas ordens²⁹. Duarte problematiza que:

A assistência Social, ao assumir as demandas de acesso a direitos e serviços, diversos de outras políticas, traz para si a responsabilidade sob eventuais erros de procedimento, haja vista que os profissionais não têm domínio dos sistemas operacionais de outras políticas. Além disso, a depender do serviço requerido, é

²⁹ Duarte exemplifica “como as demandas que estão chegando aos atendimentos realizados na Assistência Social, a proposição de ação no site do Juizado Especial Federal para revisão de indeferimento do Auxílio Emergencial, nos casos em que é necessário acionar a justiça; Contestação de indeferimento do Auxílio Emergencial no site da Dataprev ou via site/e-mail/Whatsapp da Defensoria Pública da União; Cadastros e agendamentos online de data e horário para requisição de documentos pessoais nos sites das Centrais de Atendimento ao Cidadão; Cadastros e agendamentos online no site da Polícia Federal para retirada e regularização de documentos de pessoas imigrantes; Cadastros, requerimentos de benefícios e outros serviços, e acompanhamento de solicitações em andamento no site/Central 135 do INSS; Cadastros, agendamentos de atendimento remoto e efetuação do atendimento online no site/telefone da Defensoria Pública; Registros de Boletim de Ocorrência online no site da Polícia Civil; Encaminhamentos de e-mails para a Receita Federal para regularização do CPF, entre outras demandas menos recorrentes” (DUARTE, 2022, p. 190).

necessário o cadastro e a utilização de senhas para operacionalização, o que deveria ser realizado somente pelo usuário ou por um profissional devidamente credenciado para a função, não por terceiros. Tais processos desviam as funções da Assistência Social que cada vez mais volta-se para o plantão/pronto socorro social e para a operacionalização e acompanhamento de condicionalidades de benefícios socioassistenciais (a monetarização da Assistência Social), sendo esses últimos também mediados pela tecnologia da informação, relegando os serviços (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -PAIF e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos –PAEFI, entre outros) para segundo plano (DUARTE, 2022. p. 202-203).

Os Centros de Referência da Assistência Social se transformam ainda mais em balcões de benefícios e central de informações – tudo é no CRAS. Os CREAS são tomados por uma explosão de casos de violência, principalmente contra idosos, crianças e mulheres que se agravam devido ao isolamento social.

Trilha 06

Telefone e WhatsApp não param de tocar; milhares de usuários querendo informações sobre o auxílio emergencial, como entrar no site? Pedem também esclarecimentos sobre o BPC negado – como entrar com o recurso? O que é isso? Me ajuda é o grito!

Na porta do CRAS, naqueles que ainda ficaram abertos, a fila pelo CadÚnico cresce de forma diretamente proporcional a cada notícia que a mídia mostra sobre a enxurrada de benefícios e auxílios de toda ordem que surgem com a pandemia e que exigem a inscrição no CadÚnico.

Nos CREAS a complexidade das situações de violação de direito associadas a gravidade estrutural da crise de Covid-19 desorienta o trabalho dos técnicos.

Pelas ruas da cidade, somos disputados pelos ‘novos empreendedores’ que vendem de um tudo: balas, máscaras, panos de prato - diversas pessoas em situação de rua e crianças em situação de mendicância e trabalho infantil proliferam a cada esquina. São rostos antigos e novos – os traços de imigrantes venezuelanos segurando placas de isopor pedindo ajuda reconfiguram o rosto da rua e fazem a crise humanitária da imigração se complexificar com a Pandemia.

(Fragmentos do diário de bordo)

Sob o impacto dessas imagens que a essa trilha cartográfica produz, recebemos o anúncio do fim do Programa Bolsa Família e sua substituição pelo Auxílio Brasil.

O Auxílio Brasil foi instituído conforme medida provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 regulamentada pelo decreto nº 10.852 de 8 de novembro de 2021 e pela Lei 14.284/21, de 30 de dezembro de 2021. Na análise das normativas disponíveis, não há clareza sobre o funcionamento do Auxílio-Brasil, sua fonte de custeio continuada, lógica de funcionamento das condicionalidades, dentre outros detalhes operacionais e de

concepção de funcionamento do programa. Os municípios não foram consultados e nem preparados para a transição.

Esse foi um duro golpe na lógica de proteção que vinha sendo arquitetada há quase 20 anos pelo Sistema Único de Assistência Social, especialmente mediada pelo Programa Bolsa Família. O fim do PBF é um duro golpe porque toda a concepção de proteção e segurança social que sustentava o mesmo, como as condicionalidades sob o viés de direitos, a focalização do público beneficiário como prioritário para serviços e benefícios, dentre outras, vai se desfazendo, vai se desconfigurando... vai-se matando o SUAS. Matando talvez seja um pouco forte, pois a política de assistência social não morre, já que ela é uma conquista constitucional, mas a lógica de SUAS, proposta anteriormente, sim, essa agoniza.

O fim do PBF acontece em meio a narrativas políticas e midiáticas que destacam que o Auxílio Brasil como uma estratégia que amplia a cobertura de benefícios para um número maior de usuários, manipulando a opinião pública sobre as reais orientações de restrição de acessos e direitos que estão contidas na lógica do programa. A análise das portarias e das poucas normativas complementares já disponíveis demonstram o forte viés meritocrático e punitivo que a lógica operacional do Auxílio Brasil imprime no debate sobre o direito a renda.

Esse cenário macro e micropolítico de transversalidade de efeitos ainda em acontecimento apresentados nesse território cartográfico, devido à complexificação das linhas e estratos que o compõe, geraram uma desestabilização na escrita apresentada aqui, pois de tão atravessados e interconectados pedem uma compreensão tridimensional da questão que escapa ainda as palavras.



TERRITÓRIO CARTOGRÁFICO 2: VIBRAÇÕES, REVERBERAÇÕES E CAPTURAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: COMO A LUZ EM EXCESSO PODE CEGAR

Em todo o meu tempo de experiência profissional como trabalhadora do SUAS, considerei sua política como barulhenta! Um barulho inicialmente bom, gostoso de escutar já que onde há vida, há movimento, há som, há energia.

Trilha 07

Em uma tarde de quinta-feira no final de novembro em meados de 2008, o CRAS estava em pleno movimento, usuários na recepção aguardando o atendimento, telefone tocando, crianças ocupando a área comum do equipamento jogando totó; na sala ao lado acontecia um grupo de famílias, escutava vozes animadas dialogando sobre os desafios e possibilidades da vida compartilhada naquela comunidade. No auditório, uma técnica preparava o espaço e os materiais para uma reunião que aconteceria no início da noite, papel Kraft, canetas, pinceis de todas as cores – tudo pronto para construção da ‘árvore de problemas e soluções’ que seriam produzidas com a comunidade e utilizaríamos para orientar o nosso planejamento do próximo ano.

Eu havia acabado de chegar de uma visita domiciliar para as famílias que moravam em uma parte distante da sede do CRAS, mas que fazia parte do nosso território de abrangência, uma região do território ainda mais vulnerabilizada e com precária infraestrutura; uma vez que se iniciava ali uma ocupação urbana, minha tarefa naquele dia era fazer a acolhida e cadastrá-las no CRAS. Recordo-me que parei na escada por um instante, escutando aquele burburinho de vozes. Eu estava abraçada à minha prancheta repleta de papeis com anotações e uma infinidade de formulários de encaminhamentos, olhei de forma panorâmica aquela imagem: o CRAS se misturava com a comunidade, comigo e conseguia ver e sentir que vida que pulsava ali.

(Fragmentos do diário de bordo)

Como vimos na introdução desse trabalho, a física nos ensina que os sons são fruto da vibração dos corpos em movimento. Assim, precisamos pensar nas multiplicidades e variações que os mesmos podem sofrer. E no exercício de construção de uma resposta, é preciso questionar quais seriam os corpos que construíram a política de assistência social? Que vibrações produzem e que sons emanam?

Quando faço um encontro tal que a relação do corpo que me modifica, que atua sobre mim, se combina com minha própria relação, com a relação característica de meu próprio corpo, o que acontece? (DELEUZE, 2019, p. 21).

Quando acompanhamos a trajetória do SUAS ao longo dos anos, percebemos que inicialmente eram corpos que ousaram questionar o assistencialismo e a tutela e atuaram para conquistar o espaço da assistência social como política pública (pensando nos grandes nomes que militaram na área especialmente no final dos anos 80, na década de 90 e início de 2000).

Esses corpos cansados de se submeterem aos efeitos de assistência social tutelar que minavam suas potências, bem como o das próprias famílias, encontram na militância pela ampliação de liberdades pós-ditadura, nos encontros em prol de uma constituição cidadã a energia e a potência necessárias à circulação da vida, à invenção de uma política pública, que, em sua essência, coloca o Estado em um outro papel. Papel de protagonista da proteção, quebrando a concepção anterior de um Estado desimplicado, desresponsabilizado com a proteção e promoção das famílias em condição de vulnerabilidade social.

As experimentações nessa época orbitaram o campo micropolítico da assistência social de forma ativa, fazendo com que a desterritorialização provocada pelo afetamento de múltiplos encontros pressionasse por alterar as linhas duras do modelo vigente. Toda essa energia, essas potências transformam-se em sons, em ação, em diversas experimentações de formas de atuar no campo da assistência social diferentes das anteriormente existentes. Assim, contribuíram para produzir efeitos no campo macropolítico com novas leis, normativas e constituição de uma lógica de organização política diferente.

Contudo, Rolnik vai alertar que o discurso de resistência da esquerda, especialmente as institucionais - que era a predominantemente vigente na época de implantação do SUAS - é construída sobre uma lógica que toma “a cartografia dominante como referência, mas, mais do que isso, que elas a consideram como “a” referência, absoluta e universal, segundo a qual todas as demais deveriam moldar-se”, limitando o alcance de sua visão e, portanto, o êxito de suas estratégias (ROLNIK, 2019, p. 78). E afirma ainda:

É incontestável que, no interior desse regime onde atuam as esquerdas, sua posição é a mais justa, pois, de diferentes maneiras e em diferentes medidas e escalas de êxito e fracasso, ela visa a uma distribuição de lugares menos assimétrica – nos âmbitos social, econômico e político –, bem como um Estado que sustente essa ampliação da igualdade. E é fato que, com distintas magnitudes e durações, tal objetivo foi várias vezes alcançado. Se essa luta é, sem dúvida, indispensável e tem um inegável valor, o problema é que limitar-se a ela deixa de fora a esfera micropolítica: esfera das formações do inconsciente no campo social que definem os modos de existência e às quais correspondem uma certa política dominante de subjetivação e sua respectiva política de desejo (ibid., p. 76).

É em meio a essa efervescência que me conecto com essa política. Ver e sentir a transformação que a micropolítica dos movimentos sociais e da militância já havia provocado no campo macropolítico era uma experiência intensa para mim.

Recordo-me do meu entusiasmo da primeira vez que li o texto da Política Nacional de Assistência Social, em como a lógica e arquitetura do Programa Bolsa Família me encantavam, a cada processo de Conferência, a cada caderno de orientação, a cada normativa que o Ministério de Desenvolvimento Social-MDS³⁰ disponibilizava sentia mais entusiasmo com essa política. No campo das minhas práticas, pessoalmente, acreditava e trabalhava de forma dedicada, tentando materializar a perspectiva de direitos que as normativas traziam. Defendia a política com tanta euforia, diria eu até com uma certa inocência, que não era capaz de escutar e ver as suas inconsistências. Estava tão sobreimplicada que não percebia como as linhas duras do assistencialismo e tutela ainda estavam presentes.

Dos Santos, ao analisar a sobreimplicação dos trabalhadores da assistência social, afirma que esse processo “favorece a existência de processos de subjetivação que se perdem na sedução de uma prática que garante sentido à própria existência, mas que também transforma vida e trabalho em dimensões únicas (DOS SANTOS, 2019, p. 225).

Sobreimplicados, os profissionais consideram somente as dimensões afetivas e/ou subjetivas que se tornam naturalizadas e se afastam da análise de outras dimensões institucionais que atravessam seu exercício profissional e que os impede de fazer uma análise crítica da instituição (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007).

A sobreimplicação é uma cortina de fumaça que nos impede de compreender como os mecanismos de produção de poder institucional operam e produzem efeitos. A sobreimplicação obnubila a nossa capacidade de criticar. E aqui não me refiro a crítica pela crítica, mas ao entendimento Foucaultiano de que “a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (FOUCAULT, 1990, p.40). Analisar criticamente a assistência social é nos perguntar como as relações de poder institucionais e os discursos de verdade são produzidas, e de forma mais relevante ainda refletir como elas funcionam e quais efeitos esse funcionamento pode produzir.

A produção de realidades e verdades é um funcionamento transitório da macro e da micropolítica. O discurso macropolítico por si só não se sustenta se não estiver acompanhado da experimentação micropolítica. E esse funcionamento justaposto tem tensões próprias e capturas que precisam ser problematizadas.

³⁰ Na ocasião Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome-MDS e após o decreto nº 9.674/2019 foi substituído pelo Ministério da Cidadania.

Assim, os novos sons, que eram frutos do movimento de atualização macropolítica do campo da assistência social, não necessariamente silenciaram o assistencialismo. Em certa medida, dada a sua grande potência inicial, podemos dizer que o abafaram, mas a tutelar do corpo da política não cessou no campo micropolítico. Talvez apenas tenham modificado de frequência, passaram para uma não claramente audível, mas nem por isso inexistente e sem efeitos.

Pelo contrário, continuava a operar, só que agora de forma discreta, no subterrâneo, mas sempre presente. Isso ocorre porque “não basta subverter a ordem dos lugares destinados a cada um dos personagens em jogo na cena das relações de poder (insurreição macropolítica), é preciso abandonar os próprios personagens e suas políticas de desejo (insurgência micropolítica), inviabilizando assim a continuidade da própria cena” (ROLNIK 2019, p. 76).

De fato, era e é ainda necessário a essa política que seu corpo normativo e de técnicas seja sólido e robusto como vimos se fazendo constituir especialmente entre os anos 2003 a 2014, a fim de que sustente os constantes ataques que vem sofrendo devido aos retrocessos quanto ao entendimento das políticas sociais no Brasil, especialmente após o ano de 2016. Porém, como nos lembram Deleuze e Guattari, “boa ou má, a política e seus julgamentos são sempre molares, mas é o molecular, com suas apreciações, que a faz” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 102). Afinal, para tentar dar conta da complexidade dessa realidade, os autores insistem na imanência de diferentes modos da realidade, que mantém a reprodução e também sustentam as invenções. É preciso insistir e operar também e sobretudo na micropolítica

Assim, a efervescência micropolítica inicial que desembocou na Constituição Federal de 1988 através das forças coletivas que lutavam por outro modo de lidar com a desigualdade social em nosso país, fizeram uma macropolítica que busca alterar o clientelismo particularista, a ausência de parâmetros universalista, a transparência nas ações, e a participação da sociedade civil. O campo normativo e metodológico foi ficando cada vez mais denso com o objetivo de garantir essa ruptura e uma maior consistência enquanto política pública na sua reafirmação constate enquanto tal.

O corpo normativo, das normas operacionais básicas, dos cadernos de orientação, dos protocolos, das instruções operacionais, visava maior organização e uniformidade qualificando o monitoramento e avaliação, o financiamento, a gestão de recursos humanos, do trabalho e educação permanente, bem como a qualificação teórico-

metodológica das práticas foi gestada valorizando as experimentações micropolíticas dos municípios e os debates realizados nas comissões intergestores Bi e Tripartite³¹.

Essas normas foram produzidas por meio de movimento intenso que as forças instituintes operavam sobre as instituídas. Neste sentido, os jogos de saber-poder na assistência social foram assumindo outros circuitos e o poder micropolítico – campo da experimentação–, agora se fazia macropolítico e foi assumindo assim o campo da norma.

Contudo vale notar que paulatinamente as experimentações micropolíticas em todos os âmbitos foram diminuindo sob o argumento que era preciso consolidar a assistencial social – os discursos do gerencialismo público e o tecnicismo cresciam na mesma proporção que diminuían as experimentações. Para mim, no meu corpo de trabalhadora e pesquisadora, os movimentos e sons da micropolítica ativa que encantavam com o passar dos anos foram perdendo a melodia, fui percebendo-os arranhados, faixas de áudio em rotações distintas que não geravam uma harmonização e sim uma estridência e uma não comunicação. Me percebia em certa medida contribuindo com isso e ficava provocada a tentar entender o porquê.

A sensação de caos e de ruídos foi se tornando grande até a instalação de um silêncio. Um silêncio esvaziado, cansado, que apenas era sentido tanto nas práticas de trabalho com as famílias em si, como nos circuitos institucionais da política de assistência social, e isso produzia um desconforto enorme.

Trilha 08

No processo de aguardar os usuários nas recepções dos equipamentos para abordagem da entrevista da pesquisa, me coloco como observadora ativa deste e nesse espaço. Me coloco concentrada, mas sem focalizar em algo específico, minha atenção rastreia o espaço. E desse modo busco a varredura do alvo..., mas o alvo aqui não é um objeto em si, e sim um campo de sensações, um campo de efeitos desses ambientes sobre meu corpo pesquisadora.

Me deparo com cadeiras vazias e demarcadas pela pandemia, dispenser de álcool em gel, avisos sobre distanciamento, senhas, cartazes mal colados com informações gerais, sinalizações no chão, uma aridez nos espaços.

A sensação que emerge desse ‘não movimento’ é a de silêncio, mas um silêncio não apenas pelo fato de o funcionamento estar em escala reduzida devido à pandemia, mas um silêncio tão forte que gritava para ser percebido!

(Fragmentos do diário de bordo)

³¹ As comissões gestoras Bipartite e Tripartite são instâncias colegiadas de negociação, articulação e pactuação dos gestores da assistência social com o objetivo de definir os aspectos de regulamentação e operacionalidade da política nas diferentes esferas de governo.

O silêncio emerge com tanta força nessa trilha apresentada aqui que é preciso continuar a tentar a explicar o seu porquê. Um elemento que pode nos auxiliar nessa busca por repostas se relaciona em parte com a forma como o campo normativo da assistência social foi sendo traduzido nas práticas de trabalho social com famílias.

A necessidade de estabelecer bordas, de ‘limpar da assistência social do que não é dela’ – fala muito recorrente nos discursos dos profissionais – pode ter produzido um certo endurecimento no campo das relações com o usuário, pois ao se estabelecer os limites entre o que é de fato objeto dessa política e o que não é (objeto de outras políticas e/ou da caridade social), perdemos a dimensão micropolítica da escuta do usuário e acabamos o afastando.

Adentrando no campo das técnicas e tecnologias de trabalho social existentes, as principais orientações metodológicas oficiais (BRASIL, 2009, 2012a, 2012b, 2016) são bastante diretivas quanto à importância de se afiançar seguranças socioassistenciais para que se produzam mudanças nas condições de vivência e autonomia para as famílias, no enfrentamento das vulnerabilidades e riscos, mas pouco discutem que famílias realmente são essas.

Porém, como é tão difícil transformar a normativa em prática, o discurso protetivo e emancipatório das normativas são insuficientes e por vezes contraditórios neles mesmos, conforme apontado por Fadul (2014), e geram um efeito, não intencional de reificar a condição tutelar que ele mesmo se propõe a romper.

Afonso destaca que “[...] mesmo quando referenciado em conhecimentos técnicos, a mudança é um processo que deriva do desejo de autonomia e que deve oferecer condições para o seu desenvolvimento” (AFONSO, 2011, p. 447). Todavia, as condições para mudança passam necessariamente pelas formas como o trabalho social é realizado, tanto nas suas condições de estrutura de oferta pública, bem como nas condições e concepções sobre autonomia e cidadania dos próprios operadores dessa política.

Conforme ainda aponta Afonso, a “autonomia é um trabalho intersubjetivo, coletivo e social que resulta da possibilidade de construção de instituições que favoreçam a autonomia da própria sociedade” (AFONSO, 2011, p. 459). Andrade (2019) segue na mesma direção ao analisar a produção de autonomia nas práticas de trabalho do PAEFI e afirma que é justamente na capacidade de transformação, da construção de autonomia, de produzir novos projetos de vida que se localiza a potência das mudanças e da criação de outras formas de repostas. Contudo que autonomia seria essa?

Afonso e Fadul (2015) nos alertam que é preciso atenção para os riscos dos metodologicismos, das prescrições nas práticas de trabalho esvaziadas de sentido, sendo importante criar pontes e adequações entre os métodos e técnicas com a viabilidade de execução e as condições de sustentabilidade institucional.

Dessa forma, ainda que macropoliticamente, as orientações metodológicas do trabalho social visem à busca por autonomia, não é possível alcançá-la sem um movimento micropolítico empreitado no cotidiano das relações que essa política e seus operadores estabelecem com as famílias e seus territórios de vivência. A questão que se coloca aqui não é a crítica as metodologias em si, mas como elas se colocam em operação e em funcionamento na relação entre os profissionais e as famílias e que efeitos essa relação possui na produção de subjetividades e cidadania.

Assim, as orientações metodológicas sobre o trabalho social com famílias no SUAS são alvo de intensos debates e preocupações por dois motivos: um primeiro sob o viés da necessidade de produzir certa unidade para o desenvolvimento das ações, o que garantiria maior robustez macropolítica à sua entrega e daria coerência ao cumprimento de seus princípios e diretrizes. Já uma outra preocupação, problematiza que o campo da normatização excessiva também pode operar para limitar as possibilidades de experimentação prática, esfera micropolítica, com as famílias.

Voltamos às argumentações de Andrade (2019), que afirma que a tensão entre esses pontos impacta a execução de práticas de trabalho social com famílias que possibilitam a conexão com os usuários e ampliação da construção de possibilidades de exercício de autonomia.

Desvendar os circuitos que provocam essa tensão – macro e micropolítica do trabalho social – é importante, pois é na justaposição de seus efeitos que podemos produzir práticas com as famílias que produzam a potencialização da vida ou podemos contribuir para um maior endurecimento das formas de existência. Além disso, essas tensões, se não problematizadas, são terreno fértil para a operação da necropolítica que governos ultraconservadores engendram, como já abordado nessa tese

Os métodos, as metodologias e as técnicas operam como importantes táticas de governamentalidade. A grande diferença é a que destino se colocam em operação. Serão dispositivos que auxiliam a vida e não apenas façam uma gestão instrumentalizante dela?

Percorrendo esse território aqui apresentado, podemos refletir como vai sendo tecida a justaposição da macro e da micropolítica na Assistência Social. Do campo da experimentação micropolítica inicial produzida nos encontros entre os profissionais, as

famílias, a sociedade, na luta por uma política pública em ascensão, os sons da potência de vida que circulavam nos agenciamentos vão acontecendo e se transformando na medida que a rompem com as forças instituídas. Mas ao fazer isso essas forças alteram o instituído, a micropolítica altera macropolítica, mas ao tomarem esse lugar os circuitos de saber poder, as linhas que compõe o segmento se reconfiguram e acabam produzindo efeitos também na micropolítica e assim sucessiva e processualmente.

No que se refere ao campo das práticas de trabalho com famílias percebe-se que a dimensão relacional com a família e dessas com a política, algo que era muito forte inicialmente, foi se transformando. Podemos problematizar, com base nos argumentos desenvolvidos nessa tese, que por tensões próprias dos modelos de proteção social que operavam e operam no SUAS, alguns excessos no discurso gerencialista da macropolítica institucional e as distintas concepções sobre família que povoam o imaginário e a formação profissional, bem como outros tantos não possíveis de cartografar até aqui produziram um efeito reativo na micropolítica que os sustentava.

A importância de dar bases normativas e metodológicas era e é uma forma de defender o SUAS, mas não é a única. Não estamos dizendo aqui que as conquistas no campo da macropolítica do SUAS não são importantes, muito antes pelo contrário se não fossem por elas não teríamos hoje 8.488 CRAS; 2.760 CREAS municipais e 34 estaduais; 236 Centro-pop e 6.453 unidades de acolhimento institucional com base no censo SUAS de 2020 (BRASIL, 2022).

Contudo, como nos lembra Rolnik (2019), essas conquistas precisam de sustentabilidade no campo da micropolítica visto que é nele que a resistência opera por meio dos devires da vida coletiva, próprios da insubordinação micropolítica, se nutre da força vital da vida, e assim “as micropolíticas constituem a base existencial de todo e qualquer regime sociopolítico-econômico-cultural” (p, 76). E por onde circula micropolítica do SUAS? A micropolítica no SUAS vai operar nos encontros que essa política estabelece com os usuários, com as famílias e, portanto, precisamos problematizar como a mesma está incorporada nessa política. Assim compreender como esses encontros com as famílias tem se dado e que efeitos tem produzido é matéria importante para o nosso percurso e o abordaremos nos territórios a seguir.



**A família como dispositivo de controle:
As linhas e os múltiplos significados da família no centro e no alvo do
SUAS**

TERRITÓRIO 3: A FAMÍLIA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE: AS LINHAS E OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA FAMÍLIA NO CENTRO E NO ALVO DO SUAS

A família é uma trama de fios que se entrelaçam, que se entrançam entre aqueles que a compõe por nós, quer sejam eles de afetos, solidariedade ou consanguíneos, e que experimentam as tensões próprias da vivência compartilhada por pessoas diferentes. Famílias são funcionamentos, são “coexistência de outras configurações, arranjos, vínculos, alianças que, para quem os vive, funcionam como uma família (CARDOSO, 2020, p. 26).

Trilha 09

Nas conversações com as famílias elas me contam como sua família é, como funciona e assim a singularidade de cada relato vai compondo uma espécie de bricolagem daquilo que se acredita ser uma família;

[...] se tiver o caso de estar doente, precisar de um remédio, de uma ajuda eu sei que posso contar com eles, com certeza meus filhos jamais virariam as costas para mim, minha mãe, minhas irmãs...eu posso contar com eles sempre que eu precisar [...] (Família 4)

[...] Então, assim, ela (amiga) é minha mãe, mas agora minha outra família a que eu considero, que é meu namorado, a mãe dele...eles são também a minha família [...] (Família 2)

[...] minha família é normal, é tudo tranquilo, mas claro tem desavenças, discussões, mas dá para a gente resolver no diálogo, as vezes um fica com raiva um do outro, estressado, mas com o tempo passa, mas é sempre assim, normal e tranquilo [...] (Família 4)

[...] Ele(filho) tá fazendo o barracão dele no quintal que eu dei pra ele (o espaço no lote), um barracão maior, aí ele pegou e tá lá pelejando pra construir lá [...] (Família 3)

(Fragmentos do diário de bordo)

Na percepção das famílias entrevistadas sobre o que consideram ser uma família, elas se referem como uma unidade básica da vida social como algo tão naturalizado que por vezes esquecemos que essa instituição é uma construção histórica e social. Donzelot (1980) em seu estudo clássico ‘A polícia das famílias’ faz importantes análises e ensinamentos sobre como o Estado moderno operou intervenções sobre as famílias para a produção de uma ordem social que se mostrava adequada à lógica do sistema capitalista

e liberal. “O Estado moderno produziu a família moderna”. (DONZELOT, 1980, p, 49).

32

A relevância estratégica da família para o Estado moderno, segundo Foucault (2003) se relaciona a passagem desta de um modelo de governo para um instrumento, um meio de governar. A família é um “segmento privilegiado, à medida que, quando quiser obter alguma coisa da população, é pela família que se deverá passar” (FOUCAULT, 2003 p, 289).

Segundo Scheinvar (2006) a família moderna assume as atribuições de cuidado e obrigações para com seus membros e essas funções foram formatadas em demasia, por uma série de dispositivos de controle estatal amparados em lógicas do ideal higienistas e dos discursos especializados. Como consequência desse processo há uma entrada da ordem pública na dimensão privada da família em nome da relevância que essa unidade tem para a vida social.

A produção do social se expressa, por excelência, no âmbito da família, por implicar tanto a relação íntima em seu espaço interno como as relações institucionais externas que também a constituem. Tais relações externas são controladas pelas políticas públicas quando, no início do século, em nome da “pureza”, o ideal higienista é incorporado por meio do esquadramento das famílias. Desde então, o controle institucionalizou-se por intermédio de equipamentos sociais, tais como o Juizado, os postos de saúde e a escola, no sentido da correção ou eliminação dos “irregulares (SCHEINVAR, 2006, p. 50).

Assim, a gestão da vida tem se dado também por meio da instrumentalização da família e de suas funções. Gestão que vai se especializando e se molecularizando no tecido social por meio dos diversos dispositivos e táticas de controle que são empregados pelo Estado em prol da gestão da coletividade, pois esse é o foco principal, dentro parâmetros que se estabelecem demarcando o que é considerado normal ou desviante da norma. Como no poema “[...] *tendes as regras, e tratados, e filósofos, e sábios*”- todos como dispositivos de controle.

Assim, o Estado passa a conduzir e gerenciar as condutas das populações para se prevenir riscos e perigos por meio das formas como se estabelecem os hábitos, as maneiras de ser e de se relacionar com os outros, consigo e com o meio. Governa-se os

³² Jacques Donzelot e sua obra são uma referência clássica nos estudos sobre família. Não será nessa tese nosso objetivo esquadrihar em minúcias da rica argumentação do autor. Para uma visão mais detida dos argumentos do autor em diálogo com política de assistência social consultar Saraiva (2016).

indivíduos por meio das relações que estes estabelecem quer sejam suas relações pessoais, culturais, sociais, econômicas e políticas (FOUCAULT, 2008).

Mais do que as infrações, as normas passam a ser objeto da governamentalidade e a possibilidade de infração e desvio das normas como algo virtualmente perigoso. Segundo Scheinvar “desta lógica, depreende-se a decorrente “necessidade” do isolamento ou eliminação dos “fora da ordem”, para que o sistema não se contamine como um todo” (SHEINVAR, 2006, p, 49). Mas quem seriam os virtualmente perigosos?

Recorremos a Nascimento et al (2007) que afirmam que a associação entre pobreza e periculosidade remonta ao nosso passado colonial, nos tempos do Brasil Imperial com a circulação de crianças negras e pardas nos centros urbanos que se ampliou em decorrência da Lei do Ventre Livre e da Lei Aurea, fazendo crescer o sentimento de repulsa a esses indivíduos. Acrescido a isso, já no Brasil República, as crianças pobres eram vistas como incivilizadas e um obstáculo para um país que se inspirava em ideais europeus. Certamente, o discurso higienista contribuiu fortemente para a desqualificação da família pobre. Segundo Nascimento et al:

O papel dos especialistas, sobretudo dos higienistas, em muito contribuiu para a desqualificação da família pobre, pois, segundo eles, a mesma degenerava suas crias com seus hábitos nada burgueses, transformando-os em seres perigosos por adquirirem hábitos condenáveis ao progresso da República.[...]Por fim, a família pobre e seus hábitos de vida seriam condenáveis, genética e moralmente. Nesse momento, começava a mutação da infância em perigo para a infância perigosa, ou seja, a associação entre a pobreza e a periculosidade, que tanto demandou a criação, a ampliação e a mutação dos dispositivos de controle estatal visando à ordenação, à homogeneização e à moralização dos pobres (NASCIMENTO et al, 2007, p. 17).

Assim a ideia de prevenção de risco se associava à virtualidade do risco, da incapacidade das famílias pobres cuidarem de seus filhos sob os parâmetros burgueses de funcionamento familiar.

O ideal da prevenção, fundamento da política social voltada aos pobres no Brasil, em si já aponta para a previsibilidade dos destinos, no que ficam implícitas as poucas chances de as famílias que não têm condições de viver nos parâmetros da ordem burguesa – como ocorre com a maioria das famílias pobres – aderirem à ordem instituída (SCHEINVAR, 2006, p, 50).

A ação de uma série de dispositivos de produção de subjetividade opera para a (re) produção de um modelo homogeneizante de família, o modelo burguês no qual a família nuclear, pai, mãe e filhos, passa a ser a mais propícia aos interesses do capital e consequentemente, mais adequada ao controle do Estado. Esse modelo de família

interessa porque as lógicas de acumulação do capital encontram nele terreno fértil para proliferar um modo de subjetivação que produz corpos úteis para sua manutenção.

Isso contribui para a naturalização de um modelo hegemônico fortemente eurocentrado de família que desconsidera, no caso da realidade brasileira, outras configurações familiares como as famílias negras, indígenas, quilombolas, às quais, segundo Cardoso (2020), historicamente tem sido negadas o direito de se constituírem enquanto núcleo familiar. A autora ainda afirma que a dominância de um modelo de família não quer dizer exclusividade, pois existem diversas outras organizações em operação de forma concomitante ao modelo nuclear, contudo elas não são privilegiadas, são vistas como desviantes da normalização pretendida. Seu argumento é convergente com Scheinvar que ainda afirma:

Há um processo de produção de subjetividades no sentido de naturalizar a institucionalização de um modelo hegemônico de família, que opera por meio da discriminação de outras relações familiares, como as constituídas por mães solteiras, por parentes que assumem a responsabilidade pelas crianças, por casais separados, por pais que realizam atividades consideradas ilegais ou imorais etc., embora todas elas sejam formas coesas de organização familiar, produzidas historicamente (SCHEIVAR, 2006, p. 51).

É nessa realidade que ao longo do século XIX e início do século XX que a família se torna o centro de esforços estatais enquanto um potente dispositivo de governo das populações. Segundo Cardoso,

[...] o fortalecimento social da família nuclear moderna só foi possível em um diagrama de forças[...] em que outros fluxos sociais como o capitalismo, as lógicas dos aparelhos de Estado modernos e os valores burgueses também estavam em jogo e funcionavam de forma entrelaçada (CARDOSO, 2020, p. 53).

Neste sentido, a família enquanto categoria de trabalho no campo das políticas públicas no Brasil tem sido amplamente debatida (SOUZA, 2000; PEREIRA, 2009; MIOTO, 2009; 2010; 2013; TEIXEIRA, 2009; 2010, SARAIVA 2016), uma vez que a sua compreensão permite a formulação de políticas sociais mais permeáveis às suas reais necessidades. Contudo, observa-se que as políticas públicas voltadas para as famílias possuem conteúdos simbólicos que direcionam a compreensão sobre família e que podemos buscar identificar por meio de dois enfoques básicos no que se refere à relação de Estado de bem-estar social.

Segundo aponta Medeiros (2000), o primeiro enfoque procura verificar em que grau as medidas de regulação da sociedade promovidas pelo Estado afetam a organização

das famílias; e o segundo, aborda o sentido inverso, ou seja, a importância das famílias para o funcionamento das políticas sociais. Ambos os enfoques combinados em uma mesma análise demonstram que há certa dependência mútua entre padrões de *welfare state* e organizações familiares. Ora, se há correlação entre padrões de *welfare state* e organizações familiares, vale analisar como a família se localiza nos desenhos dos serviços, programas e projetos das políticas públicas (MEDEIROS, 2000).

Souza (2000) considera que o Estado e a família são instituições fundamentais para a existência dos mecanismos de divisão de trabalho e distribuição de recursos. Além do mercado, os indivíduos recorrem às políticas sociais e ao apoio da família para o atendimento de suas necessidades e dessa forma esse é o argumento básico que sustenta o papel estratégico da família nos esquemas de proteção social.

Assim, a relação entre proteção social e famílias é pensada em duas dimensões entrelaçadas que são a regulação da sociedade (promovida pelo Estado) sobre as famílias e a importância destas para o funcionamento das políticas sociais. As famílias seriam como um “filtro redistributivo que influenciaria na realocação de recursos e responsabilidades no que se refere ao bem-estar de seus membros” (SOUZA, 2000, p. 1).

Neste sentido, tomar a família enquanto categoria analítica permite conhecer melhor a relação existente famílias e formulação de políticas públicas, uma vez que (a) as relações entre membros da família podem ter implicações que geram externalidades positivas ou negativas à sociedade; (b) as características das famílias podem ser usadas como critérios de focalização de políticas públicas; (c) as famílias podem ser usadas para conceber, executar ou controlar programas; e (d) as políticas sociais podem tanto afetar como ter seus objetivos afetados pelas diferentes formas de organização familiar (SOUZA, 2000).

Assim, os distintos esquemas de proteção social afetariam a estrutura e a organização das famílias na medida em que funções antes desempenhadas por elas passam a ser desenvolvidas também por outras instituições sociais, como por exemplo a escola.

Isto posto, ao analisar o papel da família nos esquemas de proteção social, Teixeira (2010) afirma que a incorporação da família nas políticas públicas se faz de forma bastante tensionada entre propostas distintas, vinculadas a projetos também distintos em termos de proteção social e societário. A autora afirma que há uma tendência familista que aposta na família como canal natural de proteção e, assim, possui forte influência neoliberal, e que há uma tendência protetiva que prega que o desempenho de cuidado

da família é diretamente proporcional ao acesso a políticas públicas que lhe garantam cuidado e proteção.

Pereira afirma que após a crise econômica mundial dos anos 1970, a família vem sendo redescoberta como “(...) importante agente privado de proteção social” (PEREIRA, 2010, p. 25). No Brasil, a família assume esse lugar especialmente após os anos 1990, quando se amplia a influência neoliberal para a diminuição do Estado e dos organismos internacionais como Banco Mundial, ONU, UNICEF, em relação a preocupações com a infância e com a família.

Teixeira vai afirmar que essa reativação nos anos 1990 do papel da família como canal natural de proteção é chamada de neo-familismo, “expressão que traduz o que está subjacente à tendência ideológica atual de transformar a unidade familiar em solução para a racionalidade do modelo global, reprivatizando atividades no passado, tornadas públicas e trazendo a unidade doméstica – privada por definição – de volta à sociedade em geral” (TEIXEIRA, 2010, p. 23).

Surgem tensões entre a função protetiva da família e a função protetiva do Estado e os papéis que ambas as instituições devem desempenhar com vistas a diminuir o impacto ocasionado pelas manifestações da questão social, e o debate sobre políticas públicas de proteção social que focalizam na família a sua intervenção fomentam estudos não só das realidades familiares, mas também dos impactos das políticas públicas que nelas se apoiam ou são focalizadas (ITABORAÍ, 2005).

Orozimbo e Afonso (2020) traçam análises comparativas sobre os discursos de focalização das famílias nas políticas de assistência social, saúde e educação pós Constituição Federal de 1988 e destacam que há existência de tensões na forma como essas políticas compreendem a categoria família e se organizam como retaguarda de proteção.

Essas tensões se justapõem desde a uma compreensão da família objetificada, na qual suas capacidades familiares não são valorizadas, passando por uma concepção de família como instrumento que as políticas públicas operam para alcançar suas finalidades, até a noção de família como parceira que irá ajudar a desenvolver ações e, finalmente, como sujeito de direitos, que, por meio das suas potencialidades, usa e inventa novas formas de ser família e ser cidadã.

Diante dessas tensões, podemos nos perguntar em que medida a prática do trabalho social com famílias no SUAS está sendo influenciada por projetos distintos de

proteção social e quais os efeitos que essa influência exerce na constituição da cidadania de indivíduos e famílias.

A produção da família na assistência social: uma família para chamar de sua

‘Minhas famílias’ – mais uma expressão muito comum que se escuta no discurso cotidiano do SUAS, geralmente dita como uma forma de demonstrar implicação, interesse e compromisso pelos usuários que um profissional está referenciando. Contudo, sempre que a escuto, o pronome possessivo ‘minha’ parece arranhar os meus ouvidos. Essa relação de posse que o pronome estabelece entre a pessoa do discurso e as coisas possuídas é incomoda. E para buscar analisar o porquê disto, vamos problematizar como a família vem sendo produzida como um dispositivo de controle do Estado, especialmente na assistência social.

Para darmos início às nossas problematizações, é preciso demarcar que nas normativas da assistência social são postulados como objetivo dessa política: a proteção a família, a infância, a velhice, visando ainda garantir direitos socioassistenciais (BRASIL, 1993) e o SUAS possui como eixo organizador a descentralização político-administrativa, a matricialidade sociofamiliar e território.

Analisando a concepção de matricialidade sociofamiliar no SUAS, os documentos normativos traduzem-na como um eixo organizador da atenção socioassistencial, visto que a centralidade da família deve ser tomada como elemento fundamental para a organização e efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social (BRASIL, 2004).

Com essa concepção, busca-se romper com a lógica anterior de ações centradas em indivíduos problemas e parte do reconhecimento das famílias como entes resultantes de processos históricos, dos lugares na sociedade de proteção e desproteção, do acesso a serviços e, portanto, do assujeitamento às situações de vulnerabilidades e riscos, forjados em suas formas de ser, conviver e proteger seus membros (RIZZOTTI; COLLIN, 2020).

A família é assim, um dos elementos centrais para a concepção e a implementação dos benefícios, programas, projetos e serviços por serem compreendidas como um núcleo primário de proteção, sociabilidade e convívio. Deve ser apoiado pelo Estado,

especialmente quando em situação de vulnerabilidade, para que possa desempenhar as suas funções protetivas.

Ao eleger a família como foco de atuação, elege-se também a família como alvo das ações de controle estatal. Apesar de o discurso sobre proteção e defesa de direitos ganhar o protagonismo na argumentação do SUAS, não se pode desconsiderar que ainda assim a família é alvo e instrumento de controle das populações. O discurso sobre proteção à família, proteção a direitos é também uma tática de governamentalidade. Segundo Saraiva:

Quer dizer, a garantia de direitos, com uma presença mais marcante do poder público, traria consigo não apenas supostas melhorias nas vidas das pessoas, mas se daria sobretudo com a introdução dessas pessoas de forma mais arraigada às relações de poder. Quer dizer, garantem-se direitos como forma de melhor se extraírem forças e aumentarem lucros, como forma de também se produzirem subjetividades mais rentáveis – pois cada vez mais a subjetividade vem se tornando um negócio de Estado (SARAIVA, 2016, p. 22).

Ter clareza que as políticas públicas centradas na família, mesmo que com inclinações democráticas e de ampliação de direitos vão operar para produção de subjetividades não é o problema em si, já que estas são produzidas também por vetores sociais, históricos e econômicos, mas a grande questão é não termos crítica sobre isso.

Como nos lembra Scheinvar (2009), o feitiço das políticas públicas enreda os discursos de promoção e defesa de direitos de contradições estruturais e estruturantes que precisam ser problematizadas naquilo que as fortalecem e a quais interesse serve, especialmente em contexto de ampliação de forças políticas polarizadas e conservadoras, como a que vivemos agora e que ganham maior entrada institucional na arquitetura de Estado.

Por isso, para analisarmos como a família vem sendo incorporada nos desenhos de políticas públicas, em especial nessa tese, na política de assistência social, não podemos fazê-lo sem a busca pelas linhas de forças macropolíticas e micropolíticas, que muitas vezes se agenciam reativamente à potência do discurso de promoção de direitos e democracia. E dessa forma, vamos cartografar a seguir como a política de assistência social tem incorporado e que efeitos produz o instrumento de governamentalidade – a família - em suas lógicas de funcionamento.

A família ‘da’ assistência social

Ahhh, a família! Nunca se falou tanto sobre a família e nunca se disse tão pouco sobre ela no SUAS. Quando analisamos as principais bibliografias normativas (BRASIL, 1993, 2004, 2005, 2010, 2012^a, 2012^b, 2016) dessa política, notamos que a categoria família aparece com forte ênfase nos documentos. Todos são categóricos em afirmar que a assistência social adotará como referência de família uma concepção mais plural, mais diversificada quanto aos modelos e organizações familiares.

Para a Política Nacional de Assistência Social – PNAS –, a família é “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (BRASIL, 2004 p, 41). Esse conjunto de pessoas é “o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão” (BRASIL, 2006, p. 28). E por esse motivo precisa do apoio do Estado, por meio de políticas públicas, para desempenhar suas funções.

Ainda que haja forte inclinação nos documentos normativos do SUAS de reconhecimento da diversidade de configurações familiares como fruto das transformações históricas e culturais da sociedade, há limitações nessa incorporação. Segundo Quadrado e Da Silva Ferreira, a PNAS ainda referência a categoria gênero relacionando apenas às mulheres e a concepção de família adotada se centra em modelos heteronormativos, negligenciando “as famílias formadas por casais e trisais, com ou sem filhos/as, biológicos/as ou adotivos/as, além de serem suprimidas as famílias monoparentais, onde a/o mãe/pai é LGBT” (QUADRADO; DA SILVA, 2019, p. 272).

Alguns elementos importantes requerem atenção quanto à categoria família: Primeiramente, o que se compreende por funções familiares, quem exerce essas funções e de que forma as exerce. Segundo a PNAS, seriam funções da família:

Prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações de seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2004, p. 35).

Essas funções, nomeadas como funções de proteção familiar compreenderiam a capacidade própria das famílias enquanto grupo social de se organizarem e

estabelecerem de forma autônoma, lógicas de cuidado e proteção para com seus membros. Observamos que há no texto normativo a incorporação de uma visão naturalizada das funções familiares.

Na visão macropolítica, afirma-se ainda que existem certas circunstâncias, “vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações” (BRASIL, 2004, p. 31) que tensionariam as capacidades protetivas de algumas famílias e, assim, tomando essas referências, elege como usuários que merecem a focalização da sua atenção:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e ou acesso à demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência proveniente do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

O usuário do SUAS é aquele indivíduo ou família que está em vulnerabilidade e risco em relação a uma série de situações que delimitam um perfil de atenção. A seletividade do perfil de atenção tem alguns riscos que Quadrado e Ferreira pontuam que, “entretanto, essa política mantém a seletividade, o mérito ou “valor da necessidade”, para definir suas demandas, e inclui, entre os demandatários, os tradicionais sujeitos submetidos a riscos sociais, como família, maternidade, infância, adolescência e velhice” (QUADRADO; FERREIRA, 2019, p. 272).

Ao definir um perfil a ser focalizado, negligenciam-se tantos outros. O perfil da família alvo do SUAS é de uma compreensão ainda limitada, mas pode se resumir como aquelas em situação de pobreza, com vivência de violações de direito e com ruptura de vínculos familiares e comunitários. Assim, o Estado vai associar esses perfis à categoria ‘família vulnerável’ ou a ‘família em situação de vulnerabilidade e risco social’, como um dispositivo de controle (SARAIVA, 2016).

Essa categoria é usada com frequência no vocabulário da política de assistência social – mas quem seria essa ‘família em vulnerabilidade e risco social’? Se recorrermos às definições normativas dessa política, seria aquela que se encontra em situação de precário ou nulo acesso a serviços e com fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (BRASIL, 2004) – a moradora de áreas periféricas, monoparental

feminina, com múltiplos membros, negra, em situação de pobreza e/ou extrema pobreza e que vivencia riscos por violações de direitos.

A assistência social parte da premissa que é preciso apoiar estes perfis de famílias para que elas tenham desenvolvidas suas capacidades de proteção e, conseqüentemente, sejam capazes de exercer suas funções de proteção familiar. Dessa forma, essas categorias de família passam a ser produzidas pelo uso das características socioeconômicas e demográfica e pelas práticas discursivas dos profissionais da área. Como destaca Foucault (2008), estatísticas e práticas de discursivas são artifícios úteis ao governo das populações, pois produzem uma categoria universal homogeneizada que será o alvo da ação Estatal.

Escolhe-se ‘a família’ que será alvo da política de assistência social e, feita esta escolha, se produz e se reproduz essa família por meio dos diversos dispositivos e engenharias sociais desenhadas a partir desse momento. Desde os dados estatísticos gerais do IBGE, dos indicadores de vulnerabilidade e risco social, e as informações contidas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico–, bem como as estratégias de vigilância socioassistencial.

Vale destacar que no desenho macropolítico atual da assistência social, o CadÚnico³³ é compreendido como uma ferramenta de caracterização populacional de extrema importância que objetiva conhecer a realidade das famílias cadastradas em determinado território e assim identificar situações de vulnerabilidade social para incluí-las no conjunto de provisões do SUAS. Segundo dados da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, em abril de 2019 o Cadastro Único abarcava 36% da população brasileira em sua base de dados, sendo que 47% dos inscritos estavam em condição de extrema pobreza e a média de indivíduos por família é 3,09 pessoas (BRASIL, 2019).

Ainda que seja considerada uma ferramenta potente e crucial na assistência social que possibilite a ruptura com o modelo tutelar de atuação na área, efeito que de fato o CadÚnico e sua lógica inegavelmente viabilizam³⁴, ele não deixa de ser uma tecnologia de governo da população. Pereira ao problematizar as táticas de governamentalidade no SUAS, afirma em relação ao CadÚnico:

[...] o CadÚnico não se constitui somente como um instrumento de conhecimento da realidade das famílias, mas também produz a realidade na

³³ O CadÚnico informa as características gerais do domicílio, dados de cada um dos membros familiares, renda, condições de acesso, dentre outras informações. É uma ferramenta utilizada para focalização de benefícios e serviços no campo da assistência social, mas também utilizada por outras políticas públicas.

³⁴ Sugerimos BARROS et al (2009) para um aprofundamento dessa questão.

qual o sistema de proteção deve intervir, pois elege critérios de entrada na rede de assistência social. As necessidades das famílias usuárias são produzidas pela prática do cadastramento e visitas, configurando os problemas sobre os quais se deve intervir (PEREIRA, 2019, p. 8)

É um dispositivo que, em operação, define o que é uma família, o que é pobreza, e que define um perfil de família que necessita de atenção focalizada³⁵ do Estado, visto que ela se encontra em situação de insegurança social que requer proteção.

Mas é preciso que não sejamos ingênuos ou sobreimplicados a ponto de não perceber que “a identificação do risco opera como uma produção de risco, mecanismo que orienta as/os técnicas/os da rede assistencial a construir o diagnóstico social que embasará as intervenções para/sobre as famílias” (PEREIRA, 2019, p. 9). E, mediante uma análise crítica, podemos pontuar que isso é uma tecnologia de governo. Ao buscar ‘tornar visível os invisíveis’ e centrar os esforços proativos em relação à inclusão desses públicos no esquema de proteção do SUAS, o dispositivo do CadÚnico e todo o aparato de vigilância socioassistencial possuem algumas contradições ou, melhor dizendo, justaposição de efeitos que requerem nossa atenção.

Sposati (2021) afirma que o CadÚnico é extremamente abrangente e de fato contribuiu, desde sua criação em 2001, para a viabilização de inúmeros direitos de cidadania. Contudo, a lógica de controle estatal e social pautada na desconfiança dos pobres também o associou a uma política de austeridade, utilizando-o muito mais como forma de controle punitivo do cidadão que o utilizava. Encontramos nesses elementos a justaposição de efeitos desse dispositivo que em funcionamento encontra forças que o agenciam de múltiplos modos e faz com que ele trabalhe para produzir controle de corpos, de determinados corpos e perfis que requerem atenção. Mas requerem atenção sob qual perspectiva?

É importante destacar que uma ferramenta que se propõe a dar visibilidade às famílias em situação de desproteção social pode também produzir invisibilidades. A escolha de determinadas características de perfil cadastral que será o alvo irá definir a família que requer atenção para a assistência social e, ao fazer isso, delimita-se as singularidades existentes na própria vida família, reduzindo outras composições de serem

³⁵ A meu ver, a grade questão sobre a focalização de perfis de público na política de assistência social não se relaciona à histórica discussão sobre universalização das políticas sociais que tanto debate acadêmico tem produzido. Mas sim, partindo do reconhecimento de que a assistência social é uma política focalizada, concordando-se ou não com isso, quem são, porque são escolhidos os alvos de sua focalização e quais os efeitos têm sido produzidos para esses públicos deveria ser a tônica das problematizações.

reconhecidas como tal. Assim, acompanhando o pensamento de Rolnik “limitar-se a promover “inclusão” como sua principal meta escolhe-se um modelo no qual o desviante deve ser referenciado, [...] naturaliza-se a experiência singular dessas subjetividades e degenera-se toda e qualquer alteridade” (ROLNIK, 2019, p. 78). Homogeneiza organizações e funcionamentos familiares por meio da (re) produção de um segmento de perfil cadastral.

Somam-se a essas tensões próprias de um dispositivo em operação, o efeito que governos de inclinação neoliberal e necropolítica, apresentadas nos territórios anteriores, como o atual governo Bolsonaro fazem dessas informações e desse dispositivo.

Sposati analisa a recente incorporação de estratégias remotas e virtuais, denominadas de robotização³⁶, na utilização do CadÚnico, problematizando que ainda que o debate sobre inclusão digital seja relevante “a principal questão a debater não é o formato de coleta, mas sim, com o que é que tem sido feito com os dados do CadÚnico (SPOSATI, 2021, p. 203). O uso necropolítico das informações contidas no CadÚnico é um ponto importante que requer a nossa atenção em um contexto de governo ultraconservador.

Esse é o funcionamento de um dispositivo em operação como Foucault (2008) nos alerta. Nesse contexto, as estatísticas são úteis para produzir grandes categorias governáveis, a ideia de universal é uma produção relevante para o governo das populações sobre as mais variadas inclinações e intenções de governo, desde as mais democráticas até as mais conservadoras.

Portanto, é preciso questionar que as vulnerabilidades e o riscos que são definidos para eleger a família alvo da assistência social não estão na família em si, mas nos processos que as colocam nessas condições. Essa distinção é fundamental para se romper com a dimensão psicologizante da questão social. Contudo, ainda que óbvia e amplamente debatida na literatura acadêmica, a mudança de posição do sujeito para o processo é algo extremamente complexo de operar nas lógicas de trabalho social com famílias. Mas por que?

³⁶ A pandemia de Covid-19 possibilitou a implantação de diversas lógicas de chamado Governo Digital que Cristovam et al definem como “o emprego de tecnologias de informação e comunicação na prestação de serviços públicos, sobretudo para a concretização de direitos sociais” (CRISTOVAM et al, 2020, p. 210). Contudo, é preciso considerar o impacto que a exclusão digital, tanto sobre a perspectiva do acesso em si, como no uso dos dispositivos, tem na viabilização de direitos. Esse debate é importante porque a narrativa de eficiência por trás desses formatos podem ser férteis para a operação necropolítica de restrição de direitos. Na minha experiência no SUAS no contexto da Pandemia, esse efeito foi nitidamente percebido na operacionalização do Auxílio Emergencial.

Butler afirma que existem “formas radicalmente diferentes de distribuição da vulnerabilidade” (BUTLER, 2006, p. 58). Acompanhando esse pensamento, Oliveira et al ponderam que “pensar em políticas públicas voltadas para a população em situação de pobreza implica em refletirmos sobre os modos como sociedades democráticas distribuem, desigualmente, suas vulnerabilidades” (OLIVEIRA et al, 2019, p. 146), sendo que essa distribuição de vulnerabilidades é concentrada nas famílias negras e periféricas. Ainda segundo as autoras:

[...] as mulheres negras são colocadas como responsáveis por gerir e ordenar a miséria produzida por um Estado neoliberal e, paradoxalmente, como os homens negros são colocados na mira deste mesmo Estado que, ao não conseguir regulá-los, opera a partir de um regime soberano, necropolítico, que permite que sejam tacitamente exterminados (ibid., p. 144).

Entendemos que os processos de produção de desigualdade que colocam as famílias em situação de vulnerabilidade e risco e a forma como as famílias lidam com eles se relacionam diretamente com a capacidade protetiva familiar que pode ser muito variável conforme a lógica própria de quem protege e de que lugar exerce a proteção.

Trilha 10

Naquela época, não tinha creche, pra gente colocar filho igual tem hoje, né? Meus meninos ficava tudo sozinho. Eu levantava muito cedo, cinco horas da manhã. Fazia comida, fazia café. Enchia a garrafa de café e mais um bule e fritava alguns biscoitinhos[...] eles tava muito pequeno. Deixava tudo quietinho dentro de casa, com o almoço pronto, comida lá e falava assim "não mexe...", escondia o fósforo, isqueiro e tudo, pra eles não mexe no fogo e ia embora pro serviço. O mais velho tinha 9 anos. Aí eu pegava e falava pra ele assim "ó cê pega e não deixa seus irmãos mexe com fogo não"[...] Isso aí foi até eles crescer. (Família 2)

(Fragmentos do diário de bordo)

“O sapo não pula por boniteza, mas, porém, por precisão” é o fragmento do conto Sagarana de Guimarães Rosa que sempre me vem à mente quando me deparo com essa trilha cartográfica (ROSA, 2020). Ela ilustra a forma singular como as famílias buscam realizar as suas funções protetivas em um cenário de falta de acesso à estrutura de apoio como creches e escolas de educação infantil traçando estratégias de organização e sobrevivência que, sob a ótica delas, são consideradas protetivas. Como aponta Carmona, “a superação é um movimento de engajamento do sujeito-usuário; ele é quem cria estratégias de enfrentamento e de respostas frente às crises e adversidades que vivencia” (CARMONA, 2019, p. 149-150)

Porém, essas mesmas estratégias, se analisadas apenas sob a lente dos dispositivos normatizadores, que não consideram os processos de desigualdade que estão presentes em sua base, são interpretadas como não protetivas. Emerge a ‘família negligente’ que, como tal, vai requerer a operação do Estado. Uma operação estatal tutelar, pois, como discutem Paulon e Romagnoli:

[...] acreditar que as pessoas são vulneráveis implica ainda a possibilidade de submetê-las a uma tutela, uma vez que se parte da premissa de que estas não sabem cuidar de si mesmas. Essa atitude atesta o saber do especialista em detrimento do saber dessas pessoas, bem como desqualifica as formas singulares com que organizam suas vidas e exercem o cuidado de si (PAULON; ROMAGNOLI, 2018, p. 181).

A expectativa em relação ao desempenho ou não das funções familiares é engendrada por um imbricado conjunto de dispositivos normatizadores da vida social historicamente construídos; assim, cabe nos perguntar e compreender quais as atribuições da família na contemporaneidade. No entanto, a família é um campo de possibilidades, como a expressão popular afirma: ‘família é muita gente’. Deste modo, nos cabe acrescentar essa questão: quem dentro da família assume essas funções?

E, neste ponto, é preciso compreender que essa naturalização das funções familiares está intimamente relacionada ao surgimento da família nuclear no final do século XIX, que especializa as funções femininas no cuidado e ao impacto que a lógica patriarcal assume nas instituições, no cotidiano das práticas sociais e nos processos de subjetivação. Historicamente, essas funções são assumidas quase que exclusivamente pelas mulheres em processo de naturalização do cuidado a condição feminina (CARLOTO; MARIANO, 2010).

Trilha 11

[...] Eu tenho que, querendo ou não, eu tenho ali umas roupas, umas cuecas pra dobrar... cueca é modo de dizer né...eu tô cuidando agora dele (namorado). Então queira ou não queira, isso é uma tarefa de uma mulher fazer. Porque o homem só sai, trabalha. Não dizendo que é assim, mas eu trabalho, saio, ajudo em casa, ajudo. Mas a tarefa da mulher é mais assim, cuidar da casa... (Família 3)

(Fragmentos do diário de bordo)

A influência dessa trilha convoca a articulação com Saffioti (2004), convidando-nos a pensar no conceito de patriarcado articulado à luz das teorias de gênero que buscam problematizar a desigualdade que não se explica por uma diferença anatômica entre os

sexos, e sim por meio de suas determinações históricas, políticas, éticas e estéticas, sendo, portanto, mais amplo.

Neste sentido, precisamos pensar em como se dão os atravessamentos das lógicas patriarcais da concepção de família na política de assistência social e nas políticas públicas como um todo. Se no discurso da política de assistência social existe a máxima de que é preciso ‘proteger as famílias para que elas exerçam a sua capacidade de proteção’, sendo o Estado agente protagonista nessa operação, é preciso problematizar como ele assume esse papel.

Segundo Carlotto e Mariano (2010):

A lógica produzida entende que as famílias pobres precisam de orientação, informação e educação para esse cuidar. Dessa forma, ao conquistar essa condição de boa cuidadora, a família estaria potencializada para a autonomia, para o exercício da cidadania e para a emancipação (CARLOTTO; MARIANO, 2010, p. 454).

Muito se debate na literatura sobre o trabalho social com famílias, cuja centralidade tem sido convertida em centralidade na mulher no SUAS (CARLOTTO E MARIANO, 2010; TEIXEIRA 2009;2010; SANTOS et al, 2017). Segundo o boletim Mulheres no SUAS (2018) que analisou os dados dos Relatórios Mensais de Atendimento – RMA dos serviços do SUAS de 2017, a presença das mulheres como usuárias do SUAS é prevalente.

Segundo o estudo no âmbito da proteção social básica no PAIF, não há dados oficiais do RMA sobre a proporção de mulheres atendidas. Contudo, o boletim afirma ainda que mesmo não havendo dados sistematizados, existe por parte dos profissionais ouvidos a percepção de que as mulheres são a maioria no serviço³⁷.

No que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV –, as mulheres são maioria dos usuários de atenção prioritária, somando 53,1% do público. No que tange à Proteção Especial de Média complexidade, 52,6% dos usuários que ingressaram no PAEFI são mulheres, sendo que, destas, as meninas crianças/adolescentes são 51,8% vítimas das violências intrafamiliar, 75% vítimas da

³⁷ Segundo o referido documento, a presença das mulheres nos serviços é percebida com intensidade pelos profissionais que atuam no PAIF, ainda que não seja passível de comprovação numérica por meio dos dados oficiais do Registro Mensal de Atendimento – RMA uma vez que instrumentais de coleta de dados “não contemplam por diversas razões os dados de sexo dos usuários” (BRASIL, 2018, p. 7). Essas razões não são explicitadas no referido estudo.

exploração sexual e 77, 2% vítimas de abuso sexual. Entre as pessoas atendidas pelo serviço de abordagem social, 39,8% são mulheres; neste caso, não são maioria devido a complexidades próprias do fenômeno de trajetória de vida nas ruas –TVR –, que faz com que a maioria dos usuários sejam homens, 61,2%. No Serviço de Medidas Socioeducativas, 12,5% são mulheres. Na PSE de alta complexidade, nos seus diversos serviços e modalidades, as mulheres também são maioria – 51,2% –, principalmente nas unidades de acolhimento institucional para idosos.

Para Carlotto e Mariano, no SUAS “o centro é a família e a estratégia é a instrumentalização do papel da mulher/mãe por meio de suas responsabilidades na esfera privada” (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 458). Assim, as práticas de trabalho social com famílias têm sido muito mais centradas nas mulheres, não sobre uma perspectiva analítica de que, como elas exercem historicamente as funções de cuidado e proteção de forma não equânime na família, devido a vivência de processos históricos de desigualdades que as colocam em condições desfavorecidas na sociedade as fazem necessitar de mais atenção para ruptura com esse modelo, mas sim porque são desqualificadas como incapazes e, portanto, precisam ser conduzidas, dominadas pelo Estado, que (re) atualiza a lógica patriarcal.

Como problematiza Teixeira (2009), a centralidade na família tem sido traduzida nas práticas de trabalho social, como uma centralidade na mulher e sob uma perspectiva punitiva que ainda demanda que elas exerçam papéis e que suas famílias funcionem como estabelecem os modelos de cuidado e proteção nuclear burguês.

Corroborando essa visão, Santos et al, ao analisar as práticas de trabalho no Cras afirma que a restrição da família ao modelo burguês também produz “um determinado modo de ser mulher geralmente ligado à maternidade, operacionalizam essas práticas de controle” (SANTOS et al, 2017, p. 8). Os mesmos autores escalarem ainda que:

[..] a mulher foi e continua sendo mais visada para os instrumentos de controle, o que a torna um instrumento que possibilita maiores garantias de êxito para os objetivos das políticas governamentais[...] Tal processo, por sua vez, fabrica certo arranjo de funcionamento familiar, certo modo de ser mulher, posicionando as mulheres-mães como elo principal entre as políticas de inclusão social e a melhoria de condições de vida de determinados segmentos da população” (ibid., p. 9).

Portilho e Fadul (2019), ao discutirem os impactos das mulheres como a principal interlocutora do Programa Bolsa Família, destacam que a centralidade familiar reduzida

à centralidade na mulher tem ampliado e reiterado o excesso de responsabilização das mulheres, especialmente em relação ao funcionamento do Programa. Como as mulheres são na grande maioria das vezes as responsáveis legais pelo mesmo, 90,8% dos benefícios, segundo Brasil (2018), a burocracia institucional associada ao benefício, com as sistemáticas atualizações cadastrais, recursos administrativos contra bloqueio de benefícios, condicionalidades, bem como as atividades socioeducativas do PAIF a sobrecarregam e acabam não apoiando como o discurso normativo pretendia. De forma convergente, os achados de Carmona (2019) e Pereira (2020) também afirmam que, no trato com as famílias beneficiárias do PBF, há reforço aos papéis tradicionais das mulheres com as esferas de cuidado.

Ainda que Rego e a Piazzini (2014) afirmem que a escolha da mulher como responsável legal pelo PBF é uma estratégia adotada pelo programa para contribuir na ampliação da autonomia das mulheres por meio da renda, e demonstrarem como isso vem acontecendo no Brasil desde a implantação do PBF, não se pode negligenciar que há também o efeito de sobrecarga nas mulheres. Esse fato precisa ser problematizado pelo viés da associação da matricialidade sociofamiliar com a concepção heteronormativa³⁸ de mulher- mãe, compondo formas de subjetivar as mulheres centrada no cuidado familiar.

Costa e Cunha (2019), ao analisarem a matricialidade sociofamiliar sobre a perspectiva do trabalho no CREAS, afirmam que a PNAS é generalista e tem encontrado dificuldades de tradução processual/operacional nas práticas de trabalho com famílias no CREAS, uma vez que a discussão sobre as questões de gênero e diversidade sexual são tratadas de forma perene e tímida, não problematizando em profundidade as tensões que esses componentes trazem nas dinâmicas familiares em situação de violação de direitos.

Montovan (2017) afirma em sua pesquisa sobre a matricialidade sociofamiliar no CREAS que, na concepção dos técnicos, as famílias se resumem a casos e que a perspectiva das ações desenvolvidas nas práticas de trabalho social centraliza as responsabilidades familiares da família na mulher, ressonando com na trilha cartográfica acima.

No que concerne a esse âmbito, a atuação em contextos de violação de direitos a tradução do princípio da matricialidade sociofamiliar se complexifica ainda mais, pois como a métrica usada para definir a atuação da assistência social em contextos de riscos

³⁸ Por heteronormatividade, Butler (2018) compreende ser a eleição arbitrariamente imposta ao sujeito da heterossexualidade como norma de conduta, desejo ou expressão de afetos.

por violação de direitos, toma como referência os marcadores legais sobre direitos individuais das crianças e adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, a matricialidade sociofamiliar acaba se diluindo na retórica normativa. No campo da atuação técnica, em muitos momentos, essa diluição se traduz em uma forte culpabilização da família – centrando-se aqui na mulher a materialização da incapacidade.

É ela, a mulher, que por meio das expectativas depositadas no seu papel, que é culpabilizada pelo funcionamento familiar violador de direitos desses segmentos, mesmo quando ela é a própria vítima de tal violação.

É ela, a mulher, que encarna a família para as instituições, que é a negligente, que é quem imprime a violência física, psicológica, é ela que coloca o idoso em situação de abandono e maus-tratos, é ela *‘que gosta de apanhar, se não já teria deixado o marido’*... é ela, a menina, a maior vítima de violações de direitos atendida no PAEFI.

É ela, a mulher, como categoria universalizante, e não a família, e não o Estado, e não a sociedade colonial capitalística.

Na minha experiência profissional de supervisão técnica e de docência com muito desses profissionais, considero que, no âmbito da PSE, as tensões sobre a tradução do princípio da matricialidade sociofamiliar são mais preocupantes, visto que a decodificação feita muitas vezes seria a de família violadora em família incapaz; logo, mulher incapaz. Isso demonstra que as práticas são fortemente atravessadas pela lógica patriarcal e que nem sempre isso tem sido problematizado com robustez.

Acrescido do fato de que as análises dos casos tangenciam muito timidamente os componentes intercessores que produzem os contextos de desigualdade e violência social em que as famílias estão imersas e que tem efeitos de produtor da situação de violação de direitos, ainda há forte centralidade no indivíduo e no romance familiar e pouca transversalidade no sujeito-social. Mesmo que haja um esforço grande de muitos profissionais para romper com essa lógica.

Oliveira et al ampliam o debate problematizando ainda que essa centralidade na mulher-mãe afeta ainda mais as mulheres negras:

[...] cabe-nos pensar como a distribuição planejada e política das vulnerabilidades é pensada pelas equipes que compõem esses serviços, os efeitos disso no cotidiano de mulheres negras pauperizadas e as formas como o Estado as convoca como coparticipantes no enfrentamento de sua própria pobreza. Podemos afirmar, então, que essas mulheres são duplamente foco das políticas de Assistência Social: responsabilizadas pela situação que vivem e por sair da mesma (OLIVEIRA et al 2019, p.148).

Como efeito dessa centralidade heteronormativa da mulher-mãe ao invés da expansão dos processos de autonomia dos indivíduos, como na proposta inicial da PNAS, amplia-se os processos de subalternização das mulheres e das famílias, reatualizando e perpetuando a lógica patriarcal ao invés de construir condições objetivas para a sua ruptura. Santos et al afirmam que “a política de assistência social e suas condicionalidades constituem-se como importantes vetores de fabricação de certos arranjos familiares, de maneiras de ser mulher, constringendo as famílias à repetição de modos de vida hegemônicos” (SANTOS et al, 2017, p. 8).

Desse modo, o Estado gerencia as condutas retirando das mulheres e consequentemente das famílias nessa análise a capacidade de sobredeterminação sobre suas vidas, seus corpos, seus modos de ser. Sendo, portanto, um Estado que favorece a operação da lógica patriarcal.

Se há uma associação direta entre família e mulher é preciso atentar para outras armadilhas camufladas por esta premissa. Devemos lembrar que nem família, e tampouco mulheres são categorias universais, mas operam no imaginário social como universalizantes. Neste sentido, é preciso compreender de quais famílias e mulheres estamos falando e como essas experimentam os processos de desigualdade na sociedade e os vivenciam sua constituição subjetiva, de voz e de cidadania.

Segundo dados do CadÚnico, em abril de 2019 as pessoas que se autodeclaravam pretas ou pardas eram 70,3% e as mulheres representavam 88,5% dos inscritos (BRASIL, 2019). Já dados mais recentes e abrangentes do relatório ‘Economia do Cuidado: exercícios do futuro’ (THINKOLGA 2020), 63% famílias monoparentais femininas no Brasil são negras e estão abaixo da linha da pobreza. Mas o que esses dados demográficos informam? Que a maioria das famílias brasileiras é chefiadas por mulheres negras e pobres e que também essas mesmas mulheres são a maioria das inscritas no Cadastro Único.

Contudo, pouco nos esclarecem quanto aos múltiplos significados do que é ser mulher, negra, pobre, periférica que precisa assumir o cuidado familiar em meio a vivência de cenários econômicos e sociais atravessados pelas lógicas de produção capitalista. Essas informações, se não compreendidas e operadas em uma perspectiva interseccional pouco contribuem para a compreensão da produção da desigualdade estrutural e condição de discriminação e preconceito que esses indivíduos vivenciam.

Essa perspectiva interseccional é compreendida por Crenshaw como interseccionalidade que se refere a “uma conceituação problema que busca capturar as

consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002). Essas intersecções, mais do que se somarem, se atravessam e produzem efeitos nos processos de subjetivação que estão intimamente relacionados ao desempenho das capacidades protetivas familiares e ao papel naturalizado de cuidadoras que as mulheres assumem. E isso é pouco debatido e traduzido nas práticas concretas de trabalhos social com famílias, embora venha sendo problematizada por feministas brasileiras, como veremos a seguir.

Quando analisamos o perfil dos profissionais que atuam na assistência social, a maioria dos trabalhadores é composta de mulheres. Segundo Brasil, “em todos os equipamentos e níveis de complexidade as mulheres são a maioria das trabalhadoras do SUAS³⁹. Isso se deve a uma inserção profissional feminina compatível com as funções privadas de cuidado e acolhimento” (BRASIL, 2018, p. 18). Ou seja, são mulheres que cuidam de mulheres.

Santos et al (2017) problematizam:

Observa-se, portanto, que existe uma instrumentalização da função da mulher na família, mas também para além dela no serviço público. Instrumentaliza-se dessa função da mulher por meio da profissional dos serviços da Assistência Social para promover controle e cuidado das famílias atendidas. Além de ser instrumentalizada para promover controle e cuidado em sua própria família, ela também é utilizada para controle das famílias atendidas nos serviços da Assistência Social (SANTOS, 2017, p. 7).

Batistelli e Cruz (2019) e Oliveira et al (2019) têm apresentado também importantes reflexões sobre esse ponto:

Em nosso país, usuárias e profissionais da assistência, em sua maioria mulheres e com trabalhos precarizados – muitas vezes contratadas como temporárias, com baixos salários – seriam as “escolhidas” para performarem saídas para as vulnerabilidades produzidas contra elas próprias e, geralmente, com poucas possibilidades de resolução efetiva; tornando-as responsáveis individualmente e convocando-as para fazerem parte de uma lógica neoliberal que as torna ineficazes (OLIVEIRA et al, 2019, p.148).

Todo esse circuito de dispositivos que problematizamos demonstram a produção ‘da família’ na assistência social. Esse complexo emaranhado de dispositivos de controle, articulados por meio do discurso da defesa de direito que operam na macro e na micropolítica do SUAS, produz e direciona um olhar, uma escuta, uma valoração sobre quem é a família da assistência social.

³⁹ Na PSB 80,1%, na PSE-média complexidade 77% e na PSE-alta complexidade 77,2% (BRASIL, 2018).

Em operação, acionam e produzem realidades como signos de verdade, produzem uma família vulnerável, que precisa ser conduzida, que pede condução e direcionamento, pois acreditando não ser capaz, se torna incapaz. Andrade afirma que “há um conflito no trânsito entre o campo ético, que privilegia a construção na relação com o sujeito e o campo do poder, que convoca a intervenção direta do Estado” (ANDRADE, 2019, p. 196).

Constatar que a família da assistência social é uma produção dessa própria política não é algo novo, mas nem por isso não produz instabilidades, pois nos provoca a mapear as linhas e segmentos que tecem essa constatação, e isso é provocador. Como dissemos, anteriormente a família é a nossa guia nessa tese e quando essa cartografia foi se fazendo em ato, no contato direto com os espaços e com as famílias entrevistadas, foi se apresentando campos de efeitos muito peculiares.

Os argumentos problematizados até aqui demonstram que a família se apresenta enquanto elemento central das formulações da política de assistência e essa centralidade tem múltiplos efeitos, sendo que a tradução família-mulher-mãe-cuidado-incapacidade é perigosa e nos provoca a pensar que é preciso uma maior compreensão da família sob uma perspectiva interseccional se buscamos não esvaziar as análises sobre elas. As diferenças quando vivenciadas como desigualdade contribuem para a manutenção de lógicas patriarcais que pouco ampliam a discussão sobre cidadania e garantia de direitos.



Entre barulhos e silêncios:

As vozes o que dizem, o que escutamos e qual valor atribuímos

TERRITÓRIO CARTOGRÁFICO 4: ENTRE BARULHOS E SILÊNCIOS: AS VOZES, O QUE DIZEM, O QUE ESCUTAMOS E QUAL VALORAÇÃO ATRIBUÍMOS

Uma questão importante e que tem forte centralidade nessa tese se relaciona à escuta das famílias e qual é o estatuto dado às vozes das famílias pela política de assistência social. O que essas vozes enunciam têm correspondência ou não com o que é ouvido pelos serviços no seu cotidiano de ação? Com essas questões em efervescência na minha mente, o trabalho de campo se iniciou em um misto de alegria e expectativas por conseguir viabilizar as visitas institucionais para as entrevistas com as famílias em um contexto de pesquisa tão árido como o da pandemia de Covid-19.

****Trilha 12****

No primeiro dia de campo, ao chegar ao equipamento, me deparo com diversas pessoas que aguardam a abertura do mesmo. Noto que estão cabisbaixos, olhares distantes, afastados uns dos outros. Enquanto busco me localizar naquele espaço, meus olhos miram uma mulher assentada no meio-fio por onde escorre um filete de água suja, e por um acaso os olhos dela se levantam e de uma forma intensa, também se conectam com o meu. A sensação que tenho é a de que ela me chama com o olhar e assim me coloco em resposta a esse chamado.

‘- Oi tudo bem? Você trabalha aqui?’

Ela me pergunta e eu respondo:

-Não. - Mas já fazendo o movimento de me assentar junto a ela.

Noto que inicialmente ela se surpreende com meu gesto de assentar ao seu lado, também no meio-fio.

Em poucos segundos, ela começa a falar que está ali para tentar resolver um problema no seu Auxílio Emergencial. Que não estava recebendo mais, pois perdeu a senha. Já esteve ali diversas vezes para tentar resolver “o problema no benefício”, mas ninguém conseguia entender o que precisa.

Na medida que o contato com o campo ia se fazendo, comecei a perceber o silêncio com tanta magnitude e, ao analisar qual seria o campo de efeitos que o mesmo ia produzindo, ganhava cada mais espessura e contorno ou esvaziamento, não apenas físico, mas sobretudo institucional das práticas de trabalho na assistência social.

Enquanto observo a recepção de um CRAS, uma usuária entra e quebra o silêncio do ambiente e, ao ser acolhida pela recepção, apresenta suas necessidades, concretas e objetivas, pois perdeu o emprego na pandemia e o seguro-desemprego acabou. Quer saber sobre o Cadastro Único e sobre cursos profissionalizantes. Sua fala, muito tímida, tem uma urgência e uma angústia, não apenas da concretude da vida quanto as informações do cadastro, mas de uma vontade de ser escutada para além do que pergunta.

A atendente, muito cuidadosa e disponível, faz algumas breves explicações burocráticas e agenda o atendimento técnico; noto que a vontade de falar nessa mulher é contida pela burocracia institucional do agendamento. Ela as recolhe, o silêncio se reinstala e ela segue o seu caminho, muda, se

esgueirando de cabeça baixa por uma nesga de sombra que o muro faz na rua do entorno do equipamento.

Em outro espaço, assentada na recepção, observo a chegada de uma senhora por volta de uns 50 anos, esbaforida pelo andar no sol quente, de aspecto simples e carregando uma sacolinha de plástico com diversos documentos pessoais. Ela se assenta ao meu lado na recepção e, sem saber muito o que fazer, se retirava a senha na máquina ou aguardava, observava o ambiente...

Ao abordá-la, pergunto se veio para algum atendimento na assistência social, o que responde que sim: “- preciso resolver o benefício da minha filha deficiente...”. Nesse interim, outra usuária também chega no espaço da recepção. Uma mulher mais envelhecida e com dificuldades para se locomover devido à obesidade. Se assenta mais afastada, não quer falar... mexe na sua enorme bolsa e retira uma sacolinha plástica com uma infinidade de documentos que parece conferir. Essa sacolinha plástica é um símbolo muito emblemático que sempre aparece nas cenas.

Em outro equipamento, apesar de ter um número significativo de pessoas na recepção, o silêncio também se apresenta nas cabeças baixas, olhares distantes; as pessoas se concentram em si mesmas, nada daquela conversação típica de salas de espera, onde as amenidades sobre a vida comunitária são o assunto inicial, ‘hoje está quente, não é? Você mora aonde? Ahhh sim, conheço sua família! Você está sabendo, o que aconteceu aqui no bairro? ...’. Expressões e falas que podem parecer irrelevantes, mas que guardam em si um poderoso instrumento de amalgama comunitário, pois tem o potencial de produzir sentimento de pertencimento social, compartilhamento e contribuir para o engajamento coletivo.

Em outro espaço, este repleto de famílias em situação de acolhimento institucional, ao chegar à portaria, me questiono se ele estaria funcionando, nada de barulho de crianças, de pessoas circulando, um pensamento me toma a mente de forma inevitável: como não há barulho se aqui vivem mais de 30 famílias?

Já em outro equipamento, esse agora localizado bem no centro de um território de grande vulnerabilidade social, o silêncio se apresenta de forma diferente. É um silêncio que vinha da comunidade.

Em um paradoxo entre a calma típica de uma manhã qualquer de outono com o céu azul e o fervilhar característico dessa comunidade, que anteriormente a essa pesquisa já conhecia de outras experiências, o silêncio e a falta de movimento chamam ainda mais atenção. Silêncio esse que só era interrompido pelo ruído, ao longe, de uma máquina de cortar pisos em alguma obra por ali perto, mas que pouco incomodava o cachorro que estava no pátio e se banhava no sol.

(Fragmentos do diário de bordo)

O impacto dessa trilha cartográfica foi profundo sobre a pesquisa e gerou um campo de instabilidade, pois o mesmo tinha contornos de anestesiamento da vida, de uma suspensão de sentido que tenho notado há alguns anos na política de assistência social, mas que não sabia nomear ou explicar com clareza sua origem até o momento em que essa sensação se torna um campo de efeitos na pesquisa e se apresenta como um território cartográfico; assim fui em busca da compreensão dos estratos de sua composição. Sons,

barulhos, vozes...por onde estariam circulando? Por que o esvaziamento foi o campo de efeitos que apareceu com tanta força?

E para buscarmos dialogar sobre essas questões, é importante compreendermos que as vozes e as vocalizações são elementos componentes de discursos. Diversos autores têm se dedicado ao estudo da linguagem e das produções discursivas sob as mais diversas óticas e inclinações teóricas. Não será nosso objeto nessa tese aprofundar esse debate. Contudo, interessa-nos a perspectiva da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough, que afirma que o discurso é uma prática de significação social associada às lutas pela hegemonia social.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Os discursos, portanto, não podem ser entendidos apenas como palavras, mas são práticas, são ações e, em convergência com Foucault (2008), são dispositivos de controle que se dão por meio do exercício de poder. Para Butler, as operações de poder são fundamentais para o reconhecimento dos esquemas normativos e estes possibilitam uma certa circunscrição do que deve ser considerado e reconhecido.

Os esquemas normativos são interrompidos um pelo outro, emergem e desaparecem dependendo de operações mais amplas de poder, e com muita frequência se deparam com versões espectrais daquilo que alegam conhecer. Assim, há “sujeitos” que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas” que dificilmente — ou, melhor dizendo, nunca — são reconhecidas como vidas (BUTLER, 2016, p. 15).

Aqueles que controlam o discurso são também aqueles que detêm o poder de controlar o que pode existir ou não. Segundo Ribeiro “[...] o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (RIBEIRO, 2017, p. 64). O poder de existir estaria associado ao ser reconhecido e o reconhecimento é uma construção histórica e variável que independe da sua condição de aparição (BUTLER, 2015).

E assim é preciso discutir como o discurso sobre as famílias na assistência social vem sendo produzido e por quem. Quais os jogos de saber-poder estão em operação e que tipo de verdade produzem são questões que nos atravessam.

O discurso sobre as famílias na assistência social se constitui, portanto, como prática social nessa e dessa política. Buscando mapeá-lo, me chama atenção a seguinte expressão: *'dar voz'* às famílias. Essa expressão é comumente usada por profissionais e encontrada na literatura sobre o tema com frequência como sinônimo de autonomia e participação das famílias e usuários do SUAS, e me recordo as diversas vezes que ela aparecia na justificativa dos técnicos quanto à intencionalidade das suas ações:

*** *Trilha 13****

- *Nessa atividade 'demos voz' às famílias do Programa Bolsa Família para que elas participassem do planejamento das ações...*
- *Esse grupo de mulheres objetiva 'dar voz' para as moradoras do território do CRAS...*
- *O grupo de famílias que fazemos nas unidades de acolhimento institucional é para 'dar voz' às famílias que estão em processo de reintegração familiar.*

(Fragmentos do diário de bordo)

Essa trilha mostra a naturalidade como a expressão *'dar voz'* é comumente operada na assistência social. Contudo, como devemos desconfiar de tudo que parece natural, se faz importante analisar as linhas que delimitam esse seguimento e os dispositivos que a colocam em movimento.

Mais que uma expressão corriqueira, ela representa uma prática discursiva de exercício de poder que possui determinantes históricos, macro e micropoliticamente colocados que merecem a nossa atenção.

Inicialmente, vamos analisar a expressão em si, *'dar voz'*. Notem que em sua própria construção frasal, o verbo *'dar'* é um verbo autorizador, um verbo que carrega em si uma relação assimétrica de poder na qual outro concede a fala.

Essa relação assimétrica de poder, de concessão de fala, não pode ser analisada sem nos perguntarmos como a racialização, o patriarcado e a classe social têm operado como dispositivos imbricados que moldam e enrijecem ainda mais as linhas da dominação e da subordinação que operam no rizoma do trabalho social com famílias na assistência social.

Se levarmos em conta o passado histórico dessa política, essa expressão é carregada de significados, pois o *'dar voz'* é concebido como uma ação de caridade, de doação, uma conferência externa, algo para alguém que se encontra destituído, incapaz. Esses dispositivos têm operado e definido quem está em condição de incapacidade e que, portanto, a quem deve ser *'dada'* a voz.

E essa pergunta só pode ser respondida por meio de uma mirada histórica para a nossa própria subjetivação como brasileiros, fortemente atravessada pelo processo de ocupação colonial, que, desde os anos de 1500, vem produzindo discursos de desqualificação que impõe, por meio da naturalização das hierarquias culturais, a subalternização de alguns segmentos em detrimento de outros.

O pensamento pós-colonial apresenta importantes contribuições que nos auxiliam a compreender como esses circuitos ocorrem. Para nos auxiliar a compreender a noção de subalternidade nos discursos, vamos recorrer a Spivak (2010)⁴⁰, que, em sua obra *Pode o subalterno falar*, busca discutir como o silenciamento dos sujeitos subalternos é construído por meio de representações de poder hegemônicos.

Assim, a autora define o sujeito subalterno sob uma perspectiva decolonial e interseccional, como aquele que é pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Segundo a autora, o sujeito subalterno é efeito de um discurso dominante produzido por grupos que detém o poder, inclusive dos intelectuais.

De forma convergente, Yazbek afirma que o subalterno é aquele que sofre efeitos da “dominação, a humilhação, o ressentimento, a subordinação, a resistência e outras tantas dimensões do lento processo de constituição de uma identidade social subalterna” (YAZBEK, 2016, p. 45), e essas condições impactam sua inclusão e cidadania.

O pensamento de Spivak (2010) é em parte convergente com a noção foucaultiana de que os discursos são práticas de poder e podem operar para fazer calar, para inviabilizar, para destituir de relevância o que as subjetividades produzidas pela modernidade capitalística teriam a dizer. Ou apenas as autorizando a dizer quando assim o convier. Contudo a autora nos adverte que filósofo parte de uma perspectiva eurocentrada e, portanto, precisa ter seus limites problematizados.

Ribeiro, ao analisar o que é lugar de fala, esclarece que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017, p. 69). Neste sentido, a autora argumenta que a invisibilidade está alicerçada no racismo estrutural heteronormativo, que impacta sobremaneira as mulheres negras, produzindo complexos efeitos nos processos de subjetivação. Assim, escreve que “indivíduos

⁴⁰ Socióloga indiana pós-colonial que integra os chamados estudos subalternos que buscam compreender como as condições de subalternidade se dão na vida social.

pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares dos grupos subalternizados” (ibid., p. 86).

Pensando o nosso campo de análise à luz dessa passagem, podemos considerar que os usuários da assistência social têm sido atendidos como se essas marcas não as subjetivassem também, não atravessassem suas vulnerabilidades e seus silêncios, mas também suas práticas de resistência. Se olha, mas não se vê a origem, a cor, o gênero, destitui o valor e o efeito desses atributos, silenciam-se essas subjetividades, invisibilizando-as no cotidiano das práticas de trabalho social.

Rego e Pianzini, ao analisarem o impacto do programa bolsa família pela ótica das próprias famílias beneficiárias afirmam que:

A privação da voz equivale à falta de reconhecimento do indivíduo como sujeito por parte daqueles que o silenciam ou não querem ouvi-lo, ou até não querem vê-lo, como se além do silêncio lhe fosse imposta a invisibilidade (REGO; PIANZINI, 2014, p. 41).

Neste sentido, Oliveira et al apresentam importantes reflexões sobre a produção de uma prática na política de assistência social e de uma psicologia social sem crítica ante a estes determinantes da desigualdade que está alicerçada em uma lógica de sujeito universal não racializado como aquele que se trabalha no campo das políticas públicas. Problematizam como as “[...] nossas práticas, muitas vezes, são desencarnadas e tomam como chão de suas reflexões um ideário eurocêntrico, masculinista e heterocentrado” (OLIVEIRA et al, 2019, p. 143).

Tal afirmação se sustenta no fato de que os circuitos de produção da desigualdade social no Brasil são atravessados por explicações colonializadas que precisam ser problematizadas e a psicologia precisa se posicionar ante a estes determinantes de produção de subjetividades. Assim, as autoras ainda nos chamam atenção para o fato de que:

A história brasileira com a exploração e a violação dos povos originários e negros é longa e precisa ser revisitada, se o intuito é pensar a produção de conhecimento em Psicologia Social e como essa pode colaborar com o campo das políticas públicas de Assistência Social (OLIVEIRA et al, 2019, p. 144).

Neste sentido, é importante refletir que a política de assistência social, ao se destinar ‘para quem dela precisa’, não pode se eximir de fazer uma análise de a quais pessoas ela se destina.

Obviamente, não estamos nos referindo aqui a análises demográficas gerais, como a apresentada na PNAS (BRASIL, 2004) que, ao fazer a análise situacional da desigualdade neste país, se centra nos aspectos de dispersão demográfica de algumas características como gênero, idade, raça, renda e condição de deficiência. Contudo, o relevante na análise não é se ater a características que se somam, mas sim ao imbricado atravessamento que elas possuem na produção de vetores de forças das relações sociais que moldam e constituem os processos de subjetivação dessa população e a sua constituição de cidadania.

A racialização e as questões de gênero são alguns dos componentes importantes nessa análise e que têm aparecido no debate da assistência social de forma segmentarizada e tímida dificultando, assim, a compreensão da complexidade desses determinantes nas produções dessa política.

Corroboram essa afirmação os estudos de Costa que, ao se dedicar a analisar a transversalidade das questões de raça e gênero nas normativas do CRAS, conclui que os mesmos não consideram “estas dimensões como centrais no trato com as famílias, distanciando-se ainda da consideração quanto à sua percepção como relações complexas e entrelaçadas, denotando a transversalidade da abordagem de forma perene e rasa” (COSTA, 2017, p. 231).

Soares (2017), em sua dissertação de mestrado, analisa, sob a lente do feminismo negro e interseccional como os diferentes marcadores sociais se articulam na produção do sujeito da política de assistência social, reforçando a subalternidade das mulheres negras nessa política. Pereira (2020), ao analisar a percepção dos usuários e trabalhadores sobre as questões de raça, gênero e classe no CRAS, identificou que a existência da exposição a situações de racismo, homofobia e machismo, na perspectiva destes interlocutores, agravam as situações de vulnerabilidade dos sujeitos.

Oliveira et al (2019) discutem que o tema da raça, do racismo e da branquitude precisam ser trabalhados na assistência social, pois se articulam tanto na constituição e implementação como na precarização de políticas públicas. Mendonza (2020) conclui que as ações voltadas para a problematização da temática racial no SUAS têm se mostrado pontuais e que o discurso racista é presente na assistência social e provoca com o convite para que a assistência social encontre sua negritude para superar esses circuitos de produção de desigualdade social.

As pesquisas atuais, em geral, têm demonstrado que ao negligenciamos, na assistência social, os campos de efeitos que as questões da racialidade e de gênero tem na

constituição da cidadania, acabamos por favorecer a manutenção dessas desigualdades por meio de sua naturalização e não problematização no debate e nas ações dos serviços socioassistenciais.

Ou seja, o racismo não apenas contribui para produção de precarização do trabalho cotidiano, demarcando modos de acolhimento e intervenções que se diferenciam conforme a cor de pele das (os) usuárias (os), como pauta a organização dos serviços socioassistenciais a partir de uma lógica universalizante (OLIVEIRA et al., 2019, p. 144).

Ao se pautar a organização dos serviços socioassistenciais sob uma lógica universalizante, se produz uma homogeneização do sujeito-usuário dessa política, não se leva em conta ou, se o levam, o faz de forma superficial e ingênua, os circuitos de produção de desigualdades e violências de toda ordem que as pessoas em situação de pobreza se encontram. A lógica universalizante favorece a invisibilidade e impede que as resistências ante a subordinação circulem com maior potência nos serviços da assistência social.

E aqui merece destaque uma explicação maior desse argumento, visto que a problematização colocada não visa desqualificar a política de assistência social, mas convidar ao debate e à reflexão de que, ainda que abordemos em teoria e nas normativas sobre os determinantes das desigualdades sociais, pouco conseguimos decodificar esses elementos e seus efeitos nas nossas práticas de trabalho social com famílias. Mas por que isso ocorre?

Segundo Boaventura de Souza Santos (2019), isso ocorre porque fragmentamos as análises sobre os componentes que determinam o tripé da desigualdade e isso produz o enfraquecimento da capacidade de compreensão do complexo emaranhado que as assimetrias de poder e as práticas de violência operada nesse contexto de modernidade tem produzido. A análise dos componentes não pode ser segmentarizada, mas precisa ser feita na relação de efeitos que a tríade colonialidade, patriarcado e capitalismo produzem.

Dialogando com Rolnik, seria preciso fazer essa análise tomando como referência tanto o plano macropolítico como o plano micropolítico, assim esclarece:

Mas, por outro lado, é evidente que, como tudo que é vivido no plano das formas e seus códigos é indissociavelmente vivido no plano das forças que as animam e também as desordenam, as distintas posições nas relações de poder na esfera macropolítica (relações de classe, raça, etnia, gênero etc.) têm seus efeitos na esfera micropolítica (ROLNIK, 2019, p. 80-81).

Para se conhecer as complexidades dos processos de produção dessas desigualdades, é preciso considerar quais são e quais efeitos produzem as intersecções dos componentes de desigualdade como a raça, gênero e classe social. Não como categorias macropolíticas que se adicionam, mas sim como categorias que se transversalizam e, como tal, os seus efeitos micropolíticos não podem ser analisados em separado, mas em uma perspectiva de intersecções. Assim, tomamos o conceito da interseccionalidade já apresentado anteriormente como um dispositivo analisador.

A interseccionalidade como um dispositivo analisador das vozes da família

O conceito de interseccionalidade tem suas origens nos debates, nas lutas sociais e nas elaborações teóricas do feminismo negro⁴¹ que se preocupam em problematizar a existência das sutis nuances contidas nas categorias de exclusão como gênero e raça e que, se não forem consideradas, podem operar para análises universalizantes e essencialistas. Essas análises não conseguem explicar as complexidades dos circuitos da produção das desigualdades e assim acabam operando para reproduzi-las, o que contribui para a manutenção do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo.

Lélia Gonzales (2011; 2018) traz importantes reflexões sobre o conceito de interseccionalidade ao analisar a realidade brasileira defendendo que existem especificidades da situação e da experiência das mulheres negras no Brasil que precisam ser analisadas. Afirma que a negação do passado brasileiro, fortemente enraizado na cultura escravocrata, produz o mito da democracia racial que opera por meio da negativa da existência de uma hierarquia presente na sociedade brasileira sob a alegação de que a miscigenação cultural diluiria as diferenciações raciais.

Esse mito tem sustentado o racismo disfarçado muito presente na América Latina e precisa ser explicitado e problematizado, visto que o racismo '*à brasileira*' é mais fortemente sentido pelas mulheres negras. Segundo afirma Gonzales,

No contexto das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se insere de maneira muito bem articulada, a desigualdade sexual. Essa é uma dupla discriminação contra as mulheres não brancas na região: as mulheres africanas e ameríndias. O duplo caráter de sua condição biológica – ou racial e sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região dependente de um capitalismo patriarcal e racista. Precisamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe: os ameríndios e

⁴¹ O campo dos estudos feministas é um campo rico e heterogêneo permeado de diversidade de abordagens, categorias e análises que não serão objeto específico de debate nessa tese.

afro-americanos fazem parte, em sua imensa maioria, do imenso proletariado latino-americano (GONZALEZ, 2018, p. 314).

Kilomba (2012) e Ribeiro (2017) são convergentes com esse pensamento ao afirmarem que as mulheres negras são o *Outro do Outro*: “por não serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade” (RIBEIRO, 2017, p. 39). A autora também denuncia que é preciso fazer uma análise sempre posicionada relativa à raça, gênero, classe social, bem como de outros marcadores sociais em relação às lógicas de circulação de poder e que vão se articular produzindo condições de subalternidade, “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (ibid., p. 61).

A subalternidade não é do sujeito em si, mas é fruto das condições de produção de desigualdade a que este sujeito está submetido, simbólica, cultural e materialmente operada em todos os campos da vida social que geram a destituição de seus saberes, acúmulos e modos de vivência, que geram, por fim, a sua invisibilidade.

Na minha experiência profissional, a maioria dos profissionais na assistência social tem muita dificuldade em compreender e operar essas problematizações. A meu ver, isso se explica por dois campos de dificuldades: o primeiro é de compreender como a transversalidade dos segmentos raça, gênero e classe social produz distintas formas de vivenciar a diferença como produtora de desigualdade gerando interferência na constituição da cidadania dos usuários. E o segundo, ainda que haja algum reconhecimento, as práticas de atuação não conseguem oportunizar espaços para produzir problematizações, deslocamentos quanto aos circuitos de sua produção; muito pelo contrário, a tendência é reforçá-los ainda que de forma indireta. A questão da compreensão aqui não tem relação com o conhecimento teórico em si desses conceitos, mas sim como eles, em operação, geram efeitos.

Por diversas vezes, no processo de apoiar metodologicamente as equipes técnicas no desenvolvimento de oficinas com famílias, estávamos construindo uma atividade para famílias em situação de extrema vulnerabilidade social que eram alvo de um programa intersetorial no município. As famílias participantes eram selecionadas por meio da análise de perfil cadastral que considerava a renda, o tipo de composição familiar, o número de dependentes, bem como outras características que as colocavam como prioritárias para atuação – assim, eram famílias monoparentais femininas, com múltiplas

crianças e adolescentes e em situação de pobreza e extrema pobreza. A questão de raça aparecia, mas era secundária na caracterização formal do perfil de elegibilidade.

No diálogo sobre o conteúdo da atividade, quando problematizamos quem de fato era essa família, uma família em que o único adulto referência era uma mulher negra e os múltiplos significados disso, havia muita dificuldade das equipes técnicas compreenderem as intersecções entre renda, raça e gênero, contido nessas situações de desproteção e que era um dos principais componentes a serem problematizados para se construir práticas emancipatórias com as famílias. E acrescido a isso, mais do que um perfil cadastral a ser focalizado, essas famílias vivenciavam de forma muito peculiar as situações de desigualdade que atravessavam suas vidas e as atividades deveriam tentar se conectar com essas dimensões e campos de efeitos para apoiá-las no processo de constituição de cidadania.

Segundo dados já apresentados aqui, a maioria das famílias usuárias da assistência social encontra-se abaixo da linha da pobreza e se autodeclararam negras e com a predominância de mulheres como a referência familiar (BRASIL, 2018; 2019).

Essas questões da prática têm municiado o debate teórico-acadêmico em construção sobre a política de assistência social, e as problematizações já existentes nos fazem refletir se seria a assistência social uma política para pobres. Ou melhor colocando os termos: seria uma política para pobres negros? Ou refinando ainda mais: uma política para pobres negras e periféricas?

Estaria a política de assistência social construindo suas atuações sob um ideal colonial-capitalístico de compreensão da realidade social?

E que subjetividade e cidadania seriam essas que estão sendo (re) produzidas nessa política? Uma subjetividade e cidadania predominantemente negra, pobre e periférica. Negra, visto que a maioria das famílias usuárias da assistência social se declara como tal e é chefiada por mulheres, pobre e periférica, uma vez que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza e que residem em territórios de alta vulnerabilidade e risco social à margem de acessos das estruturas de oportunidade.

Essa subjetividade, bem como essa cidadania, tem sido construída e operada não para valorizar a potência da diferença, da multiplicidade que esses campos de pertencimento possuem, mas sim para invisibilizar, equalizar, controlar, anestesiá-las, deixar morrer, pois são ‘menores’ – desqualificadas aos olhos e interesses do capital. Como colocado por Rolnik (2015), uma subjetividade capitalística.

Questões absolutamente perturbadoras para uma política que nasce buscando promover a equidade social, buscando combater todas as formas de discriminação e opressão. Entretanto, embora incômodas, essas questões sem dúvida atravessam o cotidiano do SUAS e produzem sérias consequências para a produção das subjetividades e da cidadania dos usuários. Essas são questões sérias que precisam ser maduras e francamente problematizadas dentro do SUAS.

Neste sentido, proponho que pensemos o tripé da desigualdade estrutural, colonialidade, patriarcado e capitalismo em interlocução com Deleuze e Guattari (1996) como linhas duras que compõe o segmento macropolítico no qual o paradigma de modernidade eurocentrado tem se sustentado e produzido efeitos nos processos de subjetivação. Essas seriam as linhas mais fortemente enrijecidas que se emaranham, se transversalizam, se molecularizam com outras tantas para formar o segmento do rizoma que denominamos de modernidade eurocentrada. Elas estão presentes no desenho de Estado, nas formulações das políticas públicas, nas formações acadêmicas; enfim, elas estão presentes em todo tecido social e tem há anos produzido lógicas de dominação e violência que subalternizam e destituem determinados modos de vivência. Segundo Rolnik (2019), elas estão presentes em nosso inconsciente colonial capitalístico.

E esses modos de vida a que nos referimos, mais do que outros que são privilegiados, precisam de ações de controle, de tutela, de gerência que vão garantir sua manutenção e a sua reprodução, pois são úteis ao modo de acumulação de riqueza.

Retomando os ensinamentos de Foucault (2008), a sutileza dessas práticas de controle e gerência se dão por meio das táticas de governamentalidade, que deixa de ser individual e passa a ser coletiva, e ao qual interessa agora o controle da população, o que se faz produzindo um modo de subjetivação homogeneizante que não favorece o reconhecimento da diferença. Assim, o Estado é um importante operador dessas táticas no nível molar, à medida em que normatiza a vida social, mas também porque, ao fazê-lo de forma molecular, alimenta as bases de sustentação do segmento, tornando-o cada vez mais endurecido (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Isso se dá por meio dessas linhas que se molecularizam de forma cada vez mais sofisticada. Essa sofisticação acontece principalmente por meio da micropolítica reativa, operando uma lógica tão engenhosa de dominação e subalternização que vai funcionando de forma a naturalizar essas assimetrias de poder operando para fazer destituir as diferenças, para anestesiá-las a circulação da vida e contribuir para a produção de subjetividades úteis ao capital (ROLNIK, 2015).

Por isso mesmo, ao problematizarmos a expressão ‘dar voz’ sob as referências debatidas aqui, buscamos analisar a produção de desigualdades na modernidade e compreendermos que o componente autorizador, de concessão de fala e autonomia do outro, no que se refere a essa tese, às famílias da assistência social, vai para além de práticas do segmento caritativo e tutelar das origens dessa política, como poderíamos inicialmente pensar. Propõe-se compreensões mais profundas desses circuitos que são alicerçadas na colonialidade do poder que estão nas origens desses próprios segmentos de caridade e tutela que tanto discutimos no SUAS, mas pouco entendemos enquanto campo de efeitos na vida das famílias.

O nosso não entendimento, ou o entendimento fragmentado dos efeitos da desigualdade como produção atravessada pelas questões da colonialidade do poder são terrenos férteis para a instalação das micropolíticas reativas que operam no cotidiano da política de assistência social. Arrisco a dizer que parte da micropolítica reativa que mina a produção de encontros de maior potência com as famílias encontram suas bases nessas origens. Neste sentido, é importante refletir como as práticas micropolíticas reativas emergem na Política de Assistência Social. E a expressão ‘dar voz’ é um exemplo disso.

Portanto, ao ‘dar voz’, escolhe-se também o que se ‘dá ouvidos’, o que se valora, como se julga, com quais analisadores e como utilizamos disso para operar nossas práticas de trabalho com famílias.

E assim retornamos a Spivak, que aponta que uma outra dimensão da fala é a escuta; segundo a autora, o subalterno não pode falar porque ele não é escutado. “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher-negra, pobre’ como um item respeitoso na lista de prioridades globais” (SPIVAK, 2010, p. 126). O sentido de tal afirmação parte da noção de que para uma fala de resistência ser ouvida, ela precisa ser representada⁴² dentro dos discursos hegemônicos, o que, para Spivak, não ocorre porque o sujeito subalterno não é representado no discurso ocidental, branco heteronormativo que é o prevalecente.

Contudo, como pontua Rolnik (2019), a posição de subalternidade aceita que há existência de um soberano que o faz o subalterno e isso tem efeitos:

[...] sofrer opressão, exploração e exclusão (as quais situam-se na esfera macropolítica) produz no sujeito a experiência de que sua existência não tem valor, o que lhe gera um intolerável sentimento de humilhação [...] Os traumas de classe, de raça e de etnia estão entre os mais graves e difíceis de superar,

⁴² Spivak (2010) aprofunda de forma importante a discussão sobre representação, alegando que essa nunca será uma categoria estável e sempre uma posição construída em discurso.

porque não param de se reproduzir do começo ao fim da existência do indivíduo, de sua família e de sua comunidade (ROLNIK, 2019, p. 82).

Os efeitos dessa vivência podem ter dois caminhos para a autora: o primeiro, micropolítico, reativo por machucar ainda mais a vida devido ao medo que o colapso gerado pela humilhação e abusos sofridos em virtude ao lugar que lhe é socialmente atribuído provoca levando a uma submissão ainda maior⁴³. E um segundo, que, em resposta à mesma ameaça sofrida, pode seguir o caminho de uma micropolítica ativa:

Mas a mesma ameaça à integridade pode, ao contrário, gerar uma resposta ativa: impulsionar os subalternos a reconectar-se com o saber-do-vivo por uma questão de vida ou morte. Isto os leva a buscar rasgar o véu das narrativas fantasmáticas construídas a partir de seu duplo trauma que mascaram a causa de seu mal-estar, deturpando sua visão da realidade, movidos pelo impulso de retomar as rédeas da pulsão vital em suas mãos. Quando isto acontece, eles tendem a atingir um alto grau de lucidez e ganham mais força não só para resistir micropoliticamente tanto ao abuso como à humilhação, mas também para sua luta macropolítica contra a opressão, a exploração e a exclusão (ibid., p. 82).

Em certa medida, podemos nos aproximar aqui do pensamento de Ribeiro, quando afirma:

Colocá-las em lugar de quem nunca rompe o silêncio, mesmo com todos os limites impostos estruturalmente, seria confiná-las na mesma lógica que vem combatendo? Seria confiná-las num beco sem saída, sem qualquer possibilidade de transcendência. Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias (RIBEIRO, 2017 p. 75).

Essas outras geografias de olhar, que não representam apenas o das populações urbanas, mas também as geografias dos olhares quilombolas, ciganos, povos tradicionais, da população ribeirinha, pessoas com trajetória de vida nas ruas, indígenas, dentre tantas outras, são formas de experienciar o mundo e carregam em si a virtualidade da potência da vida que, para desenvolverem em plenitude requerem, não que seja ‘dada a voz’, e sim o que chamaremos aqui nessa tese de ‘condição de expressão voz’. Como o que representa o que é intrínseco, imanente, composto de linhas de virtualidade e de possibilidade de enunciação e que não requer autorizadores externos, mas condições para sua expressão.

Linhas de virtualidade ocorrem quando a multiplicidade se lança na exterioridade, no fora de nós, no fora das nossas colonialidade e nos faz entregar à relação, ao agenciamento. O agenciamento sustenta a atualização do virtual, a enunciação que

⁴³ Rolnik (2019) explora como exemplo dessa reatividade a parcela da população desfavorecidas que apoia fervorosamente figuras e discursos políticos como o de Jair Bolsonaro ou que reivindica a volta da ditadura militar.

permite a invenção, a transformação e é sempre produto das forças que lá circulam, do coletivo.

Para se estabelecerem as condições para emissão das vozes, é preciso romper com lógicas de escuta que não se afetam pelas diferenças, escutas que só ouvem o que convém. É preciso que se respeite a singularidade; isso convoca a uma percepção de que a realidade social não é apenas uma determinada pela modernidade eurocêntrica e sim provisoriades que devem ser questionadas.

Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, conseqüentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas (QUIJANO, 2010, p. 75).

Kilomba afirma que há um medo do colonizador em escutar a voz, como se ela denunciasse um segredo:

[...] há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que escutar. Ele/ela seria forçado a um confronto desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que foram negadas, reprimidas e mantidas em silêncio, como segredos (KILOMBA, 2012, p. 20).

Que segredos não estamos escutando das famílias na assistência social? Por que não damos ouvidos às diversas formas como os usuários lidam com as assimetrias e desigualdades em suas vidas nos gera tanto desconforto? Será porque, nós, os operadores dessa política, também não a produzimos? Segundo Oliveira et al:

Traria, por fim, como possibilidade “dar ouvidos” às vozes que não cessam de serem pronunciadas por usuárias (os) de serviços públicos nos quais atuamos e que nos contam sobre os modos como lidam com suas vidas (e com a morte). Uma pergunta que esse tipo de discussão provoca: que tipo de fissuras suas narrativas produziriam, caso fossem ouvidas efetivamente (OLIVEIRA et al, 2019, p. 144).

Trilha 14

[...] *Esse rapaz aqui... ele nem espera você terminar o que você vai falar e ele já fala que não tem jeito.* – (Familiar 1 ao relatar sobre o atendimento que recebeu)

[...] *eu tentava explicar, mas ninguém me escutava...falaram que eu não podia ficar com ele (neto) só porque eu tinha esquizofrenia e tava morando na favela* [...] – (Família 2 ao relatar sobre quando a filha morreu e precisou assumir a guarda do neto)

[...] *eu não fazia atendimento com elas não, eu não gostava de conversar com elas não. Eu não gostava não... Às vezes quando ela via que a gente tava muito triste assim, muito com vontade de matar alguém, vontade de fugir, conversava*

um pouquinho, pedia pra acalmar. – (Família 3 ao relatar sobre sua experiência com as técnicas que trabalhavam na unidade de acolhimento).

(Fragmentos do diário de bordo)

O que os fragmentos apresentados nessa trilha cartográfica denunciam caso fossem efetivamente escutados? Que uma usuária mulher-negra tem o direito de não ser interrompida em sua fala ao buscar por orientação e direito em uma repartição pública? Que uma avó não pode ter o direito de cuidar de seu neto, que acabou de perder a mãe, porque tem transtorno mental e é pobre? Essas condições a incapacitam e destituem arbitrariamente do direito a convivência com o neto? Que uma jovem em situação de acolhimento institucional não precisaria ser ‘acalmada’ em seu inconformismo pela vivência da ruptura dos vínculos familiares que a situação de acolhimento lhe impunha e sim compreendida nos efeitos de desestabilização que vivencia em decorrência de tal situação?

Como no poema *Vozes-Mulheres* de Conceição Evaristo – será que essas vozes não escutadas não gritariam a trajetória de mulheres negras no Brasil (EVARISTO, 2019)? E o que não escutamos, como operadores de políticas públicas forjadas em lógicas eurocêntricas, não seria o medo do colonizador que Kilomba (2012) nos alerta?

Os fragmentos da trilha cartográfica foram expressos nas entrevistas com muito inconformismo pelas famílias, a sensação de serem interrompidas, tolhidas e interditadas na sua condição de expressão de voz, ou se parcialmente escutadas pouco compreendidas por buscar explicar e ninguém entender. Fica evidente que reside nesse ponto a incapacidade de escuta se traduzindo em invisibilidade. Por que essas vozes não puderam ser escutadas em sua diferença e autonomia?

A impossibilidade de articular suas exigências e até de descrever a própria situação em termos de um ponto de vista que não seja o das classes dominantes resulta em inevitável perda de autonomia. Autonomia pressupõe o sujeito ser capaz de se firmar perante o outro como ator apto a fundamentar verbalmente suas ações, intenções, desejos e necessidade (REGO; PIANZINI, 2014, p. 41).

Portanto, é preciso problematizar que os agentes da escuta – os operadores do trabalho social com famílias, são atores sociais que tem suas subjetividades e práticas de atuação também influenciadas pela mesma modernidade eurocentrada, que, ainda que tenham projetos profissionais fundamentados em compromissos democráticos e de direitos, se não se deslocarem desse modelo vão contribuir para reproduzir a invisibilidade dos usuários devido à engenhosa molecularização das linhas duras do

modelo e da sua coextensividade no campo social que compõe o rizoma por meio das micropolíticas reativas de cotidiano do trabalho social.

Paulon e Romagnoli afirmam que “o trabalho de agentes promotores de políticas governamentais, a posição privilegiada de classe, raça, etnia, gênero ou qualquer outra facilmente convida a hierarquizações que mais reforçam nossas diferenças e despotencializam aqueles que já entram nesta relação por sua condição desfavorecida (PAULON; ROMAGNOLI, 2018, p, 180). Silveira acrescenta:

As relações conservadoras dificilmente são superadas sem rigor teórico-metodológico e direção ético-política, já que prevalece no cotidiano a internalização de valores baseados em padrões considerados adequados, forjados nas tradições e no preconceito. Sua ideologização tem consequências que se colocam na contramão da democracia (SILVEIRA, 2011, p. 21).

Portanto, a não escuta e/ou a seletividade nessa escuta por parte dos profissionais é um componente estrutural e simbólico que contribui para a invisibilidade, para a perda de autonomia dessas famílias e podem ser consideradas como dispositivos que fazem operar os estratos duros que compõem o rizoma do trabalho social com famílias.

As trilhas cartográficas do campo que apresentamos geraram forte impacto na pesquisa não por demonstrarem o silêncio em si, mas a invisibilidade. Uma invisibilidade construída por discursos de naturalização das desigualdades e muitas vezes mantida pela dimensão macropolítica e micropolítica da assistência social. Na macropolítica e na micropolítica reativas, os discursos produzem modos de existência, representações, imaginários de como as coisas são e de como deveriam ser reconhecidas (FHERCLOUGH, 2001).

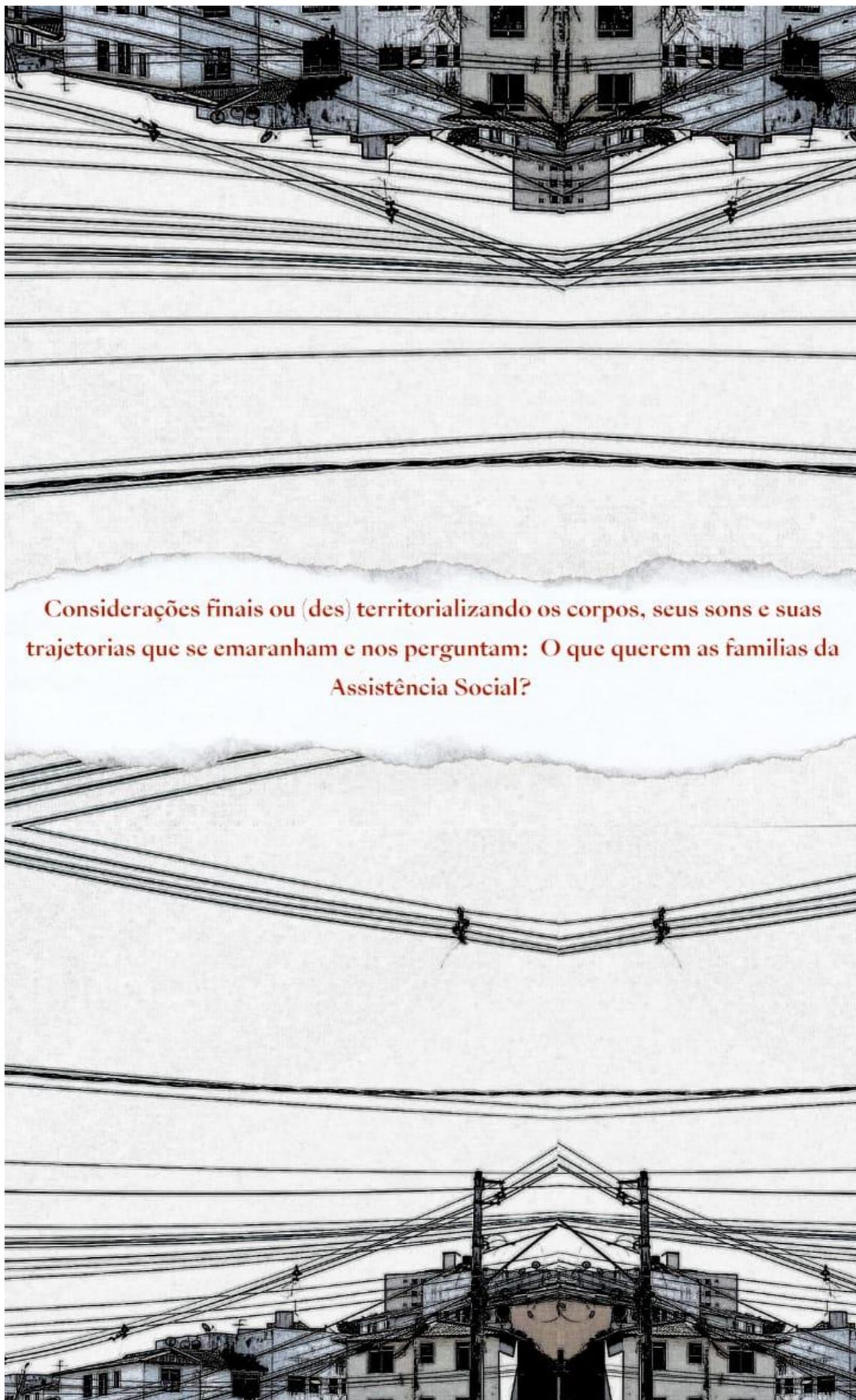
Butler vai problematizar que o reconhecimento é diferente de apreensão, ainda que por meio dos dois seja possível conhecer. Para a autora, a diferença seria:

Apreender uma vida é diferente de reconhecê-la, embora ambas se deem como formas de conhecimento. Na apreensão, apenas ocorre o conhecimento de uma vida, mas não necessariamente o reconhecimento de uma vida por outra vida. Para que este último aconteça, seria necessário indagar as condições gerais de reconhecimento (BUTLER, 2015, p. 354).

Para que o reconhecimento aconteça, ele precisa que sejam criadas condições de reconhecimento, que funcionam tanto como uma borda que emoldura como uma norma que enquadra o desviante e as coisas reconhecidas “preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento” (BUTLER, 2015, p. 19). Assim, essas condições de reconhecimento demandam que haja uma representação.

[...] deparamo-nos com a suposição de que aqueles que ganham representação, especialmente autorepresentação, detêm melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos (BUTLER, 2015, p. 24).

Isto posto, podemos considerar que não damos a voz à família no sentido de autorização, pois essa autorização não possuímos. O que possuímos seria apenas a capacidade de criação de condições para que elas enunciem a si mesmas, enunciem sua multiplicidade, portanto somente as conheceremos se deslocarmos nossas chaves de compreensão do mundo, nos abrindo para as linhas de fuga que se agitam no fora de nós e nos provocam a alterar as bordas com as quais estabelecemos contato para conhecer as famílias. Somente se alterarmos os nossos enquadres de reconhecimento é que seremos capazes de reconhecer vida em outra vida (BUTLER, 2015).



TERRITÓRIO CARTOGRÁFICO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS OU (DES) TERRITORIALIZANDO OS CORPOS, SEUS SONS E SUAS TRAJETÓRIAS E NOS PERGUNTANDO: O QUE QUEREM AS FAMÍLIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL?

Escolher uma pergunta como título de uma tese não é algo simples, pois pode produzir a falsa sensação de que a mesma será respondida em algum momento. Contudo, usar uma pergunta como um ponto de inflexão do discurso, é uma ideia cheia de possibilidades e foi com essa pretensão que a utilizamos.

Seguindo os argumentos apresentados até aqui, a política de assistência social é atravessada pelos efeitos macro e micropolíticos de sua produção, o que se faz em um caldeirão de concepções e visões de mundo que muitas vezes são ancoradas na lógica de uma sociedade colonial capitalística. Colonialidade que opera macropoliticamente para fazer que as diferenças sejam anestesiadas e vivenciadas como desigualdade devido a uma série de dispositivos de controle e táticas de governamentalidade que são engendradas nas políticas públicas, contribuindo para a produção de um tipo de subjetividade, um tipo de família alvo – em todos os sentidos do termo.

Ao me encontrar com as famílias e suas vozes e me deixar guiar por elas, foi-se traçando um percurso, um caminho repleto de matizes, de gradações entre sons e silêncios que emergiam à medida que percorria os jogos de verdades produzidos na macro e micropolítica da assistência social. Esse percurso me auxiliou a chegar a uma resposta, ainda que provisória, à pergunta que me orientou até aqui: o que querem as famílias da assistência social?

- Não sei! Não sei o que as famílias querem da assistência social!

A simplicidade de tal resposta não é em nada diretamente proporcional à explicação da mesma. Demandou um trabalho árduo de desterritorialização e retorritorialização que ainda está em operação.

A busca da *'família como alvo'* – construída e formatada pelos discursos tecnicistas das profissões, das estatísticas, da vigilância socioassistencial, dos cadastros e do gerencialismo público – foi a forma como sempre se buscou as famílias. Conforme Butler nos alerta, “apreendemos a precariedade da vida através dos enquadramentos à nossa disposição” (BUTLER, 2015, p. 28). E assim, sob essas referências, (re) produz-se a família vulnerável, a família em risco, a família em sua incapacidade.

Como esse é o alvo que se busca, só se escuta isso. Fecham-se as possibilidades de outros agenciamentos que deem passagem para escutar a potência de vida que existem nessas mesmas condições.

Logo, de nada adianta toda essa luz que se joga sobre a família – a centralidade na família contém o excesso de luz pode cegar – e com isso fazer emergir a invisibilidade como um não reconhecimento da diferença que é dita e vivida pelas famílias, o que se traduz em uma incapacidade de escutar, especialmente suas lógicas e práticas de resistência diante dos complexos circuitos de desigualdade que vivenciam. Mas qual seria a diferença entre ouvir e escutar?

Em uma busca rápida no dicionário, encontramos que ouvir é o ato mecânico referente ao sentido da audição; já a escuta é uma ação que depende da vontade de prestar atenção, de compreender o que é dito de reflexão e assimilação do conteúdo vocalizado. Esta assimilação do que é vocalizado passa por um reconhecimento. Segundo Butler, “o reconhecimento depende das condições de ser reconhecido e estão igualmente condicionados à inteligibilidade ou ao “esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível” (BUTLER, 2015, p. 21).

Como ouço, mas não escuto, sob um dado referencial normativo de reconhecimento de suas vozes, produzo a invisibilidade. Ela surge justamente em decorrência disso: da incapacidade de prestar atenção em outras nuances e de compreender o que está sendo dito, não necessariamente às palavras em si, mas o que o campo de efeitos do que ela diz produz no seu processo de subjetivação e de produção de cidadania.

Não compreendemos como a colonialidade do poder, que se associa com o racismo, a necropolítica, a lógica patriarcal e a interseccionalidade nessa sociedade colonial capitalística, opera fazendo morrer a existência da diferença, da potência da vida, bem como quais práticas de resistências as famílias criam em seus cotidianos. É isso que não se consegue escutar.

Portanto, decifrar o que as famílias querem e como elas tem buscado alcançar os seus objetivos só é possível por meio da abertura para a diferença mediada por agenciamentos. E para agenciar é preciso oportunizar encontros genuínos. Na ausência de agenciamentos, nada é produzido, nada é criado, apenas é replicado.

Mas como romper com a paralisia de tal constatação? Um primeiro passo é reconhecê-la e, uma vez feito isso com todas as instabilidades paradoxalmente

inquietantes que tal constatação pode produzir, se lançar a experienciar seus efeitos e se abrir para outras conexões possíveis.

Um caminho interessante para romper com isso seria considerar a família como agenciamento; segundo Cardoso, adotar essa perspectiva significa que “mais importante do que se perguntar qual seria a essência da família ou quais seriam os critérios para se detectar sua normalidade ou sua estabilidade, mais importante é se perguntar como uma família funciona” (CARDOSO, 2020, p. 31).

Caminhando junto às famílias e me deixando guiar por elas, vislumbrei no percurso outros horizontes. Portanto, para tocar algum ponto de resposta a essa pergunta, foi preciso encarar a família, em imanência, foi preciso “pensar o acontecimento singular, criar tessituras entre os casos, e não ordená-los a partir de um ponto comum, ou seccioná-los a partir de critérios segmentares (FONSECA et al, 2008, p. 43). Foi ter a família como horizonte de acontecimentos, como nos propõe Deleuze e Guattari, tarefa que não foi fácil de ser produzida.

[...] não o horizonte relativo que funciona como um limite, muda com um observador e engloba estados de coisas observáveis, mas o horizonte absoluto, independente de todo observador, e que torna o acontecimento como conceito independente de um estado de coisas visível em que ele se efetuará (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 51).

Segundo Deleuze e Guattari (ibid., p. 52), é no horizonte do acontecimento ou no plano de imanência, em uma espécie de fundo, que a família-conceito irá se destacar. E assim, nesses percursos, foi preciso uma experimentação por meio da exploração cartográfica, do campo de imanência, capaz de operar tal efeito. E neste sentido, Fonseca et al provocam:

Há que se pensar em uma micropolítica dos encontros, das conversas, das afetações enfim. Precisamos pensar estratégias que vençam o medo da dissolução das identidades no contemporâneo sem apresentar como resposta o recrudescimento contra aquilo de impuro, de heterogêneo que tangencia nossos grupos (FONSECA et al, 2008, p. 43).

Somos, eu e você, capazes de estabelecer encontro e assim escutar às famílias para além de simplesmente ouvi-las? Seremos capazes de ver o invisível, escutar o inaudível – conectar com outras frequências e sons? Fazer do nosso encontro com elas – e delas conosco – um campo de efeito de maior potência para a insurgência de micropolíticas ativas? É no campo micropolítico, molecular onde se dão as relações com o outro, com o fora, que “funciona pela busca de conexões intensivas, atualiza forças e constrói linhas

de fuga, operando desterritorializações, processos cambiantes e movimentos. (ROMAGNOLI, 2020, p. 465).

Agenciar com o fora das famílias é buscar a transversalidade por meio do entendimento que é ela é capaz de romper com as horizontalizações e verticalizações “é resistir à reprodução de hierarquizações para que encontros potentes se efetuem, para que a vida circule (ibid., p. 466). É resistir ante à colonialidade do saber, do poder sobre elas e sobre nós mesmos. E questionar o que se acredita ser verdade sobre elas, compreendendo que essa verdade é uma produção colonializada.

Apostar na transversalidade é apostar na imanência, no fora de mim, que se faz no coletivo. O coletivo aqui é a multiplicidade, a pura diferença de fluxos intensivos onde a vida circula “como algo em construção, buscando o coletivo onde não se via, onde ele não circulava, sustentando novos desejos emergentes, outras formas de estar juntos, outros modos de vida” (ROMAGNOLI, 2020, p. 466).

É perceber outras possibilidades de família e não apenas aquelas que (re) produzimos sobre as réguas colonizadas das nossas normas de enquadramento capitalístico e delas se aproximar. Porque não nos enganemos, a potência da criação da vida sempre vai vazar, a vida vai sempre resistir, por mais endurecido que seja a composição de realidade que esteja em operação. E é com esse vazamento, com esse filete de vida que precisamos estabelecer a nossa resistência micropolítica, pois se assim não o fizermos, não seremos capazes de produzir insubordinações. Como Rolnik aponta:

[...] perde-se o acesso à imprescindível experiência de habitar a trama relacional tecida entre distintos modos de existência e, sobretudo, de sustentar os possíveis efeitos transformadores que disto decorreriam, tornando caduca a cartografia dominante. Em outras palavras, o que se interrompe com essa visão reduzida à macropolítica é a possibilidade da força vital cumprir seu destino ético: a invenção de respostas às necessidades de mudança, advindas precisamente dos efeitos da alteridade (humana e não humana) nos corpos que compõem o tecido social. É a partir de tais efeitos que emergem os devires da vida coletiva, próprios da insubordinação micropolítica (ROLNIK, 2019, p. 78).

Talvez, se formos capazes de fazer isso, conseguiremos começar a compreender o que as famílias querem da assistência social. É uma vez que consigamos de fato, a tomaremos como centro e referência de uma política pública – não de forma instrumentalizada como peças de um jogo de xadrez operado por mão invisível, mas como agenciamento, como devir de formas de existência – delas e nossa – mais potentes.

Considero que ter as famílias como guia seja mais interessante do que tê-las como alvo, mais do que *‘dar voz’* a elas, construir condições de vocalização da voz seja uma alternativa. Elas não são as *‘minhas famílias’*, pois em nada me pertencem – *são vendáveis que se soltam, não querem piedosas intenções, muito menos definições e se negam a ir por onde determinamos* – são multiplicidades traçando outras estéticas de existência, outras geografias, outros percursos, trilhas e caminhos.

Logo, não saber o que as famílias querem é um primeiro passo para, de fato, estabelecer condições de expressão de voz e assim conseguir se conectar com a boniteza – como diz Guimarães Rosa – que um modo de existência diferente do meu é capaz de produzir – agenciar com a diferença e não colocar o saber-poder em funcionamento contra a vida, mas a favor dela.

Não estou dizendo aqui apenas que toda a família é diferente de forma simplista. É um risco cair nesse relativismo ingênuo e totalizantes, uma vez que diferente, todos nós somos. Estou dizendo de diferença como multiplicidade. A família encarada em sua multiplicidade é puro rizoma e assim voltamos a Deleuze e Guattari:

O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno, nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria (n+1). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído (n-1) (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1995, p. 32).

Tomar a família sobre essa perspectiva da multiplicidade e descolonizar o nosso conhecimento sobre ela. Seria uma posição que pode favorecer uma micropolítica ativa para aqueles que realmente estão na busca pelo *‘o que querem às famílias?’*

Neste sentido devemos escutar as vozes das famílias da assistência social sempre como uma provisoriedade das formas de uma existência que são produzidas em uma realidade de desigualdade diferente da de quem a escuta. Se a escuta das famílias não se pautar nessa diferença – diferença de lugar de escuta - nunca poderemos contribuir na produção de condições de vocalização das reais necessidades dos usuários. Somente a compreensão da diferença do lugar da escuta poderá produzir o reconhecimento da multiplicidade das formas de existência. E, se assim não fizermos, nunca saberemos o que realmente as famílias querem da assistência social.

E esse nosso não saber, nessa perspectiva, é um problema porque se torna um vetor de forças micropolíticas reativas, de reproduções e julgamentos no cotidiano das nossas práticas de trabalho com famílias. E em uma realidade tão grave de desmantelamento de direitos sociais e da ampliação do discurso conservador e necropolítico, que ganham a cena das políticas públicas, o saber-poder não tem se colocado como vetor de resistência, pelo contrário – cada vez mais tem sido usado como dispositivo governamentalizador de um modelo de subjetividade capitalística – modelo que se busca tanto combater.

Como nos lembra Oberg é preciso “romper com o poder sobre a vida para nos agenciarmos com o poder da vida” (OBERG, 2015 p, 115). Fonseca acrescenta, “esta perspectiva traz um passo a mais ao que primeiramente entendíamos enquanto biopolítica e sua caracterização como “poder sobre a vida”. Tratando-se de um plano em que as intensidades produzem arranjos, formas e enunciações, cabe tomar a biopolítica como potência da vida” (FONSECA, 2008, p. 42).

Diante disso novas questões se abrem: como a política de assistência social pode se reconectar novamente com essas vibrações com essa micropolítica dos corpos fazendo transformar novamente o instituído da Assistência Social? O que seria preciso alterar no campo das práticas de trabalhos social com famílias para isso? Por onde circulam as práticas de resistência? Das famílias e de nós mesmos? O encontro com as famílias nessa tese, provocou a reflexão de que as práticas de resistência das famílias não têm encontrado muito espaço na assistência social para circular e assim elas têm buscado outros circuitos para se estabelecer. Mas quais circuitos seriam esses é uma questão que abre.

As respostas para essas perguntas são importantes, pois podemos encontrar nelas pistas de como enfrentar estrato conservador e tutelar que só cresce na nossa sociedade – macro e micropoliticamente e que tem operado a passos largos no processo de desmonte do SUAS.

Por isso mesmo. Uma reflexão dura, mas honesta precisa ser feita pelo SUAS e por aqueles que atuam na assistência social. E essa reflexão precisa ser feita de forma crítica, como nos lembra Foucault (1990), criticar é interrogar a produção dos discursos de verdade. Na assistência social isso é tarefa complexa institucionalmente, visto que pode ser interpretada como pouco produtora, já que estamos em um contexto de tão graves ameaças a direitos sociais duramente conquistados. Porém é urgente a sua necessidade. É preciso ter coragem para se olhar para dentro, até mesmo porque, somente se assim o fizermos seremos capazes de resistir.

É preciso que essa política faça a sua própria análise de implicação – macro e micropoliticamente – Para travar o bom combate é preciso conhecer o inimigo, suas lógicas suas táticas, é preciso reconhecer que ele não está apenas lá fora, não é a família, não é o desmonte, não é o atual governo, o inimigo do SUAS também está, em parte, em nós mesmos.

Na nossa recusa em questionar os jogos de verdade, os circuitos de sua produção institucional, como nos colocamos e que posições assumimos nesse jogo de forças, na nossa micropolítica reativa de cotidiano. Não é nos esquivando dessa árdua e inquietante tarefa da crítica que estaremos defendendo o SUAS.

Identificar, compreender e criticar as nossas capturas macro e micropolíticas institucionais é um processo de reflexão e de luta diários, visto que somos convocados a sustentar, em atos e não em palavras, o nosso compromisso ético-político de não maltratar a vida, como destacam Paulon e Romagnoli.

Assim, essa foi a reflexão realizada nessa tese por mim e pela parte do SUAS que sou. Como abordado no início dessa cartografia esse foi o campo de efeitos dos encontros das famílias com a assistência social e dessas duas com essa *praticien-chercher*. Um percurso que produziu desestabilizações, interferências não só na produção da pesquisa, mas em meu trabalho no SUAS.

Não saber o que as famílias querem foi o fim da minha caminhada nessa tese tendo as famílias como guia. Compreendo que as limitações para responder a essa pergunta residem no fato de que o conhecimento sobre famílias tem se dado sob uma ótica colonial capitalística, ainda que relativamente crítica, mas colonializada certamente e sobre diversos ângulos. E portanto, para resistir a esses efeitos é preciso descolonizar o enquadramento de toda a compreensão que se tem até aqui sobre as famílias para só posteriormente começar a compreender o que elas querem.

O que somos capazes de apreender é, sem dúvida, facilitado pelas normas do reconhecimento, mas seria um erro dizer que estamos completamente limitados pelas normas de reconhecimento quando apreendemos uma vida. Podemos apreender, por exemplo, que alguma coisa não é reconhecida pelo reconhecimento. Na realidade, essa apreensão pode se tornar a base de uma crítica das normas de reconhecimento (BUTLER, 2015, p. 16).

Da ponta do precipício no qual as famílias me guiaram, fui convidada por elas: Pule! Se descolonialize, se despatriarcalize, para começar a se conectar conosco. E assim pulei, ainda que timidamente, pois a instabilidade desse salto não cabe nas elaborações

iniciadas nessa tese e muito menos terminam nela. O não saber é libertador e o que vejo nesse salto é uma vista inimaginável de possibilidades.

Para você, leitora e leitor, que chegou até aqui comigo como guia, espero ter lhe deixado, em alguma medida, também na beira, na borda, desse precipício. Contudo, sei que a instabilidade desse caminho e de estar nesse lugar pode te causar inquietude, vertigem, mas mesmo assim te convido a saltar também. Você tem algumas escolhas diante disso: ficar com tanto receio do desconhecido desse salto e recuar; ficar com vontade de pular, arriscar até a se lançar, mas ainda não conseguir; ou se jogar e pular de cabeça.

A vista durante o salto é maravilhosamente perturbadora e onde esse salto te levará? Só pulando para saber!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Ana Lúcia. MERHY, Emerson Elias. GOMES, Maria Paula Cerqueira. TALLEMBERG, Claudia. CHAGAS, Magda de Sousa. ROCHA, Monica. SANTOS, Nereida Lucia Palko. SILVA, Erminia. VIANA, Leila. O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. **Lugar comum**, v. 39, p. 133-144, 2013.

ABRAHÃO, Ana Lúcia; MERHY, Emerson Elias. Formação em saúde e micropolítica: sobre conceitos-ferramentas na prática de ensinar. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, p. 313-324, 2014.

AFONSO, Maria Lucia Miranda. **Pesquisa qualitativa sobre metodologia de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF**. Serviço de consultoria no âmbito do Programa PNUD BRS /04/046. Brasília: 2010.

AFONSO, Maria Lucia Miranda. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. **Psicologia em revista**, v. 17, n. 3, p. 445-464, 2011.

AFONSO, Maria Lucia Miranda; VIEIRA-SILVA, Marcos; ABADE, Flavia emos; ABRANTES, Tatiane Marques; FADUL, Fabiana Meijon. A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 7, n. 2, p. 189-199, 2012.

AFONSO, Maria Lucia Miranda; FADUL, Fabiana Meijon. O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 140-154, 2015.

ANJOS, Celia Natalina dos. Interpretação poema Cantico Negro – Youtube, 2017. Duração 4”34””. Disponível em: https://youtu.be/etQ1K-yf_q4. Acesso em: 10 jan. 2022.

ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araujo de. Avaliação do atendimento recebido no CRAS por famílias usuárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 378-392, 2017.

ANDRADE, Júnia Lúcia Pena de. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): um espaço social para construção de autonomia? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção de Violência UFMG- 2019.

ARMILIATO, Vinicius. Políticas sociais: estratégias de governamentalidade. **Sociologias Plurais**, v. 1, n. 2, 2013.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, p. 613-627, 2014.

BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira. LIMA, Rita de Cássia Duarte. MARTINS Gabriela de Brito. LANNA, Solange Drumond. ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. **Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela Covid-19**. 2020.

BATTISTELLI, Bruna Moraes; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Práticas Cotidianas de Judicialização da Vida na Assistência Social: Ensaio Teórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**, Brasília, DF.

BRASIL. Decreto-lei nº 10.097/2000, de 19 de dezembro de 2000. **Lei do Jovem Aprendiz**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília. 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e combate a Fome (MDS). **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Orientações Técnicas sobre o PAIF. Vol. 1. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, MDS: 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Orientações Técnicas sobre o PAIF. Vol. 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, MDS: 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Fundamentos éticos-políticos e rumos teóricos-metodológicos para o aprimoramento do Trabalho Social com Família na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, MDS 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2010: CRAS, CREAS, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual, Entidades Beneficentes**, Brasília, 2011.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95 de 16 de dezembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 2. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Boletim Mulheres no SUAS**. Brasília: MDS, 2018, v. 5. (Boletins Vigilância Socioassistencial). Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=3016>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Boletim Bolsa Família e Cadastro Único**. ano 4 número 51 2019. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_senarc/2019/Boletim%20Senarc%20N%20%2051.pdf> . Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações Sociais dos Programas e Ações do Ministério da Cidadania**, 2022. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em: 20 jan. .

BRASIL. Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021- Institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa **Auxílio Brasil**, 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.852 de 8 de novembro de 2021. *Regulamenta* o Programa **Auxílio Brasil**, 2021.

BRASIL. *Lei 14.284/21*, de 30 de dezembro de 2021. Institui o Auxílio Brasil e o Programa **Alimenta Brasil**, 2021.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. 2009.

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. **Pistas do método da cartografia. Porto Alegre: Sulina**, p. 172-200, 2009.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, 2009, p.13-55.

BRUSCHINI, Cintia. Uma Abordagem Sociológica da Família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, V. 6., No. 1, Jan/Jun, pp.1-23. 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13-13, 2006

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, Maria Luiza Marques. **Família e Brasis**: uma cartografia socioafetiva. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia PUC-Minas, Belo Horizonte, 2020.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 451-471, 2010.

CARMONA Daniele Rodrigues Souza. **A abordagem da violência e sua superação na política pública de Assistência Social**: concepções e práticas dos profissionais do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em promoção da saúde e prevenção de violência, UFMG, Belo Horizonte, 2019.

CAPILHEIRA, Carolina Dias; MOTA, Maria Renata Alonso; LOCKMANN, Kamila. As Políticas de assistência social à infância na governamentalidade neoliberal: estratégias de investimento em capital humano. **Zero-a-seis**, v. 23, n. 1, p. 1132-1154, 2021.

CAVAGNOLI, Karen Cristina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Itinerários possíveis da política de assistência social: garantia de direitos e governamentalidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001-. Vol. 18, n. 1 (jan./abr. 2018), p. 114-126, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. **Sequência**, Florianópolis, p. 209-242, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) no CRAS - Centro de Referência da Assistência Social/ Conselho Federal de Psicologia**, Brasília: CFP, 2021

COTTA, Tereza Cristina. **Visões de Proteção social e transferência de renda condicionada no Brasil e no México**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

COIMBRA, Maria Cecília Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Imagens sobre a juventude. Jovenes, **Revista de Estudios sobre Juventud**, México, n.9, v.22, p. 338-355, 2005

COIMBRA, Maria Cecília Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder**. In: GEISLER, Adriana Ribeiro Rice; ABRAHÃO, Ana Lúcia, COIMBRA, Maria Cecília Bouças (Org.). Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde. Niterói, RJ: Eduff, 2008, p. 143-153.

COIMBRA, Maria Cecília Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther Maria M.; NASCIMENTO, Maria Livia do; FONSECA, Tania Mara (org.). **Práticas psi: inventando a vida**. Niterói: Eduff, 2007, p. 27-38.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O social em questão**, v. 20, n. 38, p. 227-245, 2017.

COSTA, Ana Flávia de Sales; CARDOSO, Claudia Lins. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social-CRAS. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 223-229, 2010.

COSTA, Lucas Teixeira. **Biopolítica e Políticas Públicas de Assistência Social: problematizando o exercício do operador institucional**, 2016.

COSTA, Victor Cesar Amorim; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A família na Proteção Social Especial (CREAS/SUAS) e as questões de Gênero, Diversidade Sexual e Classe: uma revisão narrativa. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 24, n. 4, p. 382-392, 2019.

DE LIMA, Carla Fernanda. De Oliveira, Thiago Firmo. XAVIER, Monalisa Pontes. PRADO, Guilherme Augusto Souza. A tríplice estrutura de dominação: quem é o outro do outro no capitalismo patriarcal colonial?. **Mnemosine**, v. 15, n. 2, 2019.

DE SOUZA GOMES, Nayara; GONÇALVES, Sílvia Maria Melo. A psicologia na assistência social: considerações sobre o percurso histórico deste “novo” campo. **Revista Mosaico**, v. 9, n. 1, p. 02-09, 2018.

DE SOUZA SANTOS, Boaventura. **Para Além do Pensamento Abissal**: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. 2017.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza** (Vincennes, 1978-1981). 3 ed. Fortaleza: Ed. UFC, 2019.

DELEUZE, Gilles. ¿Qué es un dispositivo? **Michel Foucault, filósofo**, p. 155-163, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Editora 34, p. 81-109, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio e Alvim, s/d.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: _____; _____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, v. 1, cap. 1, p. 11-37.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Micropolítica e segmentaridade. In: _____; _____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, v. 3, cap. 9, p. 83-115.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Acerca do Ritornelo In: _____; _____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, p. 100-150.

DEVULSKY Alessandra. Colorismo. São Paulo Jandaira, 2021 Coleção feminismos Plurais 2021

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. In: **A polícia das famílias**. 1980. p. 209-209.

DOS SANTOS, Ana Pereira. **“O INIMIGO SEMPRE VOLTA”**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação PUC-Minas, Belo Horizonte, 2019.

DUARTE, Luana Alexandre. ATENDIMENTOS REMOTOS, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E A SOBRECARGA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 6, n. 01, p. 188-205, 2022.

EVARISTO, Conceição. Vozes -Mulheres. In: EVARISTO, Conceição. **Cadernos Negros** 13, 1990, p. 32-33.

FADUL, Fabiana Meijon. **O Trabalho Social com Famílias no Âmbito da Proteção Social Básica**: diálogos e conflitos no campo discursivo da Assistência Social. 154 f. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2014.

FADUL, Fabiana Meijon; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. A construção da interdisciplinaridade no território da PNAS: exercícios para uma psicologia da cidadania. In: ROMAGNOLI, Roberta Carvalho e MOREIRA, Maria Ignez Costa (organizadoras). **O Sistema Único de Assistência Social-SUAS**: a articulação entre psicologia e o serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas. Curitiba: Editora CRV, v.1, p. 99-120, 2014.

FADUL, Fabiana Meijon. FAMÍLIA NO ALVO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o que a intersetorialidade tem a ver com isso? ROMAGNOLI, Roberta Carvalho (org). **A intersetorialidade e seus desafios**. 1ed. Curitiba: Editora CRV, v. 1, p. 115-131. 2018.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérnago; MELO, Walter. A inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: notas introdutórias. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 3-12, 2017.

FREIRE, Mayara Ap Bonora. MICROPOLÍTICA NO COTIDIANO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA PERANTE O MACHISMO E A CONSTRUÇÃO DE FORMAS DE EXISTÊNCIA A PARTIR DA ESCUTA. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, 1969.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília. Universidade de Brasília, 2001.

FONTENELE, Adna Fabíola Guimarães Teixeira. **Psicologia e Sistema Único da Assistência Social-SUAS**: estudo sobre a inserção dos (as) psicólogos (as) nos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS's. 2008

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, t. LXXXIV, ano 84, n.2, p.35-63, jan./jun. 1990.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-319.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: . *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la biopolítica**: curso del Collège de France (1978-1979). Ediciones Akal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino** n.01 Batalha de Ideias. (2011). 2011

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afrolatinoamericano. In: _____. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica. **Cartografías do desejo**. Madrid: **Traficantes de sueños**, 2006.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 877-900, 2014.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. **Anais do Seminário Famílias e Políticas Públicas – ABEP**, Porto Alegre, 2005.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil. Brasília, p 57-83, 2009.

JINKINGS, Ivana. O Golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe in: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo Editorial, 2016. p, 12-15, 2016.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, p, 32-51, 2009.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, p. 263-280, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2012

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, p. 388-399, 2021.

LIBERMAN, Flavia; LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo. Um corpo de cartógrafo. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 183-194, 2015.

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia Covid-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, 2020.

LIRA, Patrícia Oliveira; MARCOS, Yasmin Janaína Ferreira. A Subjetividade A Partir Da Reflexão Filosófica De Deleuze e Guattari. **Perspectiva Filosófica**, vol. 45, n. 2, 2018.

LOPES, Eduardo Simonini; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Máquina, realidade e produção de subjetividade. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v, 24, 2019.

LOURAU, R. **Analista Institucional em Tempo Integral**. In: ALTOÉ, Silvia. (org.), São Paulo: Hucitec, p. 47-283, 2004.

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, 2020.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008.

LUSTOSA, Beatriz da Silva; MOURA, Breno dos Santos; BRAGA, Iracilda Alves; SILVA, Jessyca Laryssa Soares; BRAGA, Letícea Maria Alves; NASCIMENTO, Mariana Almendra Cavalcante; VIEIRA, Nayara de Holanda; SANTOS, Tamires Nogueira; PESSOA, Welita Micaele Silva. O projeto “Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID”. In: BRAGA, Iracilda Alves; FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura (orgs.). **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de Covid-19**. Teresina: EDUFPI, p. 15-26, 2020.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados**, v. 7, p. 152, 2008.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Claudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 74, 2020.

MACÊDO, Orlando Júnior Viana; DUARTE, LIMA, Clarissa Maria Paulino Duarte; BRITO, Francisco Henrique Sousa; SOUZA, Josefa Nandara Pereira; SOUSA, Noélia Kally Marinho; SOUSA, Samara Pereira. Atuação dos Profissionais de Psicologia nos CRAS do Interior da Paraíba. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 1083-1097, 2018.

MANTOVAN, Rosimeire Aparecida. **A matricialidade sociofamiliar e o trabalho social com famílias no centro de referência especializado de assistência social–CREAS São Bernardo do Campo**. 2017. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARCOLINO, Emanuella de Castro; Dos SANTOS, Renata Clemente; De SALES, Francisco; LEAL, Cláudia Quézia Amado Monteiro; SOARES, Maria Sidney da Silva; MIRANDA Francisco Arnaldo Nunes de; SOUTO, Rafaella Queiroga. O distanciamento social em tempos de Covid-19: uma análise de seus rebatimentos em torno da violência doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.

MBEMBE, Achille. (2006). **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2006.

MEDEIROS, Marcelo. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 22, dez. 2000.

MERHY, Emerson Elias; GOMES, Maria Paula Cerqueira; SILVA, Erminia; SANTOS, Maria de Fátima Lima; CRUZ, Kathleen Tereza; FRANCO, Tulio Batista. Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. In: MERHY, E.E. et al (orgs). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, v. 1, p. 31-42, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento-pesquisa qualitativa em saúde. In: **O desafio do conhecimento-pesquisa qualitativa em saúde**, p. 269-269, 2000.

MIOTO, Regina Célia Tomaso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tomaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.43-59, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamaso . Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (orgs.). **Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro. Lúmen Juris editora; 2013.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Pesquisa-intervenção: especificidades e aspectos da interação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. **Castro LR, Besset VL, organizadores. Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa, 2008.

MORIN, Edgar; LISBOA, Eliane. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; ALVES, Júlia Somberg; OLIVEIRA, Renata Ghisleni; NATIVIDADE, Cláudia. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

NASCIMENTO, Maria Livia; DA CUNHA, Fabiana Lopes; VICENTE, Laila Maria Domith. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 14, p. 13-14, 2007.

NASCIMENTO, Maria. Livia. **Proteção e negligência pacificando a vida de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2015.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. DANTAS, Candida Maria Bezerra. SOLON, Avrairan Fabrícia Alves Caetano. AMORIN, Keyla Mafalda de Oliveira. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 140-149, 2011.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; RODRIGUES, Luciana; BATISTELLI, Bruna Moraes; Da CRUZ, Lilian Rodrigues. Raça e política de assistência social: produção de conhecimento em psicologia social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

OROZIMBO, Elizete. Matias; AFONSO, Maria. Lucia. Miranda. Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social. **Serviço Social & Sociedade**, 137, p. 95-112, 2020.

ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS - MULHERES – ONU MULHERES. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta**. 2020.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, p. 17-31, 2009.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta. Quando a vulnerabilidade se faz potência. **Interação em Psicologia**, v. 22, n. 3, 2018.

PENIDO, Cláudia Maria Filgueiras. A análise da implicação como dispositivo de transformação do processo de trabalho. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 8, n. SPE, p. 248-257, 2015.

PENIDO, Cláudia Maria Filgueiras. Trabalhador-Pesquisador: Análise da Implicação como Resistência ao Distanciamento do Objeto. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 380-396, 2020.

PERREIRA. Glauber Viana. **A interseccionaridade e os marcadores de raça, classe e gênero nas concepções e práticas dos usuários do Centro de Referência da Assistência Social do município de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção de Violência, UFMG. Belo Horizonte, 2020

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI et al (orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 25-42.

PEREIRA, Liana Cristina Dalla Vecchia. Política Nacional de Assistência Social e Governamentalidade: algumas problematizações. **Quaderns de psicologia. International journal of psychology**, v. 21, n. 1, p. e1482-e1482, 2019.

PORTILHO, Fabiana D'Alessandro; FADUL. Fabiana. Meijon. A naturalização do cuidado feminino: apontamentos sobre o excesso de responsabilização das mulheres no Programa Bolsa Família. In: NATIVIDADE, Claudia; SILVA, Dessiree de Oliveira

Carneiro; ARAÚJO, Jeannyce Gabriela (org.). **Olhares e fazeres das mulheres nas Gerais**: discussões sobre gênero, sexualidade e raça. Belo Horizonte, p. 195-215, 2019.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, p. 45-49, 2013.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; DA SILVA FERREIRA, Ewerton. Os (des) caminhos da política pública de assistência social no atendimento à população LGBT. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 17, p. 271-285, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUZA SANTO, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**, 2010.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, p. 609-635, 2013.

RÉGIO, José. Cântico Negro in: **“Poemas de Deus e do Diabo”**, 4ª ed., Lisboa: Portugália, p. 108-110, 1955.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**. 2ª edição revista e ampliada: Autonomia, dinheiro e cidadania. SciELO-Editora UNESP, 2014.

RIBEIRO, Maisa Elena; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 1, pág. 83-96, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2017.

RIZZOTTI, Maria Luiza; COLLIN, Denise Ratmann Arruda. Reflexões sobre conceitos e fundamentos do SUAS: um olhar para o aprimoramento cotidiano. In: **O SUAS e o enfrentamento da violência**: um caminho para a autonomia, defesa de direitos, na perspectiva coletiva, dialógica e restaurativa. Org. ALBUQUERQUE, Simone et al. Centro de defesa Zilah Sposito, 2020 p. 09-60.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A construção da cidadania indígena no Brasil e suas contribuições à Teoria Crítica Racial. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 1242-1269, 2021.

RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza MF; CRUZ, L. R. A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social. **Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**, p. 11-22, 2013.

ROLNIK, Suely. A hora da micropolítica: entrevista. **Goethe Institut**, 2015.

ROLNIK, Suely. Geopolítica da cafetinagem. **São Paulo**, 2006.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2019.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Algumas reflexões acerca da clínica social. **Revista do Departamento de Psicologia**. UFF, v. 18, p. 47-56, 2006.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & sociedade**, v. 21, p. 166-173, 2009.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. ECOS. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v.2, n.1, p.120-132, 2012.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. ECOS. Estudos Contemporâneos. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 44-52, 2014.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. ECOS. Estudos Contemporâneos. Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 3, p. 449-459, 2015.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. ECOS. Estudos Contemporâneos. Apontamentos metodológicos da pesquisa-intervenção no contexto da assistência social: conexões entre universidade e equipe. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 129-139, 2016

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. ECOS. Estudos Contemporâneos. Sobre a (im) possibilidade de dar voz aos usuários das políticas públicas: reflexões a partir da prática intersetorial. **Educação em Perspectiva**, v. 10, p. 019002, 2019.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. ECOS. Estudos Contemporâneos. PESQUISAR/INTERVIR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O GRUPO COMO RESISTÊNCIA. **Psicologia em Revista, Belo Horizonte**, v. 26, n. 1, pág. 452-470, 2020.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. ECOS. Estudos Contemporâneos. PESQUISAR/INTERVIR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O GRUPO COMO RESISTÊNCIA. **Psicologia em Revista, Belo Horizonte**, v. 26, n. 1, p. 452-470, 2020.

ROMAGNOLI Roberta Carvalho; BRAGA, Enrico Martins & SOUZA, Caroline de. Assistência Social e pandemia: tensões políticas e práticas de enfrentamento. In: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira & TORRES, Rodrigo (Orgs.). **Pandemia, Crise e Subjetividade**. Curitiba: CRV, 2021, p. 121 – 135.

ROMAGNOLI Roberta Carvalho; FADUL, Fabiana; SOUZA, Caroline. A intersetorialidade em tempos de pandemia: perspectivas a partir da ótica da assistência social. In: **A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Fundamentos, Desafios e Horizontes Teórico-Metodológicos**. Editora Devires. No prelo.

ROSA, João Guimarães. **A hora e vez de Augusto Matraga**. Global Editora, 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao Estado suicidário**. Pandemia Crítica. São Paulo: n-1 Edições, São Paulo. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/23>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. In: **Gênero, patriarcado, violência**, p. 151-151, 2004.

SALES, Allana Ribeiro Porto; MACIEL, Regina Heloisa. A Atuação do Psicólogo na Assistência Social Brasileira. **Trends in Psychology**, v. 27, n. 1, p. 233-247, 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SANTOS, Keli Lopes; HECKERT, Ana Lucia Coelho; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. Família e mulher como instrumentos de governo na assistência social. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

SARAIVA, Luis Fernando. **A familiarização da assistência social**: promoção de direitos gestão da vida no encontro entre vulnerabilidades, (des) proteção e periculosidade. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2016.

SARAIVA, Luís Fernando de Oliveira. “Essa Gente”: a produção da família perigosa na assistência social. In: **Assistência social e psicologia**:(des) encontros possíveis. Editora Blucher, p. 39-58, 2017.

SARTI, Cintia Andersen. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, p. 21-38, 2005.

SCHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 58, n. 1, p. 48-57, 2006.

SCHEINVAR, Estela. **O Feitiço da Política Pública**: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

SILVA, Erminia. Ensino/aprendizagem circense: projeto transversal de política social. **Anais ABRACE**, v. 9, n. 1, 2008.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 247-256, 2016.

SIQUEIRA, Kássia de Oliveira Martins; LINO, Michelle Villaça. Assistência Social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver. **Mnemosine**, v. 9, n. 2, 2013.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**, 2011.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda; LOPES, Marcia Helena Carvalho. Sistema Único de Assistência Social em tempos de Covid-19: aprofundamento do desmonte e agenda política. In: BRAGA, Iracilda Alves, FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de, COSTA, Teresa Cristina Moura (orgs.). **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de Covid-19**. Teresina: EDUFPI/ Cancioneiro, p. 49-60, 2020.

SOARES, Lissandra Vieira. **Escrevivências sobre Mulheres Negras Acompanhadas pela Proteção Social Básica**: uma perspectiva interseccional. 2017.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. soc.**, p. 652-674, 2013.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, p. 183-203, 2021.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de Políticas sociais na América Latina. **Textos para discussão** 147 n. 699, IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**, v. 2, n. 3, p. 9-26, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 247-256, 2016.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de Políticas sociais na América Latina. **Textos para discussão** 147, n. 699, IPEA, Rio de Janeiro 2000.

TEIXEIRA, Solange Maria. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, 2010, p. 535-249.

THINKOLGA. Relatório Final Economia do Cuidado: ThinkOlga Exercícios do Futuro. Laboratório de Inovação Social Mulheres em Tempos de Pandemia, 2020. Disponível em: <<https://lab.thinkolga.com/relatorio-final-economia-do-cuidado/>> Acesso em: 24 jan. 2021.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND - UNICEF- Brasil. Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes. **Relatório de Análise 2ª rodada**, janeiro 2021.

VIEIRA, Nayara de Holanda; TEIXEIRA, Solange Maria. A Essencialidade do Sistema Único de Assistência Social na Pandemia da Covid-19: cenário de (des) proteção social? In: BRAGA, Iracilda Alves, FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de, COSTA, Teresa Cristina Moura (orgs.). **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de Covid-19**. Teresina: EDUFPI/ Cancioneiro, p. 61-76, 2020.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 9-24, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. Cortez Editora, 2016.

WEBER, Lílian; GRISCI, Carmem Ligia Iochins; PAULON, Simone Mainieri. Cartografia: aproximação metodológica para produção do conhecimento em gestão de pessoas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 4, p. 841-857, 2012.

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: CAAE _____

Título do Projeto: A Família e suas vozes: o que quer a família da Assistência Social?

Prezado Sr(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará quais os efeitos no processo de subjetivação são produzidos nos encontros das famílias com os serviços da Assistência Social. Você foi selecionado (a) porque é usuário dos serviços da Política de Assistência Social no município de Belo Horizonte/MG. A sua contribuição nesse estudo consiste em participar de entrevistas individuais e coletivas no próprio espaço do serviço da política de Assistência Social ao qual você se encontra atendido. As entrevistas serão gravadas por meio de material audiovisual e terão duração mínima de 30 minutos e máxima de 1 hora e 30 minutos e ao final será produzido um documentário.

Não há qualquer risco e/ou desconforto a sua participação e aos demais envolvidos.

Sua participação é muito importante e voluntária e, conseqüentemente, não haverá pagamento por participar desse estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Os resultados dessa pesquisa servirão para auxiliá-la na produção de conhecimento sobre o trabalho com famílias na Assistência Social e possibilitar o aprimoramento de metodologias e políticas públicas.

Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:

Nome: Fabiana Meijon Fadul

Endereço: Rua Monsenhor Horta, 155/403 Ana Lucia -Sabará/MG

Telefone: (31) 98698-8098 (31) 3485-4134

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Belo Horizonte,

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante ou representante legal Data

Eu, **Fabiana Meijon Fadul**, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

Assinatura do pesquisador

Data

ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Uso de Imagem

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Uso de Imagem**

N.º Registro CEP: CAAE _____

Título do Projeto: A Família e suas vozes: o que quer a família da Assistência Social?

Prezado Sr(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará quais os efeitos no processo de subjetivação são produzidos nos encontros das famílias com os serviços da Assistência Social. Você foi selecionado (a) porque é usuário dos serviços da Política de Assistência Social no município de Belo Horizonte/MG. A sua contribuição nesse estudo consiste em participar de entrevistas individuais e coletivas no próprio espaço do serviço da política de Assistência Social ao qual você se encontra atendido. As entrevistas serão gravadas por meio de material audiovisual e terão duração mínima de 30 minutos e máxima de 1 hora e 30 minutos e ao final será produzido um documentário em formato audiovisual.

Não há qualquer risco e/ou desconforto a sua participação e aos demais envolvidos.

Sua participação é muito importante e voluntária e, conseqüentemente, não haverá pagamento por participar desse estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento bem como se negar a permitir a gravação, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Os resultados dessa pesquisa servirão para auxiliar na produção de conhecimento sobre o trabalho com famílias na Assistência Social e possibilitar o aprimoramento de metodologias e políticas públicas.

Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:

Nome: Fabiana Meijon Fadul

Endereço: Rua Monsenhor Horta, 155/403 Ana Lucia -Sabará/MG

Telefone: (31) 98698-8098 (31) 3485-4134

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Belo Horizonte,

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante ou representante legal Data

Eu, **Fabiana Meijon Fadul**, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

Assinatura do pesquisador

Data